

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO E ENSINO: O
Dicionário Histórico-biográfico como ferramenta pedagógica

PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES MENDES

São Luís
2021

PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES MENDES

DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO E ENSINO:
O Dicionário Histórico-biográfico como ferramenta pedagógica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

São Luís
2021

Moraes Mendes, Paulo Leandro da Costa.

Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão e ensino: o dicionário histórico-biográfico como ferramenta pedagógica. / Paulo Leandro da Costa Moraes Mendes. – São Luís, 2021.

173 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Dr^a Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. Ditadura Empresarial-Militar. 3. História regional.
4. Maranhão. I. Título.

CDU: 93/94:321.64(812.1)(038)

PAULO LEANDRO DA COSTA MORAES MENDES

**DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO E ENSINO: O Dicionário
Histórico-biográfico como ferramenta pedagógica.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História, da Universidade
Estadual do Maranhão, para obtenção do título
de Mestre.

Aprovado em: 23/08/2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)
(PPGHIST/UEMA)



Profa. Dra. Carine Dalmás (arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão (arguidor)
(PPGHS/FFP/UERJ)

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

São Luís
2021

E se escrever a história significa fazer história presente, é ótimo livro de história aquele que no presente cria forças em desenvolvimento mais conscientes de si mesmas e, portanto, mais concretamente ativas e operantes.

Antonio Gramsci

AGRADECIMENTOS

À Alice Mendes Moraes, minha companheira na História e na vida, pelas horas dedicadas a me ouvir, pelas sugestões e pela tranquilização nos momentos de dificuldade.

À minha avó, Raimunda Nonata Magalhães, e ao meu avô, Joaquim Costa (*in memoriam*), uma parte de todas as conquistas que eu possa ter na vida é dedicada a vocês.

À minha mãe, Maria de Lourdes Conceição, e ao pai que a vida me concedeu, Carlos Augusto Conceição pelos ensinamentos que compõem uma parte importante de mim e das minhas vitórias.

À Monica Piccolo Almeida, pela orientação, sugestões, compreensão e oportunidades, a jornada acadêmica jamais seria a mesma sem você.

À banca avaliadora, nas pessoas de Carine Dalmás e Rafael Brandão, cujos encaminhamentos foram fundamentais para a produção desse trabalho.

À Universidade Estadual do Maranhão pela concessão de bolsa para o desenvolvimento desse projeto.

RESUMO

Se avolumam os trabalhos que buscam enfatizar a importância da história regional/local no ensino de história. Por outro lado, a diversificação da produção historiográfica maranhense e especificamente da ditadura empresarial-militar não tem atingido de forma significativa as aulas de história na educação básica. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é relacionar as produções historiográficas “nacionais” sobre o golpe de 1964 e a estruturação de um Estado comprometido com os interesses do capitais multinacional e nacional associado, e suas interpretações, com as produções regionais, destacando aproximações e distanciamentos, visando a, com isso, produção de um dicionário histórico-biográfico com conceitos, informações históricas e biografias que possam subsidiar as aulas do 9º ano do ensino fundamental, que sirva de ferramenta para as aulas de História do Maranhão, e que permita a integração entre o currículo básico e a história do estado.

Palavras-chave: Ensino de História. Ditadura Empresarial-militar. História Regional. Maranhão.

ABSTRACT

There is a growing number of works that seek to emphasize the importance of regional / local history in the teaching of history. On the other hand, the diversification of historiographical production in Maranhão and specifically in the Military-Business Dictatorship has not significantly affected history classes in basic education. Therefore, the objective of the present work is to relate the “national” historiographical productions about the 1964 coup and the structuring of a state committed to the interests of the associated national and multinational capitals, and their interpretations, with the regional productions, highlighting approximations and distances, aiming, with this, the production of a historical-biographical dictionary with concepts, historical information and biographies that can subsidize the classes of the 9th year of elementary school, that serves as a tool for the history classes of Maranhão, and that allows the integration between the basic curriculum and the history of the state.

Keywords: History teaching. Business-military dictatorship. Regional History. Maranhão.

LISTA DE SIGLAS

ACR: Animação dos Cristãos no Meio Rural
AERP: Acessória Especial de Relações Públicas
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ATAM: Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
BDM: Banco de Desenvolvimento do Maranhão
BNCC: Base Nacional Comum Curricular
CBA: Comitê Brasileiro pela Anistia
CDI-MA: Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Maranhão
CGI: Comissão Geral de Informação
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores
CODI-DOI: Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informação
COLTEC: Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
CONSED: Conselho Nacional de Secretários de Educação
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CVRD: Companhia Vale do Rio Doce
DCTN: Documento Curricular do Território Brasileiro
DDA: Departamento de Desenvolvimento Agrário
DSN: Divisão de Segurança e Informação
DSND: Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
ESG: Escola Superior de Guerra
FMP: Frente de Mobilização Popular
FPN: Frente Parlamentar Nacionalista
I PGM: I Programa de Governo do Maranhão
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
II PND: II Plano Nacional de Desenvolvimento
IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM: Inquéritos Policiais Militares
JAC: Juventude Agrária Católica
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEB: Movimento de Educação de Base
MEC: Ministério da Educação
OBAN: Operação Bandeirantes

PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais
PDC: Partido Democrata Cristão
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PGC: Projeto Grande Carajás
PL: Partido Libertador
PM: Polícia Militar
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNLD: Programa Nacional do Livro didático
PR: Partido Republicano
PRP: Partido Republicano Progressista
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PSP: Partido Social Progressista
PST: Partido Social Trabalhista
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTN: Partido Trabalhista Nacional
PUA: Pacto de Unidade e Ação
SISNI: Sistema Nacional de Informação
SISSEGIN: Sistema de Segurança Interna
SNI: Sistema Nacional de Informações
SUDAN: Superintendência de Desenvolvimento da Amazonia
SUDEMA: Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUNAB: Superintendência Nacional do Abastecimento
TRE: Tribunal Regional Eleitoral
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundários
UDN: União Democrática Nacional
UMES: União Municipal dos Estudantes Secundários

UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNDIME(MA): União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Maranhão

UNE: União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propaganda política nas eleições de 1958	91
Figura 2 – Sujeitos coletivos do Movimento pela Base.....	118
Figura 3 – Capa do livro Conheça o Maranhão (1º grau) [...]	130
Figura 4 – Capa do livro Terra das Palmeiras: estudos sociais: Maranhão, (ensino primário, 4ª série) [...]	134
Figura 5 – Capa do livro Pedra da Memória: estudos sociais do Maranhão (1º grau) [...]	135
Figura 6 – Capa do livro Gente, terra verde, céu azul: História – Geografia – Moral e Civismo [...]	137
Figura 7 - Capa do livro <i>História do Maranhão</i> [...]	140
Figura 8 – Capa do livro Maranhão: História e Geografia [...]	142
Figura 9 – Capa dos livros: (À esquerda) <i>História do Maranhão</i> (Ensino Fundamental quarta e quinta série) [...] (No centro) <i>História do Maranhão</i> (Ensino Fundamental quarta e quinta série) [...] (À direita) <i>Estado do Maranhão</i> (livro regional quarta e quinta série) [...]	144
Figura 10 – (À esquerda) Capa do livro Conhecendo e debatendo a história do Maranhão [...] (À direita) Capa do livro Conhecendo e debatendo a história do Maranhão [...]	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fluxograma mostrando as alternativas disponíveis em conjunturas críticas durante a presidência de Goulart.....	30
Quadro 2 - Ciclos de repressão e liberalização.....	56
Quadro 3 - Autores e suas interpretações em relação à Primeira República e o movimento político de 1930.....	64
Quadro 4 – Metas do I programa de Governo do Maranhão (1967-1970)	106
Quadro 5 – Grandes Projetos do Regime empresarial-militar.....	112
Quadro 6 – Organização do conhecimento escolar sobre ditadura empresarial-militar na BNCC (9º ano do Ensino Fundamental).....	121
Quadro 7 – Organização do conhecimento escolar sobre ditadura empresarial-militar na DCTM (9º ano do Ensino Fundamental).....	125
Quadro 8 – Dissertações e produtos do PPGHIST (UEMA) sobre história da ditadura empresarial-militar no Maranhão.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade votos e lugares obtidos na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa por partidos e coligações maranhenses (1950-1962).....	88
Tabela 2 – Resultado das eleições para Governador do Maranhão (1965).....	95
Tabela 3 – Partido de destino dos Deputados Maranhenses com a instauração do Bipartidarismo.....	101
Tabela 4 – Número de representantes da ARENA e MDB no poder legislativo entre 1966 e 1978.....	103
Tabela 5 – Despesas dos partidos com campanha política.....	105
Tabela 6 – Investimentos da SUDENE por estado (1959-1977)	107
Tabela 7 – População urbana, rural e total – Maranhão (1960/2000).....	114

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Fatores que condicionam a ditadura empresarial-militar no Maranhão.....115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – GOLPE E DITADURA DE CLASSE.....	24
Introdução.....	24
1.1 O golpe de 1964: multiplicidades interpretativas.....	26
1.2 Protagonismo de classe no Estado ditatorial.....	46
CAPÍTULO 2 – A INSERÇÃO DO MARANHÃO NA LÓGICA GOLPISTA.....	62
2.1 Implicações imediatas do golpe no Maranhão.....	72
2.2 As transformações no cenário político maranhense.....	84
2.3 Elementos da conformação ao projeto empresarial-militar.....	106
CAPÍTULO 3 – INTERPRETAÇÕES SOBRE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO.....	117
3.1 A ditadura empresarial-militar no currículo do 9º ano.....	117
3.2 Ditadura empresarial-militar no Maranhão e cultura histórica.....	128
3.3 Ampliando os horizontes pedagógicos: <i>O Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão</i>	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS.....	159

INTRODUÇÃO

A redefinição dos paradigmas historiográficos, produzidos pela chamada “Nova História”, sobretudo a partir da década de 1970, produziu uma ampliação não só dos objetos, mas das perspectivas e campos de atuação do historiador. Nesse sentido, “a história nacional, dominante no século dezenove, atualmente tem que competir com a história mundial e regional” (BURKE, 1992, p.7). Ainda de acordo com Maria da Glória Oliveira

[...] A Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica. [...] Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular (OLIVEIRA, 2003, p.15).

O fortalecimento da história local se traduziu na multiplicidade de trabalhos historiográficos que se debruçam sobre a história do Maranhão, redimensionando a percepção que temos acerca dos processos históricos locais. Fundam-se em uma tradição acadêmica preocupada em dar ecos às particularidades maranhenses sem se afastar das dinâmicas nacionais e/ou globais. Esses trabalhos, sem dúvida alguma, são fundamentais para compreensão da atual conjuntura do estado e das relações de poder que permeiam a sociedade maranhense.

A história da ditadura empresarial-militar no Maranhão, por sua vez, tem sido tema de uma diversidade de estudos que, na esteira da diversificação dos objetos da História, têm dado visibilidade às propriedades históricas locais, suas dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais, buscando se contrapor a uma história de grande circulação¹, em que a esse episódio da história nacional parecia ter passado ao largo dos dinâmicas históricas estaduais.

No entanto, na contramão dos avanços percebidos na historiografia maranhense², há um significativo desconhecimento da história local por estudantes da educação básica, ou seja, o aprofundamento de análises sobre o Maranhão no contexto geral e específico da ditadura empresarial-militar ainda não é percebido no âmbito da educação básica. Uma das causas apontadas pelos professores durante o andamento do projeto é a inexistência de materiais didáticos que possam subsidiar as abordagens sobre História do Maranhão.

¹ O termo história de grande circulação aparece aqui em oposição a história acadêmica, tal como foi especificado por Helenice Rocha *et al* (2009).

² Desde 2012 os integrantes do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela Prof^a Monica Piccolo e vinculado à Universidade Estadual do Maranhão, tem desenvolvido inúmeras pesquisas especificamente voltadas para as particularidades da trajetória histórica do Maranhão ao longo da ditadura empresarial-militar brasileira. As monografias, coletâneas, artigos e dissertações dos pesquisadores do NUPEHIC estão disponíveis no endereço www.nupehic.net.br.

Uma explicação corrente a essa questão é a necessidade de formulação de uma história nacional “que tem sido apreendida pelo olhar de uma região mais hegemônica” (JANOTI apud BITTENCOURT, 2011, p.161) e que se faz presente nos materiais didáticos, produzidos em universidades do centro-sul, e nacionalizadas através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Uma das problemáticas resultantes dessa questão para Márcio Gomes (2017) é que os:

Alunos da rede pública estadual do Estado do Maranhão, por exemplo, pouco se identificam com a história ensinada a partir desses manuais didáticos com raríssimas (ou até mesmo nenhuma) referências ao seu lugar social ou a sua região de origem. Acaba-se por fortalecer uma memória identitária seletiva, privilegiando uma determinada região no protagonismo histórico nacional, e que acaba se espalhando por milhares de escolas Brasileiras com a distribuição de livros didáticos também seletivos, reforçando discurso sobre a primazia histórica da região sudeste (GOMES, 2017, p.49).

A noção de história regional, fundamental na formulação desse trabalho, se apoia na ampliação dos objetos históricos e na diversificação das fontes, oportunizadas pela já mencionada “Nova História”,

que começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana [...] ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural” *sujeita a variações, tanto no tempo, quanto no espaço* (BURKE, 1992, p. 11, **grifo meu**)

Essas “variações” apontadas por Burke evidenciam o olhar dado pela historiografia recente às particularidades locais e sua relação com o nacional e global. A historiografia maranhense, por sua vez, também tem dado destaque às questões regionais nos diferentes recortes temporais e permitido análises que se localizem em uma intercessão entre o local, o regional e o global.

Logo, um dos princípios fundamentais que norteiam esse trabalho é a percepção das particularidades locais, que uma história nacional não é capaz de suprir. Essa questão abre espaço para uma relação imprescindível entre historiografia e ensino de história, relação esta que tem sido uma constante nas preocupações dos historiadores que se dedicam a pensar o ensino de história. Como observa Manoel Salgado Guimaraes (2009), “pensar o ensino de história implica articular escrita e ensino como parte da produção do conhecimento histórico” (GUIMARÃES, 2009, p. 38).

Desse modo, a articulação entre a análise epistêmica expressa na produção historiográfica e a mediação didática visa a aproximação de campos que são vistos,

correntemente, como opostos. Então, a análise sobre as possibilidades que se abrem no contato com a produção historiográfica e uma “transposição didática” é parte do ofício do historiador e sua reflexão acerca dos “problemas de uma escrita da história” (GUIMARÃES, 2009).

O processo pelo qual o saber acadêmico, expresso aqui pela produção sobre a ditadura empresarial-militar e suas implicações no Maranhão, e os mecanismos que a tornam um saber propício a ser ensinado estão expressos no conceito de transposição didática de Chevallard (s.d). O autor entende que nesse processo “o elemento de saber deverá ter sofrido certas deformações que o tornarão apto a ser ensinado” (CHEVALLARD, s.d., p. 16) e tem início na seleção e estruturação do saber a ensinar em uma noosfera, e sofrem adaptações que o tornarão “objetos de ensino”. Como nos indica Ana Maria Monteiro (2003), o contraste entre saber acadêmico e saber ensinado possibilita “a articulação da análise epistemológica com a análise didática que pode revelar a especificidade da construção didática realizada” (MONTEIRO, 2003, p.16), permitindo ainda

identificar as transformações e as características [...] onde as ciências constituem um corpo sistematizado de conhecimento elaborados a partir de critérios rigorosos quanto aos aspectos de ordem teórico-metodológica, e onde o saber escolar vai buscar legitimidade (MONTEIRO, 2003, p.16).

É crescente a preocupação com os limites da produção historiográfica, sobretudo a partir da chamada “crise da história”³, impondo ao historiador uma reflexão sobre os objetos e métodos de sua produção e limites epistemológicos (OLIVEIRA, 2013, p. 132). Assim, refletir sobre a produção historiográfica local e as possibilidades de sua transposição didática é uma atividade que permite estabelecer as contribuições e limites dessa área ao ensino de história.

No entanto, a relação entre história local/regional e nacional/global no âmbito da história ensinada e de suas possibilidades pedagógicas tem sido tema de sucessivas discussões que destacam a sua relevância para a construção de um do sujeito que possa ser inserido nos processos sociais a partir do dimensionamento entre as diferentes espacialidades (MARTINS, 2011).

Para Dayse Martins (2014), por exemplo, a relevância do ensino de História local no âmbito educacional básico possibilita um dimensionamento entre as diferentes espacialidades, oportunizando ao educando colocar-se como sujeito inserido nos processos sociais. Ainda para Circe Bittencourt (2011):

³ De acordo com Maria da Glória Oliveira, o termo resume “difusamente o contexto historiográfico na França dos anos 1980/1990, também se poderia denotar o tempo dos retornos[...], o momento de ‘reviravolta epistemológica’ geral no campo das ciências sociais, ou ainda da ‘virada crítica’ (OLIVEIRA, 2013, p. 132).

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência [...] e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2011, p. 168).

Estevão Martins (2011), por sua vez, destaca que a história da localidade compõe, juntamente com outros elementos históricos, a “formação do legado histórico com que tem de haver o sujeito. É com relação a esse legado, pois, que o sujeito consolida, renova, altera, desenvolve sua identidade particular em meio a cultura histórica envolvente e conformadora, em cujo seio se encontra” (MARTINS, 2011, p. 49). Ou seja, a história regional é parte integrante na “tomada de consciência do meio ambiente cultural”, e que permite a formação de uma “consciência histórica”. E, nesse caso, a conformação de uma cultura histórica não se reduz a narrativas que visam a compreensão de uma identidade nacional, mais outras que perifericamente, ligadas ou não com uma história escolar, o sujeito se relaciona.

Isto posto, a formação da consciência histórica tem sido apontada como um significativo objetivo que norteia a história ensinada, já que “é um pré-requisito para a orientação em uma situação presente que demanda ação” (RÜSEN *apud* SCHMIDT; GARCIA, 2007, p. 194), dando vida a uma “concepção de curso do tempo” no qual as experiências do passado revelam “o tecido da mudança temporal no qual estão amarradas as nossas vidas, bem como as experiências futuras para os quais se dirigem as mudanças” (RÜSEN *apud* SCHMIDT; GARCIA, 2007, p. 194). Como afirma Rösen

podemos apreender que a consciência histórica pode exercer um papel importante naquelas operações mentais que dão forma à identidade humana, capacitando os seres humanos, por meio da comunicação com os outros, preservarem a si mesmos. Focando essa questão de identidade histórica, a didática da história enfatiza um elemento crucial na estrutura interna do pensamento e da argumentação histórica, bem como suas funções na vida humana” (RÜSEN, 2006, p. 15).

No entanto, embora ressaltando as particularidades locais, é fundamental estabelecer um diálogo com a questões de caráter nacional e/ou global. Logo, a produção de um material didático, aqui materializada no dicionário histórico-biográfico, que vise a transposição do conhecimento histórico sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão não pode estar alheia a essa dinâmica e a sua relevância no processo de construção de uma consciência histórica.

Logo, a história local não deve ser vista em oposição com a história nacional, mas sim de modo relacional, levando em conta que a história local não contém em si própria sua explicação (SCHMIDT, 2007, p. 190).

Ademais, ao propor o ensino de História Local como indicativo da construção da consciência histórica, não se pode esquecer de que, no processo de globalização que se vive, é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos de referência relacionais e identitários, os quais devem ser conhecidos e situados em relação às identidades locais, nacionais, latino-americanas e mundiais (ROMERO *apud* SCHMIDT, 2007, p. 190).

Ainda para Márcia de Almeida Gonçalves (2007), a história local permite um discurso menos “totalizante”, redimensionando a oposição simplista centro/periferia, possibilitando um novo olhar a história nacional, capaz de problematizar a concepção de unidade presente no discurso histórico difundido no ensino básico (GONÇALVES, 2007). Evitando, ainda, a dicotomia entre teoria e prática, já que a “história local e regional com relações com o geral, pelos caminhos da pesquisa, [poder ser] entendida como criação e não como cópia de lição” (AZEVEDO; STAMATTO, 2010, p.725).

Diante disso, é relevante destacar as contribuições de uma história integrada, entendida geralmente como “a tentativa de estudar articuladamente e processualmente os conteúdos relativos à história mundial e à história do Brasil, tratando de diferentes sociedades e espacialidades num mesmo tempo cronológico” (CAIMI; ROCHA, 2014, p. 132), recebe, aqui, novos contornos que buscam estabelecer a partir de questões locais problemáticas que permeiam a ideia de nacionalidade/diversidade. De todo modo,

a proposta de história integrada [...] se define pela tentativa de abandonar a pretensão universalizante da história, entendida como a ambição de abarcar o estudo linear de todos os acontecimentos, de todas as sociedades e épocas, e que toma como fio condutor o mundo ocidental, mais especificamente a Europa” (CAIMI; ROCHA, 2014, p. 142).

A história integrada, ao lado da história temática e tradicional, tem ganhado notoriedade enquanto “expressão curricular” no Brasil, como destacado por Flávia Caimi (2009). De acordo com a autora, ela “busca integrar os acontecimentos/conhecimentos históricos de diferentes sociedades, consubstanciados num mesmo tempo cronológico” (CAIMI, 2009, p. 3). Flávia Caimi identifica que as produções curriculares históricas se atrelam a “tendências teórico-historiográficas”, e que, no caso da história integrada, existe certa identificação com o “que se convencionou nomear história marxista, história dialética, história crítica etc.”, sobretudo, a partir da década de 1970 (CAIMI, 2009, p.7).

A autora evidencia dois pontos relevantes de crítica à história integrada: primeiro, o perigo de fortalecer perspectivas eurocêntricas em detrimento das histórias da América e do Brasil. E, segundo, o fato de insistir na pretensão de uma abordagem mais global da história,

que pode recair em um conteudismo, o que minimiza a necessidade de construção do “pensamento histórico” por intermédio das “relações presente-passado, pela compreensão da realidade social e pelo desenvolvimento da cidadania” (CAIMI, 2009, p.7).

Essas críticas contribuem para a tentativa de integração do conteúdo aqui realizada, pois, no primeiro caso, embora o objeto de estudo da autora tenham sido manuais didáticos que visam oficializar a história nacional a partir de uma perspectiva homogeneizadora, permite abrir espaço para compreensão da multiplicidade de processos históricos concomitantes que são marcados por certo grau de independência, próprio das ações humanas. No entanto, é preciso destacar que existem pontos de interlocução entre esses diferentes processos, o que viabiliza a mediação.

Logo, o que se propõe aqui é uma reaplicação da concepção de história integrada, que geralmente é muito comum na discussão sobre formas de organização do livro didático, mas que pode ser ressignificada em um contexto de valorização da história regional/local como parte fundamental em uma perspectiva de formação integral⁴.

Isto posto, acreditamos que a história local/regional pode permitir, ainda, a mediação de uma concepção histórica que ultrapassa a formação de identidades regionais, pautadas em uma relação sociocultural e política com o meio e suas idiossincrasias, mas atinge a aquisição de uma compreensão mais significativa da história que permitirá uma virada no sentido da multiplicidade.

Assim, em contraposição a uma história regional que só serve na medida em que contextualiza uma história pretensamente nacional, tal como se organiza a BNCC, André Machado (2017) defende “uma história que selecione episódios ocorridos fora do centro de poder, não para preencher uma lacuna, mas para contemplar problemas em toda a sua complexidade” (MACHADO, 2017, p. 300).

O autor acredita que além de uma mera questão identitária, os assuntos regionais não podem deixar de serem observados a partir de uma lógica que permite a compreensão do território nacional em sua heterogeneidade, fundamentando que

os eventos ocorridos na localidade e na região não sejam vistos sob a ótica da particularidade ou do fragmento. Ao invés disso, defende-se aqui que o real papel desses estudos é iluminar os contextos mais amplos dos quais foram parte, já que a nossa historiografia consagrou grandes modelos explicativos

⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta para a necessidade de uma formação em perspectiva integral, destacando um comprometimento com “a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir” (BRASIL, 2017, p.12).

que, em geral, não encontram respaldo no passado das zonas periféricas (MACHADO, 2017, p. 307).

O que se impõe, portanto, é uma questão de fundo historiográfico, que põe em xeque a interpretação sobre uma história pretensamente nacional, mas que não é capaz de abordar a múltiplas dimensões de um território como o do Brasil, que carrega uma diversidade de processos históricos em seus múltiplos aspectos, embora, nem por isso, não dialogue com outros espaços de poder, e com aquilo que costuma ser denominado de poder central. Ou seja, é pensar a realidade histórica nacional a partir de uma relação de imposição/ apropriação das realidades importas às regiões diante de novas conjunturas.

[Desse modo], pensar em estudo regional implica analisar uma singularidade na totalidade, estabelecendo relações entre o micro e o macro, para não cometer o erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos, construindo estereótipos sociais. Com isso, o aspecto limitante da abordagem reside na construção fragmentada dos acontecimentos, que impedem uma visão crítica das relações sociais e qualquer tipo de síntese histórica (MACHADO, 2014, p. 27).

Logo, o que se defende é exatamente essa relação dialética entre o nacional/global e regional/local, visando principalmente romper com essa fragmentação. Ao mesmo tempo em que os processos históricos regionais são valorizados e particularizados, também são incluídos, didaticamente, em um conjunto estrutural mais amplo que permite localizá-los e caracterizá-los.

Isso coloca diante da produção histórica, de modo geral, e do ensino de história regional, uma outra dimensão, que não, simplesmente, minimiza os assuntos considerados de menor alcance, mas busca inflexionar a relação entre os diferentes contextos que compõem a realidade nacional. Essa inflexão abre caminho para uma (re)apropriação das conjunturas históricas e que têm em seu principal foco a dinamicidade que é relativa a tudo que é humano. E é nesse contexto que a aplicação da história integrada se coloca como importante mecanismo de abordagem pedagógica.

Assim, a história integrada se distingue pelas

possibilidades que [...] oferece de apreender a relação dialética entre os níveis global e regional, as particularidades e o modo de articulação das tendências mundiais, distinguindo o que é próprio, específico, singular de um sistema e o que se manifesta como tendência mais geral, sem tratá-lo como objeto isolado, separado daquilo que lhe dá significado no contexto (CAIMI; ROCHA, 2014, p. 143).

Nesse sentido, entendemos que o uso da história integrada como prática pedagógica no contexto regional deve seguir dois vieses: por um lado, destacando pontos de intercessão e de influências múltiplas e diretas; e de outro, abordando elementos oriundos do que é particular, de uma “apropriação” de novos contextos e conjunturas mais amplas pelos sujeitos que compõem esse núcleo mais próximo.

O primeiro capítulo desse trabalho se ocupou de realizar um levantamento historiográfico sobre o golpe instaurado no Brasil em 1964, buscando um posicionamento ao lado das interpretações que caracterizam aquele acontecimento como fruto de uma conspiração empresarial e militar. Destacou-se que o processo de desestabilização de João Goulart teve como pano de fundo o crescimento dos interesses do capital multinacional e associado, com destaque para a atuação direta do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, como afirmou René Dreifuss (1981). E, nesse sentido, essa classe não simplesmente realizará o golpe como também “se tornará “Estado”, ocupando os principais postos de poder e mudando as estruturas administrativas por dentro.

O segundo capítulo, por sua vez, busca apresentar como se constitui o conceito de oligarquia na produção historiográfica maranhense, já que este domina boa parte das análises sobre o político-social no período republicano maranhense e principalmente durante a ditadura empresarial-militar no estado. Apresentam-se ainda as repercussões imediatas do golpe empresarial-militar na política e sociedade maranhense.

Pretende-se, ainda, complexificar as relações de interferência do estado ditatorial e de uma certa apropriação dos sujeitos históricos regionais, buscando apontar particularidades maranhenses em relação ao regime empresarial-militar. Nesse intento, o golpe e a ditadura foram inseridos em uma trajetória política já em curso no estado, apontando como a eclosão daquele acontecimento é apropriado dentro de uma lógica que vinha se produzindo, pelo menos, desde a década de 1950.

Por fim, nesse mesmo capítulo, procurou-se apontar as transformações realizadas na condução estatal a partir de 1965, momento em que há uma estruturação no Estado maranhense, no sentido de adequá-lo às diretrizes do projeto que assume o poder em 1964, buscando demonstrar a inserção do Maranhão nessa lógica golpista.

O terceiro capítulo desse trabalho se debruça, inicialmente, sobre a legislação educacional que trata sobre o lugar da história regional/local no currículo escolar, principalmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM). Apontam-se os diferentes interesses que compõem a formulação daqueles documentos, bem como os avanços da produção do currículo regional na

inserção das particularidades estaduais no ensino fundamental, público-alvo do produto desse trabalho, mas também as problemáticas que o currículo apresenta, principalmente em relação ao ensino de história da ditadura empresarial-militar no Maranhão.

Subsequentemente, adentrar-se-á nas principais produções didáticas regionais que tenham entre suas temáticas a ditadura. Aqui, se abordará como é construída uma “cultura histórica” sobre o período estudado. Tendo como ponto de partida a produção historiográfica e temáticas proeminentes no campo da escrita histórica profissional no Maranhão, intentar-se-á estabelecer relações de cunho mais amplo, que permitam construir um diálogo entre aquelas produções e o seu meio histórico, suas condições de produção e reprodução no ambiente escolar e da sociedade como um todo.

Por fim, como especificidade da modalidade de Mestrado Profissional, deu-se a construção de um produto educacional. O *Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão* busca, desse modo, se contrapor a uma perspectiva histórica hegemônica sobre o período ditatorial no estado, a saber: a ausência da influência de aparelhos de repressão no estado. Ele tem como público alvo discentes do 9º ano do ensino fundamental, permitindo a inserção nas aulas de história de discussões historiográficas sobre o golpe e a ditadura; abordando conceitos, informações históricas e biografias que ajudam a aprofundar os conhecimentos sobre as capilaridades da estrutura produzida no pós-1964; e visando, portanto, fazer uma integração dialética entre os conhecimentos a nível nacional e regional.

CAPÍTULO 1 – GOLPE E DITADURA DE CLASSE

Introdução

O movimento que levou ao golpe de 1964 e a natureza do regime erigido *a posteriori* tem sido um fenômeno bastante investigado. As inúmeras análises que marcam o período levaram a uma multiplicidade de interpretações que, se por um lado permitem um maior aprofundamento dos meandros históricos, por outro, sustentam uma significativa e surpreendente disputa de visões que marcam os embates historiográficos.

O questionamento sobre o que “produz o historiador”, as marcas de sua produção e seus delineamentos têm estado presentes em uma diversidade de trabalhos que, embora não consensuais, têm expressado uma crescente preocupação com o fazer histórico e seus significados e mesmo uma defesa da história, sobretudo, a partir da “crise epistemológica”⁵ que colocou à prova a cientificidade e, mesmo, a validade do conhecimento histórico. Como aponta Jurandir Malerba (2006), “Após esse impacto bombástico dos determinismos da linguagem em todos os rincões das ciências humanas, foi impossível para a história permanecer adversa e imune à controvérsia sobre o que resulta do trabalho do historiador” (MALERBA, 2006, p. 13)., ou seja, de uma teoria histórica que visava à investigar o “sentido do movimento histórico, suas ‘leis’ e seus ‘motores’” passou-se a priorizar o desvendar dos “artifícios da construção do texto histórico como artefato linguístico” (MALERBA, 2006, p. 13).

Assim, a “instituição histórica” é marcada por um conjunto de elementos *a priori* que determinam o status ontológico do conhecimento histórico e de uma produção que tem como marca o lugar (social, institucional, econômico) do pesquisador, sua prática e a produção de uma síntese. Logo, é com Michel de Certeau (1982) e sua “operação historiográfica” que se torna possível matizar um conjunto de elementos condicionantes da prática e, por conseguinte, do produto dessa prática.

Como aponta Rusen (2001):

A historiografia é, desse modo, parte integrante da pesquisa histórica, cujos resultados se enunciam, pois, na forma de um “saber redigido”. A pesquisa completa-se na apresentação historiográfica de seus resultados [...] A função racionalizadora da pragmática textual da teoria da história consiste em assegurar que o ganho de racionalidade do pensamento histórico, realizado na pesquisa, não seja perdido na forma escrita da historiografia, quando os

⁵ Malerba evidencia que a partir da década de 1970 irão se fortalecer as críticas aos princípios da “Ilustração” principalmente baseada na “Razão” e no Progresso” e com isso o descrédito nas “metanarrativas que imporiam direção e sentido à história”. De acordo com o autor, essa mudança paradigmática abriu espaço para a elaboração de duas principais teses: 1) o antirrealismo epistemológico, para o qual o passado não pode ser objeto de conhecimento; e 2) o narrativismo, que prioriza a linguagem na produção historiográfica, aproximando “história ficcional” e as “narrações dos historiadores” (MALERBA, 2006, p.13-14).

resultados da pesquisa são formulados em função do público-alvo potencial (RUSEN, 2001, p.46).

Assim, as sucessivas produções historiográficas, embora relacionadas àquelas condições “institucionais”, são fruto de um processo racional, que leva em conta um conjunto de delimitações da pesquisa histórica e de sua exposição, bem como à articulação sistemática desse conhecimento. Trata-se da “multiplicidade dos conhecimentos obtidos pela ciência da história e na variedade dos recursos metódicos, procedimentos de pesquisa e técnicas de exposição por ela desenvolvidos [...]” (RUSEN, 2001, p. 26)

Assim, é possível observar uma “lógica da história”, tomando de empréstimo a conceituação formulada por Edward Thompson (1981), que nos permite afirmar que esse “discurso de demonstração”, por mais que seja localizável, é fruto de um processo de desenvolvimento que é por si mesmo histórico, que é marcado pela primazia da evidência.

Como destaca Thompson (1981), “o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro” (THOMPSON, 1981, p.49). Essa característica do discurso histórico permite que os conceitos sejam formulados e interpretados a partir da própria evidência histórica. E, mesmo quando tomados de empréstimo das “disciplinas adjacentes”, se torna necessária certa elasticidade que faz parte da “tarefa da história” (THOMPSON, 1981).

Portanto, o fazer historiográfico é um produto desse conjunto de elementos que perpassa não apenas um lugar de produção, ou uma “instituição histórica”, mas também as evidências que se impõem ao historiador nessa relação com o passado, mesmo medida pelos questionamentos do presente que dão sentido aos acontecimentos no decurso das ações humanas. E são esses múltiplos significados atribuídos ao passado, seus embasamentos empíricos e teóricos, que permitem a discussão e o aprofundamento do conhecimento histórico.

Logo, a preocupação é dar visibilidade ao conjunto de interpretações sobre o golpe e a natureza do regime que se forma com o seu eclodir. Essa é uma temática que tem gerado bastante rivalidade no campo historiográfico, e uma conseqüente e expressiva produção acadêmica que dá voz aos principais interlocutores desses desacordos. As diferenças interpretativas permitiram, além da (re)formulação de perspectivas, uma produção subjacente que viabiliza o confronto dessas interpretações acerca do passado, objeto central do capítulo que agora se inicia.

1.1 O golpe de 1964: multiplicidades interpretativas

Um conjunto significativo de historiadores se debruçou sobre o golpe de 1964 que levou à instauração do regime militar, buscando atribuir-lhe sentido no conjunto dos condicionantes históricos que se circunscreveram naquele momento. Como é de se esperar, uma multiplicidade de interpretações resultou da necessidade de compreensão desse passado recente, o que se expressa na diversidade de nomenclaturas resultantes, como é natural ao discurso histórico. Essas nomenclaturas estão carregadas de significações que falam de pressupostos levados a termo na produção historiográfica.

Destaco que algumas das principais assimetrias historiográficas contemporâneas sobre o golpe não são produtos de produção historiográfica, e nem tiveram nesta sua gênese analítica. Carlos Fico (2004) evidencia que, até a década de 1980, boa parte dos trabalhos que se detiveram sobre o golpe e o regime militar era de natureza memorialística ou fruto de outras disciplinas.

Como é comum à produção sobre o político na contemporaneidade, uma parte considerável dos estudos sobre o período recebeu, de início, especial atenção das Ciências Sociais e Políticas, sobretudo, devido ao ainda pouco difundido campo da História do Tempo Presente, e da primazia dos estudos de *brazilianists*⁶. Esses trabalhos, no entanto, estariam marcados pela “ausência de perspectiva histórica”, principalmente pelo fato de que as fontes disponíveis ainda não estavam acessíveis aos pesquisadores, o que para o autor não é mais uma realidade (FICO, 2004, p. 32).

Todavia, alguns desses trabalhos extrapolaram sua condição disciplinar, e ganharam relevo enquanto elemento de conformação do discurso historiográfico sobre o golpe militar e a natureza do regime que o sucedeu, recebendo destaque não só como chave de interpretação, mas também nas contraposições interpretativas do golpe.

Entre esses trabalhos, podemos apontar o estudo pioneiro realizado por Moniz Bandeira (1977), que dá destaque ao golpe de 1964 a partir da ingerência de “interesses estrangeiros”, sobretudo dos Estados Unidos e Inglaterra, que, no processo de industrialização nacional, “se empenhavam em manter o mercado nacional como escoadouro de suas manufaturas” (BANDEIRA, 1977, p.65). Assim, na visão do autor, existiu uma articulação contra o governo João Goulart pelos “empresários mais representativos da burguesia comercial e de grupos estrangeiros” (BANDEIRA, 1977, p.65). Segundo o autor:

⁶ Os *Brazilianists*, de acordo com Carlos Fico (2004), foram alguns dos “percussores” das pesquisas sobre a ditadura militar no Brasil, sobretudo pelas relações estabelecidas entre os governos brasileiro e estadunidense e pelo privilégio de acesso às fontes (FICO, 2004, p. 29).

Esses empresários articularam o radicalismo de direita e patrocinaram a criação e o funcionamento de entidades como o Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em estreito contato com a CIA, que lhe forneceu orientação, experiência e mesmo recursos financeiros, abundantemente no esforço de corrupção e de intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do governo e derrocar o regime democrático (BANDEIRA, 1977, p. 65).

Assim, Muniz Bandeira enfatiza a ação de grupos empresariais, descontentes com a condução política no Brasil, que desemborcaria no golpe de 1964, com especial destaque à atividade do IPES, que agiu de forma direta na arregimentação de militares reformados que atuaram na coleta de dados sobre o governo de Goulart e uma possível articulação comunista, que, por meio de ampla divulgação, “visava assustar não somente os militares anticomunistas, mas, também os demais setores das classes dominantes, radicalizando-os, psicologicamente, para a aceitação do golpe de Estado” (BANDEIRA, 1977, p. 66).

A ingerência de grupos empresariais, no trabalho de Bandeira, tem como pano de fundo a ação do governo dos Estados Unidos, que prestava um conjunto de auxílios, sobretudo financeiro, ao IPES, o que permite uma maior sustentação de sua hipótese sobre os interesses internacionais na política econômica nacional.

Outro trabalho de fôlego que segue e aprofunda as discussões apontadas por Bandeira (1977) foi a tese de René Dreifuss (1981). Como o próprio título alude, a principal questão que se apresenta na fundamentação do autor é a natureza de classe do golpe, ou seja, o protagonismo de determinados setores da sociedade na idealização e na condução política dos governos ditatoriais.

Dreifuss, em sua extensa obra, apresenta uma escalada de um tipo econômico específico que começa a se delinear no fim da Segunda Guerra Mundial, identificado como capital monopolista: “As novas formas de capitalismo que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com as várias formulações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais” (DREIFUSS, 1981, p. 49).

O autor destaca, assim, o constante aprofundamento da ingerência de multinacionais no Brasil, sobretudo, a partir da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, o que para o cientista político teria um efeito subsequente: o surgimento de um “novo conjunto de agentes” de setores “civis e militares” que estariam “responsáveis pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado”. No entanto, o que no Governo de Kubitschek é entendido pelo autor como “incoerências estruturais da convergência

de classe”, devido a uma política de “conciliação” entre os interesses daquelas “multinacionais e de classes trabalhadora”, levou a uma conjuntura adversa no início da década de 1960, devido à “interação entre os interesses contraditórios e as demandas simultâneas do capital transnacional e classes trabalhadoras subordinadas”, o que teria levado à “perda de coesão do bloco histórico populista” (DREIFUSS, 1981, p. 144).

Essa perda de coesão, na visão do autor, é marcada pela reafirmação do “pacto populista”, que opunha os setores popular-trabalhador e burguês-industrial aos interesses de uma “burguesia multinacional e associada”, que, ao ver-se “incapaz de encontrar expressão administrativa e social adequada para o seu crescimento [...] procurou novas formas de ação política e contenção social” (DREIFUSS, 1981, p. 145).

Elemento fundamental de sustentação empírica ao trabalho de Dreifuss é a ação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), sendo a partir de vasto acervo da referida organização que o autor estabelece suas análises. A organização é entendida como principal mediadora dos grupos que articulam a ação golpista, tendo sido criada por iniciativa empresarial e militar, contando com o apoio estadunidense. A ação do IPES recebe significativa atenção do autor porque este teria atuado como “partido” a partir da concepção gramsciana, ou seja, funcionaria como “organizador das vontades coletivas” (GRAMSCI, 2007, p. 14), arregimentando apoio à articulação golpista.

No entanto, a interpretação embasada na documentação permitiu que o autor concluísse ainda que a ação do IPES não se resumiria às articulações em torno do golpe para a ascensão do capital multinacional e associado. René Dreifuss acrescenta que

a aliança de dependência mútua entre o Estado e as empresas privadas não tinha raízes apenas no aprofundamento do processo capitalista, mas, em termos bem concretos, na presença desses interesses no Estado, assegurando assim as garantias políticas indispensáveis à reorganização e ao controle da sociedade e da economia. Os associados e colaboradores do IPES moldaram o sistema financeiro e controlaram os ministérios e os principais órgãos da administração pública [...] (DREIFUSS, 1981, p. 455).

Logo, o projeto político de tomada do poder levado a termo por determinados setores da sociedade não fica restrito a uma articulação golpista, como é possível observar, mas ganha materialidade na atuação desses setores no interior do Estado e de seu protagonismo nas esferas da administração pública. Ou seja, não se trata apenas da formulação de um projeto de tomada do Estado, mas um projeto de atuação política que aprofunde a ação do capital multinacional no Brasil.

Ora, a construção discursiva do autor pode ser claramente identificada a partir da ação de interesses de setores sociais que buscam se expandir dentro da política econômica nacional, com destaque ao empresariado. Como destaca o autor:

Um **exame mais cuidadoso desses civis** indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancária) ser chamadas mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1981, p. 417, **grifo meu**).

Essa caracterização é central na análise que Dreifuss constrói sobre a conquista do Estado em 1964, porque na interpretação do autor esse grupo social (o empresariado), atrelado a setores militares, se constitui no principal polo de articulação política que leva a cabo a tomada de poder por interesses próprios. E é nesse ponto, a participação civil, que estão localizados um dos maiores dissensos nas interpretações sobre 1964.

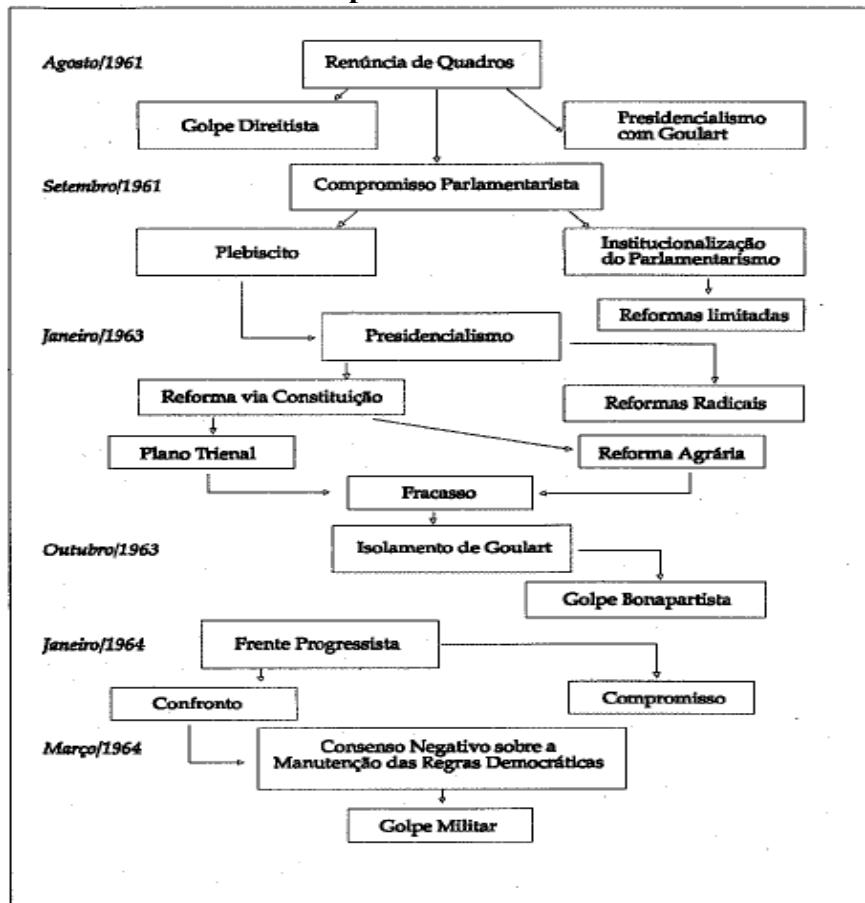
Nesse sentido, a tese de Angelina Figueiredo (1987) estabelece como ponto de partida de sua análise a oposição entre reformas e democracia no contexto da década de 1960, contrapondo-se, assim, a um conjunto de trabalhos que, na concepção da autora, tinham um viés estruturalista⁷ ou intencionais “orientadas-para-o-ator”⁸,

A principal tese defendida pela autora é que, “entre 1961 e 1964, escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um conjunto de compromissos sobre estas reformas” (FIGUEIREDO, 1993, p.30). Essa conclusão em é resultado do arcabouço teórico oriundo da concepção formulada por Przeworski, como aponta Carlos Fico (2018), e sua teoria das escolhas disponíveis aos agentes. Como a própria autora destaca, “concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações históricas concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termo de possibilidades e escolhas” (PRZEWORSKI, 1986 *apud* FIGUEIREDO, 1993, p.29).

⁷ Para a autora, os trabalhos de perspectiva estruturalista, como seria o caso de O’Donnell (1972 e 1975), Cardoso (1973) e Santos (1986), enfatizam elementos de ordem econômica ou institucional na determinação dos acontecimentos que levam ao golpe de 1964 (FIGUEIREDO, 1993, pp. 23-24).

⁸ Os trabalhos de perspectiva intencionais na visão de Figueiredo estariam voltados apenas para uma concepção conspiratória como resultado do sucesso do golpe de 1964 e seria representado pelo trabalho de Dreifuss (1981); já a perspectiva “orientada-para-o-ator” teria como expressão o trabalho de Stepan (1978) e seria caracterizada pelo reducionismo ao não levar em conta o conjunto de variantes políticas no golpe, e prender-se somente na personalidade do João Goulart (FIGUEIREDO, 1993, pp. 27-28).

Quadro 1 - Fluxograma mostrando as alternativas disponíveis em conjunturas críticas durante a presidência de Goulart



Fonte: FIGUEIREDO, 1993, p.32.

Assim, Argelina Figueiredo aponta dois momentos em que existiram possibilidades de estabelecer reformas: no parlamentarismo e no presidencialismo. Durante o parlamentarismo, “a oportunidade de implementar um programa gradual e moderado de reformas” foi menosprezada pela prioridade na ação de Goulart de reimplementação do presidencialismo, o que explicaria o seu fracasso (FIGUEIREDO, 1993, p.29).

Já durante o regime presidencialista, existiram duas oportunidades de implementação das reformas. A primeira, a partir de uma “coalizão multiclassista”, visava a atender amplos interesses, a partir do Plano Trienal⁹; mas esta proposta não pôde ser encaminhada porque, além

⁹ O Plano Trienal (1963-1965) foi elaborado pelo economista Celso Furtado (Ministro do Planejamento), com a colaboração de San Tiago Dantas (Ministro da Fazenda). Entre seus principais objetivos estava a compatibilização de combate ao surto inflacionário (37% em 1961 e 51% em 1962) com uma política de desenvolvimento que permitisse o retorno das taxas de crescimento do PIB (em torno de 7%) atingidas entre 1957-1961. Sincronicamente o plano objetivava uma melhor distribuição do produto do desenvolvimento econômico, com “redução de desigualdades regionais” (TOLEDO, 1993, pp.43-44). No entanto, o Plano Trienal constituía para as esquerdas “constitua-se numa nova capitulação, ao latifúndio e ao imperialismo: não se propunha a eliminação dos subsídios ao setor latifundiário-exportador nem se reconhecia o papel inflacionário representado pelas remessas ao exterior de juros, lucros e *royalties*, e a entrega de enorme soma de recursos públicos às grandes

de não existir um plano sobre sua abrangência, não recebeu apoio necessário dos “principais grupos econômicos” e tampouco do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que “opôs-se ao Plano desde o começo e aumentou a pressão sobre o governo, em favor de uma política reformista e nacionalista mais agressiva”, levando os capitalistas que apoiaram o plano a desistirem dele e ao abandono do Governo. A segunda oportunidade foi a partir de emenda constitucional. No entanto, Figueiredo afirma que o diálogo com os partidos no Congresso não foi exitoso, uma vez que o PTB, partido governista, assumira uma posição “intransigente”, atrelada à dimensão que se pretendiam as reformas, o que agravou a “oposição conservadora e impossibilitou um acordo viável” (FIGUEIREDO, 1993, p. 194).

Subsequentemente, a autora destaca que a tentativa de Goulart de declarar Estado de Sítio sofreu oposições, tanto da esquerda quanto da direita, o que gerou o “isolamento do governo” e “**dificultou muito** uma solução negociada para a crise”, e, na visão da autora, mesmo com a tentativa de se fazer uma coalizão em favor¹⁰, a “estratégia dominante” foi a busca estratificada de objetivos específicos pelos grupos. A partir daí, a autora destaca que o “cenário político passa a ser tomado por suspeitas, acusações e contra-acusações” que “avultava o espectro de um golpe, **seja da direita ou da esquerda**” (FIGUEIREDO, 1993, p.197, **grifo meu**).

Figueiredo conclui que as alternativas de realizar reformas a partir de uma lógica democrática estava impedida pois

de fato os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas **ainda que ao custo da democracia**. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente quando fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhe eram úteis para defender interesses entrincheirados (FIGUEIREDO, 1993, p.202, **grifo meu**).

Assim, o curso da história, na visão de Argelina Figueiredo, é resultado das possibilidades de escolhas apresentadas aos grupos políticos e não do contexto socioeconômico do país, dos contrastes históricos que compõem a realidade nacional, o que permitiu que alguns autores¹¹ apontassem para a falta de perspectiva histórica de seu trabalho.

companhias estrangeiras, diretamente e através de isenções de impostos e favores cambiais” (TOLEDO, 1993, pp.43-44).

¹⁰ A estratégia apresentada pela autora foi liderada por San Tiago Dantas, de acordo com Angelina Figueiredo, com a finalidade de conter a radicalização política e confluir apoio à reforma agrária criou a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base.

¹¹ Entre eles estão Carlos Fico (2018) e Demian Melo (2014).

Além da referida fragilidade, destaco que a interpretação de Figueiredo dos fatos segue uma progressividade catastrófica baseada nas escolhas, ou seja, são as decisões de curto prazo que condicionam catastroficamente o processo histórico (como é possível observar no Quadro – 1). Ao dispensar uma análise de conjuntura, a autora desconsidera o que realmente representava os agentes presentes na trama histórica em favor de uma análise que tem como ponto de partida a concepção de democracia, dessa forma desconsidera a complexidade da trama social brasileira e dos conflitos de interesses (trabalhadores e burguesia) a ela inerentes.

Nesse mesmo sentido, Caio Navarro de Toledo (2004) explicita que a hipótese de que se as esquerdas não tivessem radicalizado, optado por medidas menos *maximalistas* e aceitado reformas mais *moderadas*, “certamente seriam aprovadas pelos setores não-reacionários do congresso” o que teria evitado o golpe e a subsequente ditadura, não pode ser sustentada. Isso porque “textos decisivos sobre a conjuntura de 1964”¹² já haviam evidenciado que “a mais vigorosa oposição transcendia o congresso, tendo lugar no seio da chamada sociedade civil brasileira” (TOLEDO, 2004a, p.46).

João Goulart, por sua vez, é apresentado pela autora em um conflito entre as regras de um jogo democrático e da ação esquerdista radicalizada. Assim, as escolhas de Goulart, seguindo a perspectiva de Figueiredo, são fruto das pressões de grupos políticos sobre um personagem histórico de sentimento ambíguo, desconsiderando, portanto, toda uma trajetória do mesmo¹³. Além do mais, como aponta Carlos Fico, “há alguma singeleza na suposição de que a esquerda radicalizada de Leonel Brizola pudesse simplesmente considerar racionalmente, como escolha possível, não se comportar como o que de fato era: esquerdista e radicalizada” (FICO, 2018, p. 12).

É comum o empréstimo de categorias e mesmo argumentações formuladas por esses cientistas políticos no campo historiográfico, buscando dar sentido ao golpe, grosso modo, como ação articulada de uma classe social no conjunto dos interesses que marcam a década de 1960 ou como resultado de um confronto de perspectivas políticas antagônicas e excludentes, relativizando os setores da sociedade que protagonizaram a tomada de poder.

Uma das explicações que toma como ponto de partida as elaborações de Argelina Figueiredo foi formulada por Daniel Aarão Reis, como pode ser observado em *Ditadura*

¹² Entre esses textos, o autor destaca os de René Dreifuss, Moniz Bandeira, Werneck Sodré e Jacob Gorender (TOLEDO, 2004a, p. 46)

¹³ Caio Navarro de Toledo (1993, p.14) afirma que João Goulart, “como herdeiro de imensa fortuna pessoal e grande proprietário de terras (‘um latifundiário com saudável instinto de propriedade privada’ como afirmou um de seus colaboradores), [...] era, tal como seus críticos de direita, um fiel defensor do capitalismo. No entanto, asseverava ele que sua diferença em relação a estes residia na sua aspiração a um capitalismo mais ‘humanizado’ e ‘patriótico’; ou seja, Jango dizia opor-se àquilo que hoje se convencionou chamar de ‘capitalismo selvagem’”.

Militar, Esquerdas e Sociedade (2000), que inicia questionando o papel desempenhado pelas esquerdas na construção da ditadura; enfatizando que, para uma historiografia produzida até então, “a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve nada a ver com a ditadura” (REIS, 2000, p.9), o que se trata de um equívoco, uma vez que, desde Bandeira (1977), já havia um delineamento de setores da sociedade civil na condução do golpe de 1964, a saber, a classe empresarial.

Daniel Reis inicia seu texto fazendo uma contextualização de natureza internacional, buscando apontar as bases de um processo de busca por autonomia pelos países periféricos, baseados em uma política nacionalista favorecida pela polarização entre as superpotências mundiais e o enfraquecimento das potências europeias e Japão. No Brasil, no entanto, o autor destaca que a proposta desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek teria “minado” o projeto nacionalista.

Continuando o desencadeamento narrativo, Daniel Reis destaca que, no governo de Jânio Quadros (que na perspectiva de Aarão Reis era uma figura política cercada de contradições¹⁴), “o ritmo de crescimento diminuía, crescera a inflação, intensificara-se o cortejo de reajustes próprios de épocas de transformações aceleradas” (REIS, 2000, p. 20), e o desejo por mudanças, que teria sido encarnado naquele, perdia sua razão de existência. Tudo em razão do agravo aos setores industrial e conservador¹⁵; da falta de apoio das esquerdas e dos trabalhadores, que “recebiam promessas de austeridade” (REIS 2000, p.20); da inconcretude das reformas anunciadas e do desejo por mais poderes, que o fizeram renunciar ao cargo.

No entanto, destaca Reis, com a possibilidade de João Goulart assumir (o vice de Jânio Quadros), ministros militares tentam dar um golpe para impedir sua posse, mas são enfrentados por um movimento de resistência à “**quebra da legalidade constitucional**” encabeçado por Leonel Brizola, que culmina em um acordo que limitou os poderes presidenciais, em um regime parlamentarista que “associava um presidente enfraquecido e um parlamento fraco” (REIS, 2000, p. 21-22, **grifo meu**).

Subsequentemente, Reis aponta três questões que irão dar subsídio às análises acerca das ações da esquerda no governo de João Goulart: 1ª) identifica que o fracasso do golpe sobre a posse de Goulart era fruto da surpresa com que os ministros militares foram submetidos e das

¹⁴ As contradições de Jânio Quadros, na concepção de Reis, estão relacionadas ao fato dele ter um “discurso ambíguo, articulando um leque de forças: oligarcas liberais, classes médias, amplos contingentes de trabalhadores” (REIS, 2000, p. 19).

¹⁵ De acordo com Reis (2000, p.20), os setores industriais se viam incomodados com a ortodoxia de sua política econômica que não dava mais facilidade na aquisição de crédito e da inflação desequilibrada, já os setores conservadores estavam irritados com a política externa.

“divisões das elites dominantes”; 2ª) Os “movimentos populares que encontraram espaço no cenário político com a defesa da posse de Goulart, “não se deixariam tão facilmente afastar do palco”; 3ª) “**Esses movimentos haviam partido para a luta** em defesa da democracia e da ordem constitucional” (REIS, 2000, p. 22, **grifo meu**).

Esse apontamento é fundamental porque a partir daí o autor baseia sua análise no tensionamento entre amplos grupos da sociedade civil. De um lado, adeptos de uma política “nacional-estatista”, que agora “passaria a contar com uma ampla – e inédita – participação popular” (REIS, 2000, p. 22) e de outro, setores conservadores¹⁶.

Esse tensionamento, na visão do autor, é fruto de uma radicalização paulatina dos movimentos que visavam à política nacional-estatista ao tomarem posições mais expressivas na esfera governamental a partir da posse de João Goulart e, sobretudo, com a vitória no plebiscito de 1963 em favor do retorno ao presidencialismo, fortalecendo seu discurso em favor das Reformas de Base.

A sustentação de que o golpe teria como um de seus fundamentos a radicalização da esquerda devido ao desprezo pela “democracia burguesa”, por outro lado, também encontra espaço na posição de Daniel Aarão Reis, o que evidencia o alcance das formulações de Angelina Figueiredo (1993). Assim, nesse processo contínuo de radicalização das esquerdas, em que a democracia é apresentada como um ideal “instrumental”, como destaca Demian Melo (2014), estas devem ser responsabilizadas por sua ação reativa frente ao desejo de mudanças mais ou menos estruturais em um regime político excludente, já que esses posicionamentos atingiriam os valores burgueses de democracia.

Para as correntes radicais, a democracia realmente existente, considerada **burguesa**, valia apenas como campo de manobras e acúmulo de forças. O próprio PCB, que optara por formulações moderadas, desde 1958, e que fizera da luta pela reconquista da legalidade, perdida em 1947, uma de suas bandeiras mais importantes, viu-se envolvido no roldão. De um lado, porque também fazia parte de sua cultura política um grande desprezo pela **democracia burguesa**. De outro, porque, em certos momentos, para manter influência em setores populares radicalizados, e não perdê-los para correntes extremistas, era necessário acompanhar os passos da dança. Finalmente, mas não menos importante, porque a proposta política aprovada no V Congresso, realizado em 1960, comportava não poucas ambiguidades, entre as quais acenos à hipótese de um enfrentamento violento para solver as contradições da então chamada **revolução brasileira**. (REIS, 2001, pp. 334-335).

¹⁶Entre os grupos defensores das reformas, Aarão Reis destaca os trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas. Já entre os conservadores, ou simplesmente “opositores das reformas”, estavam “grupos empresariais favoráveis a projetos modernizantes [...] grande parte das classes médias e até mesmo setores populares: pequenos-proprietários, profissionais liberais, homens de *terno-e-gravata*, empregados de colarinho branco, oficiais das forças armadas, professores e estudantes, jornalistas, trabalhadores autônomos, enfim, toda uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira” (REIS, 2010, pp.26-27).

Sendo assim, o desencadeamento discursivo de Aarão Reis segue uma lógica semelhante à apresentada por Angelina Figueiredo, embora localizada em uma perspectiva mais ampliada que leva em consideração, mas não decisivamente, questões de ordem internacionais que impulsionariam ação de grupos sociais internos rumo a uma radicalização. E mesmo evidenciado a existência de interesses ligados a um “desenvolvimento dependente e associado aos capitais internacionais” (REIS, 2000, p.17), Reis não chega a matizar o peso dos mesmos no decurso dos acontecimentos. Assim, a formulação do autor se prende no embate de dois grupos antagônicos que tinham em comum o mesmo desprezo pela democracia.

As formulações de Angelina Figueiredo também serviram de influência para as produções de Jorge Ferreira, mas, diferentemente de Aarão Reis, busca priorizar uma análise mais internalista que menospreza significativamente a ação internacional. Em texto de 2003, o autor inicia suas argumentações com a crítica de três diferentes tipos interpretativos igualmente “tradicionais”: o primeiro voltado a uma concepção personalista da política com foco em João Goulart, o segundo com uma perspectiva estruturalista focado em um “determinismo econômico”, e o terceiro pautado em uma visão conspiratória como “fator fundamental para a crise política de 1964”. Críticas que se aproximam consideravelmente daquelas formadas por Angelina Figueiredo (FERREIRA, 2003, pp.346-347).

No intuito de evidenciar aos diferentes “interesses dos atores coletivos envolvidos no processo”¹⁷, o autor foca sua análise na ação dos “grupos esquerdistas” em defesa das Reformas de Base. Buscando, assim, apontar o perfil do grupo e sua participação na política, principalmente a partir da pressão a João Goulart. Essas “esquerdas”, no ponto de vista do autor, eram “radicais, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional”, sempre pressionando o presidente a abandonar a política de conciliação. No que diz respeito às reformas de base, por exemplo, qualquer proposta que incluísse indenizações era inaceitável. Assim, a proposta era “pressionar o governo e mobilizar os trabalhadores nas ruas, excluindo [...] ‘concessões ou compromissos políticos’” (FERREIRA, 2003, p.346-347).

Desse modo, o golpe de 1964, na visão do autor, é resultado do clima que dominava a esfera política na década de 1960.

Os conservadores tentariam impedir as alterações econômicas e políticas [...] O PTB, por sua vez, cresceu e se confundiu com os movimentos sociais que defendiam reformas. Assim os grupos progressistas da sociedade representados pelos grupos nacionalistas e pelas alas radicais e fisiológicas do PTB, exigiam reformas, mas igualmente como seus adversários, sem valorizar

¹⁷ Principal objetivo apontado pelo autor na sua análise (FERREIRA, 2003, p. 347).

a democracia. Como conclui Angelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda” (FERREIRA, 2003, p.400).

A primeira sempre esteve disposta romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, até mesmo com o sacrifício da democracia. Ambos os grupos, diz a autora, “subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas”. Entre a radicalização da esquerda e a da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa. (FERREIRA, 2004, p. 209).

O autor ainda acrescenta, de acordo com Maria Celina D’Araújo (1996), que o “golpe militar [...] foi contra o PTB, suas práticas políticas e suas lideranças”, um claro reducionismo do que ele próprio se propõe quando enfatiza que um dos focos de sua análise é “interesses de atores coletivos no processo” (FERREIRA, 2003, p. 347). O reducionismo também fica evidenciado pela valorização da ação política apenas como produto de uma classe política e em decorrência dessa, já que os grupos políticos e a defesa de seus interesses tendem a, na análise de Ferreira, convergir para a prática legislativa sem levar em consideração a complexidade dos elementos que compunham a sociedade da época.

Nesse mesmo sentido, outra problemática que pode ser ressaltada nas formulações de Jorge Ferreira é a caracterização estéril que faz do campo conservador que protagoniza o golpe em sua reação ao radicalismo da esquerda, sobretudo no que diz respeito aos seus interesses. Quando o autor aponta que “grupos políticos, empresariais e militares” se articularam no intuito de conspirar contra o governo (a partir do IPES, que teria atuado mais diretamente na sociedade civil, em uma ação de propaganda anticomunista, e do IBAD a partir da subvenção de candidaturas em 1962 no intuito de defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente (FERREIRA, 2003, p. 360) não enfatiza o peso desses acontecimentos no desenvolvimento histórico, ou seja, no aprofundamento do capital multinacional.

Como destaca Demian Melo (2014), nas elaborações de Jorge Ferreira (2003 e 2004), a “direita é tratada sempre como ‘reagindo’ à radicalização da esquerda, ou mesmo assustada com o ‘radicalismo’ praticamente uma vítima daquelas circunstâncias” (MELO, 2014, p. 13). Ação temerosa contra uma radicalização, contra uma ação comunista.

Outra posição que não pode deixar de ser destacada, sobretudo por suas controversas afirmações, é a de Marco Antonio Villa (2004) sobre o caráter golpista de João Goulart, que ficaria evidenciado em pontos da biografia que produz sobre o mesmo. Em uma construção cronológica dos fatos, Villa desenvolve sua narrativa buscando desnaturalizar uma memória

sobre Goulart, destacando que ao se aproximar “historicamente de Jango, da sua carreira política, especialmente dos 31 meses de governo, a imagem fica borrada” (VILLA, 2004, p. 7).

O autor apresenta uma radicalização gradual de João Goulart, que estaria expressa em algumas de suas opções políticas, a saber, sua campanha a favor da antecipação do presidencialismo, sobretudo a partir de sua aproximação com os setores militares que viam incoerência no regime parlamentarista. “A pressão não parava de crescer — e sempre fomentada pelo Palácio do Planalto, que usava o melhor instrumento para a obtenção da medida: o poder das armas” (VILLA, 2004, p. 57).

Outro momento que marcaria essa opção golpista de Goulart, na concepção de Antonio Villa, seria a articulação de uma greve em setembro de 1962 em conjunto com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o manifesto “assinado por três federações e 563 sindicatos de trabalhadores” ameaça a realização de uma greve geral se a antecipação do plebiscito a favor do presidencialismo não fosse aprovada no Congresso e encaminhava conjuntamente a exigência do aumento de 100% do salário-mínimo. É importante observar que na exposição do autor é apresentada uma ação “articuladora” de João Goulart, embora não apresente consistências empíricas e mesmo o texto apresentado por ele como referência (DELGADO, 1986 *apud* VILLA 2004, pp. 57-58) – não faça nenhuma afirmação nesse sentido. De qualquer modo, Villa apresenta essas como principais causas para o fim do parlamentarismo e instauração do presidencialismo em 1963.

No entanto, o momento de maior inflexão de um pretense caráter golpista de Jango estaria expresso em sua tentativa de impor Estado de Sítio em setembro de 1963. A ação apresentada como uma contraofensiva a setores conservadores e mesmo da esquerda – uma espécie de golpe “em nome do centrismo” (VILA, 2004, p.84), – seria, na verdade, na visão de Villa um golpe de Goulart para permanecer no poder. Principalmente, em se considerando que ele apresenta que os principais atingidos seriam os possíveis candidatos à presidência nas eleições vindouras (1964), principalmente Carlos Lacerda. Para o autor, “era visível que o estado de sítio seria o primeiro passo para a ditadura ou para o continuísmo de Goulart, através de reforma da constituição” (VILLA, 2004, p.85).

A partir de suas fontes de consulta, geralmente mídia impressa e memórias biográficas que não sofrem a devida crítica, fundamental no fazer histórico, Villa apresenta João Goulart com uma personalidade dúbia e muitas vezes incerta, como, por exemplo, na fala de Goulart a Celso Furtado sobre manifesto por ele produzido quanto à possibilidade de um golpe: “Celso aquele seu manifesto tem sido apreciado por várias pessoas. O Osvino achou que ele está ótimo pra ser utilizado em um golpe” (VILLA, 2004, p.58), que carecem de maior contextualização e

problematização; ao mesmo tempo em que Goulart é apresentado certo incomodo do presidente com a insatisfação dos setores de esquerda com o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado: “Não me encomendaram um projeto de revolução, mas um plano de governo” (VILLA, 2004, p. 67). Mas aos poucos as apresentações dúbias de Goulart vão dando espaço a uma narrativa em que o principal objetivo seria continuísmo por meio de “articulações” e “planos para permanência no poder”.

Carlos Fico (2017), em crítica a essas posições, destaca que, em relação às pressões ao congresso para a antecipação do plebiscito, estas eram resultado de “muito jogo político, ameaças, provisões falhas, mas resta por demonstrar a existência de atmosfera de efetiva coerção ao qual o congresso teria aprovado a antecipação do plebiscito”. E sobre o caso do Estado de Sítio, Carlos Fico aponta que este “não permitia explicitamente a intervenção em estados e Villa não apresenta evidências sobre planos de intervenção nesses estados, ou ainda evidências questionáveis, como o depoimento de José Serra¹⁸ (FICO, 2017, p 10).

Assim, como a leitura corrente encontrada em Angelina Figueiredo, Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira, Marco Antonio Villa também concorda com a posição na qual esquerda e direita pretendiam golpear a democracia, como pode ser evidenciado na sua afirmação.

Em meio ao golpismo, o regime democrático sobrevivia aos trambolhões. Defendê-lo era, segundo a esquerda golpista/revolucionária, comungar com o desprezível liberalismo burguês, ou, de acordo com a direita, com o odiado populismo varguista. Atacada por todos os flancos, a democracia acabaria sendo destruída, abrindo as portas para duas décadas de arbítrios e violências. (VILLA, 2014, p.7).

No entanto, a perspectiva na qual a esquerda ou, de modo amplo, os movimentos em favor das reformas de Base devem ser responsabilizados pelo golpe de 1964, ou mesmo que este seria resultado da ação mais restrita de João Goulart, sofreu relevantes críticas, como aquelas endossadas por Caio Navarro de Toledo em artigo de 2004: “*Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*”.

O autor inicia seu texto apontando como o 40º aniversário do golpe apresenta-se como uma inflexão no que diz respeito às perspectivas sobre esse acontecimento que, embora nos círculos militares ainda seja caracterizado por um tom revanchista, grosso modo, as

¹⁸ Como destaca Fico, em entrevista de 1994, Serra afirma que o Estado de Sítio teria sido apresentado como estratégia golpista em uma reunião. Mas “em seu livro de memórias que publicou em 2014, [...] relativiza muitíssimo tais afirmações: revelou que Jango lhe confidenciou, em outubro de 1963, que sabia que não terminaria o mandato, que os possíveis desdobramentos golpistas eram cogitados na verdade por Brizola [...] e que não acredita que Goulart ‘tivesse atuado de forma entusiasmada na confecção do roteiro que ia do estado de sítio ao regime de exceção’”. (FICO, 2017, p.10)

perspectivas que ganharam visibilidade são aquelas cujas características podem ser classificadas como progressistas.

No entanto, para Toledo, partiriam do meio acadêmico vozes dissonantes¹⁹ que “defenderam teses de caráter **revisionistas** sobre os acontecimentos de abril”, sobretudo a partir de uma perspectiva em que o “golpismo” é a principal tônica nos diferentes “agentes relevantes do processo político [...]: militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart – por não morrerem de amor pela democracia – estavam prontos para desfechar um golpe de Estado” (TOLEDO, 2004a p. 34).

Assim, as elaborações supracitadas de Daniel Aarão Reis, Jorge Ferreira e Marco Antonio Villa²⁰ pautadas, principalmente, nas concepções de Angelina Figueiredo, são os alvos principais das críticas de Navarro de Toledo.

Além da falta de comprovações empíricas ou factuais, as interpretações que oferecem são teoricamente frágeis. A rigor, são ideias falaciosas que passam a ter significados políticos e ideológicos claros e precisos no debate historiográfico; a rigor, endossam uma visão conservadora e reacionária do golpe de 1964 (TOLEDO, 2004a. p.36).

O historiador Navarro de Toledo enfatiza o uso do termo *golpismo* por esses historiadores, predominantes nas análises de Marco Villa, Leandro Konder e Jorge Ferreira ao qual “as esquerdas em geral que agiam para romper com a legalidade institucional” (TOLEDO, 2004a, p.35).

A crítica do autor direcionada à perspectiva de que as esquerdas pretendiam dar um golpe são fundamentadas na falta ou fragilidade de evidências no que diz respeito às principais afirmações realizadas por eles. Navarro destaca a necessidade de relativização das formações de organizações como a Liga dos Onze e Liga Camponesa, que, conforme a narrativa revisionista, estariam dispostas a dar um golpe. Ou de que afirmações de líderes da esquerda como Leonel Brizola, Julião e Carlos Prestes demonstrariam esse caráter antidemocrático. Ou ainda de que proposta de emenda constitucional visando a instituir o direito de reeleição de Goulart que, além da oposição de políticos como Juscelino Kubitschek, Miguel Arraes e Carlos

¹⁹ Já que, para Caio Toledo, “a maior parte dessas intervenções reiterou as análises críticas que responsabilizam setores ‘duros’ das Forças Armadas e setores conservadores e liberais da chamada sociedade civil pelo golpe de 1964” (TOLEDO, 2004a, p. 34).

²⁰ O autor faz críticas ainda a Leandro Konder (2004), importante filósofo marxista brasileiro, que ao “embarcar” em uma análise semelhante às dos autores apresentados afirma que a cultura política brasileira é marcada pelo “golpismo” e que este se manifesta também no campo da esquerda. “Assim, a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita” (apud TOLEDO, 2004a, p. 35-36).

Lacerda, passaria por tramitação no congresso e passaria por amplo debate e provável recusa da sociedade civil.

Por outro lado, igualmente digna de crítica e relativização, é a ideia de que o presidente planejava um golpe de Estado, já que nunca foram encontrados indícios históricos desses planos, mesmo em um contexto ditatorial e de intensa repressão aos “quadros civis ligados diretamente à Presidência da República, setores de esquerda, entidades (CGT, UNE, ISEB etc.)” nunca foram apontados elementos que permitissem tal afirmação.

Diante do exposto, Toledo sustenta que o “golpe de 1964 constituiu o coroamento de iniciativas de setores políticos e militares que, desde 1950, se opunham, de forma sistemática, à consolidação e ao alargamento da democracia política no Brasil” (TOLEDO, 2004a, p.42). Logo, os grupos de esquerda e os trabalhadores não podem ser responsabilizados pela reação de setores da sociedade civil que viam na mobilização e “questionamento do sistema político” um risco para a “ordem econômica e social que, a rigor, deveriam permanecer sob o estrito controle e domínio das classes possuidoras e proprietárias” (TOLEDO, 2004a, p.42).

De todo modo, as ações desses grupos em favor das reformas de base poderiam ser criticadas apenas a partir do ponto em que não foram capazes de constituir “*alianças* sociais com setores progressistas e não golpistas”, devido à condenação da política de conciliação por parte das esquerdas, pois “em certa medida, o *esquerdismo* teve papel importante na contundente e desmoralizante derrota dos setores progressistas. Mas, do ponto de vista teórico e político, é inaceitável confundir *esquerdismo* com *golpismo*” (TOLEDO, 2004a, p.43, **grifo do autor**).

Por fim, Toledo critica a relação de dissociação entre *reformas e democracia* imperante nas concepções revisionistas. Para o historiador, a posição que submete a metodologia de luta de setores da sociedade por reformas sociais e econômicas a um tipo específico de “preservação da democracia”, *reticente, moderada*, demonstra o distanciamento desses “acadêmicos a possibilidade de se construir uma democracia que enseje significativas conquistas sociais para as classes dominadas” (TOLEDO, 2004a, p.46). Dessa forma, os setores desprivilegiados da sociedade estariam sempre submetidos a um tipo de organização, promovido por uma “democracia excludente”. Na interpretação de Toledo,

com suas formulações, estes acadêmicos recuam ideologicamente na medida em que suas formulações se enquadram dentro dos marcos e limites da política liberal-democrática. Além de não comprovarem a tese do *golpismo*, imputam às esquerdas uma cultura política não-democrática pelo fato destas serem críticas da democracia liberal (TOLEDO, 2004a, p.47).

Todavia, Navarro de Toledo, ao aprofundar essa discussão, chega a afirmar que o Golpe de 1964 foi contra “**as reformas sociais defendidas por setores progressistas e [...] contra a incipiente democracia política, nascida em 1945**” (TOLEDO, 2004b, p. 13, **grifo meu**). Afirmção que ganha substancialidade com a recuperação das afirmações de Florestan Fernandes: “movimento político-militar de 1964” foi para “impedir [...] a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia ampliada*”. Nessa perspectiva, o que desencadeia o golpe é exatamente a evolução do espaço adquirido por “setores das classes trabalhadoras (mesmo massas populares mais ou menos marginalizadas no campo e na cidade)” (FERNANDES, 1980 *apud* TOLEDO, 2004b, p.14).

Essa afirmação é elucidativa na medida em que permite uma interpretação menos restrita das condições que fomentaram a ação de tomada do poder por setores da sociedade civil e militares, já que a concepção reducionista de democracia apontada pelos autores revisionistas não enfatiza a profundidade das questões sociais presentes na sociedade capitalista e as teorizações sobre essa a partir de um viés socialista.

Outro autor que se dedica a criticar os acadêmicos considerados revisionistas é Marcelo Badaró Mattos (2008). O autor enfatiza quatro diferentes linhas interpretativas sobre o golpe. A primeira, predominante até a década de 1970, que de modo geral enfatizava dois elementos gerais para o desencadeamento do golpe: a questão econômica da crise de acumulação e o golpe da crise do populismo.

Em segundo momento, principalmente na década de 1980, destaca-se o trabalho de René Dreifuss (1981) que, na visão do autor, se trata da mais “abrangente e significativa análise sobre as articulações entre setores das classes dominantes e militares, resultando no golpe de 1964”, já que a partir de ampla documentação o autor apontou a ação de grupos empresariais na condução do golpe e do regime erigido (como já destacado anteriormente). (MATTOS, 2008, p. 247).

Em terceiro, Mattos enfatiza os trabalhos produzidos na CPDOC da FGV do Rio de Janeiro, cujas análises se baseiam principalmente em depoimentos de militares e cujo trabalho de maior relevo teria sido o de Gláucio Soares, para quem o golpe de 1964 “não possuía um comando orgânico”, em clara oposição às formulações de René Dreifuss. Esse trabalho afirma, ainda, que o golpe não teria sido dado em nome de um projeto articulado, mas contra a conjuntura que se formara no início dos anos 1960²¹.

²¹ As motivações se relacionam diretamente ao discurso militar produzido no decorrer do contexto de Guerra Fria e da conjuntura nacional de então, como: “1. Caos, desordem, instabilidade; 2. Perigo comunista e subversão; 3. Crise hierárquica militar; 4. Interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militar; 5. Apoio

A crítica de Badaró Mattos a essa perspectiva se dá por suas escolhas metodológicas; já que, por um lado, as principais fontes da pesquisa são depoimentos de “oficiais de segunda ordem”, não levando em conta um conjunto de fontes que “revelam as articulações e participação do grande capital (e de militares) numa conspiração golpista”. E, por outro, em decorrência da primeira, esses estudos não levam em consideração a relação entre a composição dos governos militares e as medidas aprovadas por esses, bem como os estudos e sistematizações “realizadas pelo IPES antes (como demonstra Dreifuss)” (MATTOS, 2008, p. 248-249).

Ainda no decorrer da década de 1990, Mattos destaca o surgimento da obra de Angelina Figueiredo, que já foi analisada mais detidamente em momento anterior deste trabalho. Para o historiador, o trabalho de Figueiredo, no ímpeto de se contrapor às análises anteriores, que responsabilizavam militares e setores da sociedade civil, como a obra de Dreifuss, ou os estritamente militares, como aqueles produzidos no CPDOC da FGV do Rio de Janeiro, culpabiliza grupos que defendiam as Reformas de Base e que foram os golpeados em 1964. O trabalho de Figueiredo, como ressalta o autor, foi retomado no contexto do 40º aniversário do golpe (2004) e, em “grande medida, suas teses foram radicalizadas” por Elio Gaspari, que não é “propriamente um pesquisador universitário”, e por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis²², que produziram um *debate acadêmico* que irá se perpetuar nos anos posteriores (MATTOS, 2008).

Ainda como produto desse impacto no meio acadêmico, Mattos aponta o trabalho organizado por Marieta de Moraes Ferreira: *João Goulart: entre a memória e a história*, exemplar das produções daquele contexto²³. “A partir das memórias de João Goulart e seu Governo”, Marieta buscaria “rever a história política dessa conjuntura”, pautando-se principalmente em depoimentos orais para “confrontar memórias de ‘conservadores’ e da ‘esquerda’ sobre Goulart” (FERREIRA, 2006 *apud* MATTOS, 2008, p. 255).

Esse trabalho, na perspectiva de Mattos, faz significativas conclusões, como as afirmações de Marieta Ferreira sobre João Goulart nas ações que antecedem o golpe de 1964: 1) “o golpe não foi uma simples quartelada militar”, evidenciado em testemunhos de políticos conservadores; 2) embora esses testemunhos associem as Reformas de Base a “uma abertura

popular ao golpe; 6. Corrupção, roubo de verba pública; 7. Sindicalismo, república sindical” (SOARES, 1994 *apud* BADARÓ, 2008, p. 248).

²² O jornalista Elio Gaspari escreveu uma coletânea de livros dedicados à ditadura. Para o autor, tanto a direita quanto a esquerda não tinham compromisso democrático, dessa forma, “havia dois golpes em marcha” (GASPARI, 2002b, p.48).

²³ Para Badaró Mattos, nesse contexto, os trabalhos sobre o Governo Goulart, em linhas gerais, apresentam uma “abordagem biográfica, a discussão sobre a memória e a apresentação dos testemunhos de época sobre Goulart e seu governo”.

para a implantação do comunismo no Brasil, não há relação explícita entre ambos; 3) A construção de um consenso em torno da possibilidade de um golpe dos setores que defendiam a reforma estava pautada muito mais em questões como o discurso de líderes da esquerda, “manifestações e quebra da hierarquia militar e imagens negativas associadas a João Goulart (FERREIRA, 2006 *apud* MATTOS, 2008, p. 256-257).

Se o uso exclusivo de memórias permitiu associações ambíguas à imagem de João Goulart em trabalhos como os de Angelina Figueiredo, Aarão Reis e Antonio Villa, como já observado em momento anterior deste trabalho, as afirmações de Marieta Ferreira, mesmo tendo como principal fonte depoimentos orais e arquivos pessoais de João Goulart (MATTOS, 2008), conseguem, a partir da confrontação de memórias, aprofundar o panorama das questões que nortearam o golpe, o que, em grande medida, corrobora a existência de uma imprecisão, não só teórica, mas empírica, quer na relação de exclusão entre democracia e reformas, quer no golpismo de setores de esquerda ou mesmo de João Goulart.

Para Mattos, essa produção historiográfica recente é influenciada, principalmente, por “uma história política renovada”, e desse ponto de análise “surgem importantes iluminações a respeito da dinâmica de tomada de decisões por parte dos gestores do Estado”, mas que falta espaço numa relação mais dinâmica entre esses elementos administrativos e a “história social daquele período”, como complementa o autor, a intenção não é

de retomar as teses mais mecânicas de algumas análises contemporâneas ou posteriores ao exercício da presidência por Goulart, que pareciam negar qualquer nível de autonomia à dimensão política, reduzindo todos os desdobramentos daquela conjuntura a simples reflexo das contradições do modelo de desenvolvimento econômico. Mas sim para não afastar completamente do horizonte que, para além dos embates entre ‘esquerdas’ e ‘direitas’, ou melhor, explicando-os, encontramos interesses sociais distintos e conflitantes, que se manifestam em diferentes projetos de poder (MATTOS, 2008, p. 261).

Todavia, é com Demian Melo que a caracterização desse grupo revisionista ganha contornos mais claros. Em “A miséria da historiografia” (2006), o autor busca fazer uma apresentação mais coerente desses estudos, não simplesmente a partir de imprecisões históricas, mas levando em consideração suas raízes teóricas. Para o autor: “esse revisionismo está em consonância com os pressupostos de uma ideologia do “fim da história”, segundo a qual a democracia liberal é o ápice da evolução humana, ao mesmo tempo em que é o melhor dos mundos possíveis” (MELO, 2006, p.113).

Demian Melo destaca que o revisionismo não é um elemento novo na produção historiográfica, pelo contrário, é parte integrante do trabalho do historiador “que para sobreviver

precisa levantar uma nova hipótese, revelar um documento novo ou propor uma nova abordagem”; afirmação é fundamental em sua análise, já que o problema das interpretações revisionistas sobre o golpe de 1964, na visão do autor, não está necessariamente no fato de apresentarem novas interpretações a antigos problemas, mas da posição teórica presente em suas afirmações, pretensamente livres de “paixões políticas” e, portanto, mais objetivas (MELO, 2006, p. 116).

Exemplar, nesse sentido, é a aplicação do termo revisão na perspectiva histórica do movimento socialista, em que ganhou notoriedade, como observa Melo, a partir das análises de Bernstein sobre a natureza das estratégias de reformas aplicadas pelo partido social-democrata e uma possível adequação aos “marcos institucionais do Estado burguês”; e Rosa Luxemburgo que tenta “revisar” uma das principais obras de Marx (o capital) e sua “luta contra o imperialismo”. A partir disso, Melo aponta que o revisionismo é um elemento fundamental, mesmo nas fundamentações marxistas, mas que este deve ser avaliado, concordando com Lucáks (2003), com base no “‘ponto de vista social a partir do qual se observa a totalidade social’ que diferencia um *revisionismo* revolucionário do reformista”, logo cabe demonstrar o “lugar social’ dos historiadores *revisionistas*” do golpe de 1964 (MELO, 2006, pp. 116-117).

Essa contribuição é salutar, na medida em que estabelece uma dimensão de caracterização do “revisionismo” a partir de uma ótica marxista, sendo estes os principais críticos do revisionismo. Sendo assim, há, no caso da recente revisão sobre o golpe de 1964, uma tentativa de proposição ideológica que não pode ser caracterizada por uma melhor abordagem sobre o período, ou maior completude interpretativa.

Para Melo, seguindo essa concepção, existem elementos expressivos no trabalho de Angelina Figueiredo que são perpetuados nas análises de historiadores como Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira, a saber: “sua visão sobre a democracia [essencialmente liberal, que] a conduz a uma interpretação equivocada do golpe de Estado, que acaba por reproduzir argumentos dos verdadeiros golpistas em abril de 1964” (MELO, 2006, p. 123).

Por fim, o autor conclui que a concepção liberal do “fim da história”, tal como formulada por Fukuyama, que enfatiza uma vitória do liberalismo, com o fim do socialismo real, apoiada em uma concepção institucional da democracia é a tônica desses *revisionistas*; e acrescenta que esses autores

têm como ponto de vista a visão acrítica do regime de 1945-1964, o que os leva a caracterizar como golpistas as esquerdas que procuravam ultrapassar os limites daquele regime [...] é pressuposto aqui a grande confluência entre as teses revisionistas e os interesses das classes dominantes brasileiras, interessadas em construir uma memória sobre o golpe e o regime de que foram os principais beneficiários (MELO, 2006, p. 128).

Por fim, é interessante destacar o trabalho de Renato Lemos que, ao apropriar-se das abordagens temporais elaboradas por Braudel, aponta a ditadura brasileira (1964-1984) como resultado de um processo histórico que se circunscreve em uma longa duração, média e curta duração: a *longa duração* (1914-1989) se caracterizaria pela ereção de estrutura ideológica pautada na democracia liberal e no anticomunismo; uma estrutura econômica que se constituiu após o fim da Primeira Guerra Mundial com uma maior “diversificação econômica no sentido da Indústria e deslocamento demográfico rumo às cidades médias e grandes” (LEMOS, 2014 p.116). No plano político, as mudanças estruturais são paulatinamente construídas no sentido de minimização da representação de determinados setores da sociedade, sobretudo da classe trabalhadora rural e urbana em expansão a partir da década de 1920.

Na *média duração*, Lemos destaca como marco o fim da Segunda Guerra Mundial: momento fundamental da internacionalização dos antagonismos do capitalismo e socialismo encabeçados pelos Estados Unidos e União Soviética respectivamente. Nesse contexto, na perspectiva de Renato Lemos, o Brasil insere-se no bloco capitalista. No entanto, na estrutura social formam-se dois campos: um nacional-popular, ao qual se “constitui uma zona de inserção de vários matizes do nacionalismo com o reformismo”; e, em oposição a este, um campo “liberal e associacionista que compunha o “antivarguismo”, que combinava a “defesa do liberalismo econômico com o anticomunismo” (LEMOS, 2014, p. 120).

A produção dessa conjuntura social é, concomitantemente, produto daqueles antagonismos produzidos durante a Guerra Fria e do desenvolvimento histórico nacional que se inicia, para Lemos em 1946, no contexto da redemocratização e das eleições presidenciais. O que se explica na “série de fracassos das forças políticas do campo liberal associacionista” com o despontar no cenário político nacional de “setores que promoviam, em alguma medida, interesses materiais e sociais dos trabalhadores, em especial aqueles associados à figura de Getúlio Vargas” (LEMOS, 2014, p.120).

Por fim, para Renato Lemos, em uma *curta duração* estão mudanças na ordem classista nacional, com o surgimento de setores empresariais “multinacionais e associados”, e um processo de organização das “classes trabalhadoras”, que não eram representados em diferentes medidas na legislação formulada com o fim do Estado Novo e a redemocratização, em 1945.

Lemos sustenta que a conciliação classista e a “ordem socioeconômica” que sustentava a democracia estava ameaçada, pois: 1) não era mais capaz de “proporcionar a base material para a aproximação política de setores da burguesia e da classe trabalhadora”; 2) estava pressionada por medidas imperialistas do governo estadunidense contrárias às políticas

reformistas e nacionalistas; 3) o fortalecimento da estrutura sindical no campo e na cidade desde meados da década de 1950 devido à “crise econômico-social”, pelo enfiamento do aparato legal de “controle do conflito capital-trabalho” (LEMOS, 2014, pp.123-124).

Mas o que permitiria a relação entre esses diferentes tempos e a trajetória histórica para compreensão da tomada de poder pelos militares e setores empresariais em 1964? O autor destaca como ponto de intercessão a “contrarrevolução preventiva”, articulando a “crise do regime democrático” à “luta de classes”, aprofundada desde a Revolução Russa (1917).

[No Brasil] o acirramento das contradições sociais, a crescente força do movimento de massas e a crise de representação política das classes dominantes se combinaram com a agenda da contrarrevolução internacional, pautada pela Guerra Fria, para determinar uma solução violenta dos impasses vividos pelo regime democrático da Constituição de 1946, sob duplo ataque, vindo de setores capitalistas emergentes e do movimento sindical dos trabalhadores (LEMOS, 2014, p. 128).

Essa concepção, baseada em uma tripla perspectiva temporal, permite uma maior complexificação da conjuntura que marca a tomada pelo controle do Estado, redimensionando os pressupostos que produzem as condições sociopolíticas para a chegada ao poder, em abril de 1964, de setores militares e empresariais, já que não se prende à análise dos momentos imediatamente anteriores ao golpe, mas busca, a partir de um processo mais duradouro, os pressupostos que incidem sobre o evento. No quadro das mudanças que ocorrem no mundo desde 1917, como destaca o autor, é possível observar pontos de inflexão que direta ou indiretamente produzem um cenário “contrarrevolucionário”. Quando confrontados com as vertentes revisionistas, permitem a constatação de seu caráter reducionista.

1.2 Protagonismo de classe no Estado ditatorial

A apresentação mais exaustiva sobre as interpretações que circundam o golpe de 1964 permite abrir um panorama sobre as visões acerca da ditadura militar que são impactadas por elas; já que boa parte das interpretações sobre o transcurso do regime e sua natureza tem como ponto de partida os momentos decisivos que antecedem a golpe e ações dos principais sujeitos históricos envolvidos: vencedores e vencidos.

Portanto, a tese do protagonismo de grupos empresariais, como levantaram Moniz Bandeira (1977) e René Dreifuss (1980), seguidos por outros autores apresentados aqui, coloca em evidência não apenas o contexto do golpe civil-militar, ou, mais especificamente, empresarial-militar, mas os anos que seguem à ação efetiva desses grupos sociais na condução do Estado e na ampliação de interesses de grupos multinacionais e associados no conjunto de

decisões governamentais; demonstrando que a participação social não pode ser percebida a partir de uma perspectiva homogênea, devendo ser ponderados os limites de participação da sociedade na implantação do regime. Esse protagonismo social na condução do regime também foi colocado em questão pela historiografia *revisionista*, como destaca Demian Melo:

[...] em vez de o termo “civil” se ligar à participação de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial, parte da historiografia vem defendendo a mistificação calcada na ideia de algo como uma cumplicidade da “sociedade brasileira” com a ditadura, como se fosse possível a existência de uma tal “sociedade”, capaz de resumir responsabilidades” ou “esquecer” (talvez até “arrependida” colocar-se “em frente do espelho”) nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por “exigência do povo brasileiro”. (MELO, 2014, p.14)

Assim, as disputas historiográficas são aprofundadas no sentido de buscar elementos confirmadores da movimentação de determinados setores socioeconômicos na construção ou apoio das conjunturas políticas que se formavam que ratifiquem determinadas argumentações.

A problemática que se estabelece, portanto, é a relativização do elemento social que compõe o protagonismo ou apoio da sociedade, ou de setores desta. Logo, essa discussão incide diretamente na natureza classista do golpe e do regime, tal qual foi apresentada até aqui. E, para a historiografia marxista, se relaciona fundamentalmente com o conceito da luta de classes.

Daniel Reis, no entanto, busca dar enfoque ao “apoio da sociedade brasileira à ditadura”, a saber: as movimentações em favor de uma ação militar e contra a “radicalização da esquerda”, sobretudo, às Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, que ocorrera em diversos estados; a popularidade de Garrastazu Médici, durante os *anos de chumbo*; às expressivas votações à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (REIS, 2010, p.174). Afirmações que são realizadas sem muitos, ou nenhum, lastro empírico.

Demian Melo (2014), todavia, destacou a fragilidade dessas afirmações, sobretudo porque em pesquisa de opinião realizada em fevereiro de 1964 pelo IBOPE²⁴ ficou constatada uma significativa “popularidade do governo Goulart e de suas propostas reformistas” (MELO, 2014, p. 15). Portanto, é preciso ponderar a articulação das Marchas, que só permitem a problematização da conjuntura social que levou ao golpe. Como acrescenta Carlos Fico,

é preciso melhor considerar as evidências empíricas como as pesquisas de opinião pública que dão forte respaldo a João Goulart e, convenhamos, são dados tão ou mais eloquentes do que o apoio ao golpe de entidades como a OAB ou das Marchas da Família, com Deus, pela liberdade, que, apesar de

²⁴ As pesquisas do IBOPE que o autor apresenta “foram reveladas em 1989, pelo cientista político Antonio Lavareda e presentes na obra de Bandeira (2001).

numerosas, também foram estimuladas pela rede altamente capitalizada da Igreja católica, tendo o seu quê de manipulação (FICO, 2018, p.34).

Já no que diz respeito à popularidade de Médici, como destaca Melo (2014), é necessário levar em conta o contexto do “Milagre Econômico” e do ápice das conquistas do processo de “modernização capitalista” iniciado em 1964, o que, “somado ao amplo uso de publicidade estatal (combinada com uma dose cavalariça de coerção), produziu certo consenso, mas é preciso não exagerar”, mesmo porque, como acrescenta o autor, as pesquisas de opinião que aparentam ser os dados que embasam Aarão Reis (2004) durante governos ditatoriais e não podem ser tomadas pelo historiador sem uma necessária problematização (MELO, 2014, p.2).

Sobre a expressiva votação na ARENA, não pode ser menosprezada, conforme Melo, a quantidade significativa de votos nulos, fruto de uma estratégia da oposição para “denunciar a farsa de ter de escolher um partido do “sim” (ARENA) e do “sim senhor”, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida” (MELO, 2014, p.5). Destaco, ainda, que a complexidade do sistema partidário no Brasil e o processo eleitoral não podem ser reduzidas aos resultados subjacentes, que são expressões de questões mais amplas, como ingerência de grupos políticos regionais sobre esse processo.

Nesse sentido, é interessante observar o que foi afirmado por Cláudio Vasconcelos (2013), para quem a manutenção do Legislativo teve em princípio a conservação do apoio de setores da classe média e alta da sociedade, que se posicionavam contrariamente à concentração de poder no executivo, mas que não apenas como uma “fachada democrática”, já que “não se dispensou a chancela democrática do *referendum* do Parlamento às mesmas. Ainda que isso representasse o custo de derrotas ocasionais” (VASCONCELOS, 2013, p.345). Nesse sentido, o autor aponta duas finalidades básicas do Legislativo:

de um lado, oferecer uma imagem democrática do regime; de outro, servir como espaço de negociação com setores da sociedade, pois, em tese, preserva-se a liberdade de escolha dos representantes do povo através da manutenção das eleições para o Legislativo, mesmo que dentro de um quadro limitado de candidatos, e o poder de decisão do povo, ainda mais se pensarmos nos conflitos e negociações políticas que ocorreram entre o Executivo e o Legislativo (VASCONCELOS, 2013, p.345).

Carlos Fico (2017), por sua vez, alega que os críticos do revisionismo ao valorizarem a concepção da luta de classes não destacam as fragilidades do conceito. Sobretudo no que diz respeito à atuação das “alta e baixa classes médias” (FICO, 2017, p.33). No entanto, essa problemática aparece expressa mesmo no trabalho clássico de René Dreifuss ao tratar da “mobilização das classes médias e apoio feminino”, com destaque ao processo de

arregimentação desses setores por meio do IPES. Dreifuss (1981) chama a atenção para a formulação de um trabalho produzido ao comitê executivo de IPES, por Arlindo Corrêa, cujo objetivo principal é destacar a necessidade de união da classe média, seja pela “deterioração de sua renda” e/ou pelo “combate à esquerdização do país”. Em suma, para Arlindo Corrêa, o mecanismo para angariar o apoio dos setores médios seria a “atividade de propaganda que mescle argumentos racionais [como a questão salarial] com argumentos emocionais [como o combate ao comunismo]” (CORRÊA, 1962, *apud* DREIFUSS, 1981, p. 292). E acrescenta Dreifuss:

A argumentação de Arlindo Corrêa não ficou perdida para a liderança do IPES. A imprensa manipulou intensamente o tema da República Sindicalista. O que era visto como o comportamento rebelde dos ferroviários, operários marítimos e portuários e suas “exorbitantes” reivindicações salariais incitaram a opinião das classes médias. A queda do status econômico constituía um poderoso argumento entre os militares, ao passo que as classes médias, “assistidas” em sua identificação dos candidatos “certos”, finalmente foram unidas, formando uma massa de manobra de importância (DREIFUSS, 1981, p. 292).

Como o próprio Carlos Fico evidencia, não pode deixar de ser descartados os estudos sobre a classe média no interior das análises marxistas. Importante trabalho nesse sentido foi formulado por Antônio Gramsci, ao enfatizar a complexidade dos Estados “ocidentais”, sobretudo porque nestes o “desenvolvimento do capitalismo [...] determinou a formação de amplos extratos proletários, mas também e em consequência, criou o extrato superior, a aristocracia operária” (GRAMSCI, 1975 *apud* COUTINHO, 1989, p.36), o que recai sobre a sua concepção de “classes subalternas” caracterizadas pela “desagregação”, portanto, se tornando necessário um estudo de “sua adesão ativa ou passiva às formulações políticas dominantes” (GRAMSCI, 2002, p. 140).

Isto posto, as elaborações teóricas gramscianas acerca da noção de hegemonia²⁵ ajudam a explicar esse processo de “adesão”, já que a forma pela qual os grupos aderem ativa ou passivamente à política dominante é resultado da capacidade destes de correlacionarem força e consenso; “que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2007, p. 95).

²⁵ A concepção de “hegemonia” em Gramsci aponta para uma centralidade da ideologia, distanciando-se das formulações que sobreponham a estrutura à superestrutura. Por essa ótica, a sociedade civil mantém um papel central na construção das relações sociais. Logo, a conceito de “hegemonia”, em Gramsci, “oscila entre um sentido mais restrito de ‘direção’ em oposição a ‘domínio’, e um mais amplo e compreensivo de ambos (direção mis domínio)” (GIUSEPPE COSPITO, 2017, p. 364).

Como ressalta Dreifuss, “a mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e à mídia coordenada pelo IPES proporcionava grande cobertura às atividades dessas classes médias mobilizadas” (DREIFUSS, 1981, p.291).

De todo modo, a percepção de dada complexidade da sociedade capitalista, a partir da matriz gramsciana, permite uma avaliação mais coerente da inserção e atuação das classes médias na construção do golpe de 1964, sobretudo no que diz respeito à não confluência de interesses das classes subalternas, e, nesse caso específico, a adesão a projetos políticos divergentes.

Carlos Fico, porém, busca uma aproximação ousada entre as análises de cunho marxistas e aquelas ditas revisionistas. Segundo o autor: “[...] de um lado: Daniel [Aarão] afirma que o golpe e a ditadura receberam apoio de importantes setores da sociedade [...]” tal qual pesquisadores como René Dreifuss (1981). Por outro lado, ainda de acordo com Carlos Fico, autores como Marcelo Badaró, sustentam “que o golpe são vitórias da burguesia, como jamais ninguém negou. Realidades não contraditórias e consabidas” (FICO, 2017).

Há, no entanto, em tal afirmação, uma simplificação da discussão sobre a estrutura social que permeia as análises sobre a ação golpista e a ditadura que se erigiu em seguida. A crítica ao revisionismo, tal como já foi abordado aqui, não apenas levanta a hipótese de vitória da burguesia, mas da ação orquestrada de setores empresariais para o movimento vitorioso de 1964. O que coincide com a derrota de um projeto político que pretendia reduzir os efeitos de uma democracia liberal excludente e a vitória de setores sociais economicamente dominantes, que entendiam estar em risco seus interesses.

Carlos Fico argumenta ainda que o golpe em 1964 e a ditadura que se circunscreve a seguir tiveram como principais protagonistas os militares, mesmo atendendo aos interesses da classe burguesa e tendo em sua rede de apoio setores da classe média. Nas palavras de Fico:

Esses Militares foram os sujeitos históricos que implementaram um regime político capaz de atender às necessidades de conhecida combinação e capitais nacionais e internacionais, associados através de extratos específicos das respectivas burguesias [...]. Porém, desde as primeiras horas, o movimento foi indubitavelmente, militar. Não há como tergiversar sobre isso (FICO, 2001, p.21).

Fico sustenta que a partir das fontes de sua análise – provenientes da Divisão de Segurança e Informação (DSI) – é possível verificar a atuação de um “corpo de especialistas” oriundos das fileiras militares que orientou a atuação do regime informando autoridades militares e civis e proporcionando a convicção para as ações de repressão. Essa convicção, portanto, seria resultado da elaboração de uma ampla rede de informações denominada Sistema

Nacional de Informação (SISNI). A rede incluía diversos órgãos, em diferentes esferas da administração (federal, estadual e municipal), que funcionavam tanto como recolhedores de informações que subsidiavam decisões, quanto como “um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção” (FICO, 2001, p.100).

Atrelado ao SISNI, o autor aponta a formação do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN). Se o primeiro era responsável pela ação de espionagem e troca de informações, este estaria diretamente voltado para a repressão, pautando-se em primeiro lugar na existência de um projeto de que, a longo prazo, a sociedade pudesse ser controlada e “desideologizada” por meio de aparelhos militares e policiais. Em segundo lugar, tinha como pauta a falta de credibilidade da justiça tradicional entre setores militares da *linha-dura* e, por conseguinte, a percepção de “fragilidade” que o regime militar pudesse passar. Diretamente relacionados ao SISSEGIN, estiveram órgãos como o CODI-DOI, que, entre suas práticas, estiveram a “guerra psicológica” e interrogatórios que buscavam “sensibilizar os presos nos seus ângulos mais vulneráveis” (FICO, 2001, p.134).

No entanto, outra importante contribuição de Carlos Fico diz respeito à análise sobre a criação da Comissão Geral de Investigações (CGI), no ano de 1968. A CGI realizava investigações para confiscar bens provenientes de enriquecimento ilícito decorrente de atividade pública. A criação do órgão se deu, na concepção do autor, por meio de exigências da *linha-dura* que estava insatisfeito com a atuação do general presidente Castelo Branco.

Carlos Fico observa que esses órgãos funcionavam em um regime de cooperação, cuja estruturação se fez por meio de uma complexa ramificação que atuou diretamente em todos os estados a partir de um intrincado corpo burocrático. Essa estruturação, no entanto, não ocorreu de imediato com a instauração da ditadura, nem de modo uniforme. Nas palavras do autor, “[houve] um processo de evolução e involução demoradas que correspondeu à montagem, ao apogeu e à decadência de um complexo e poderoso sistema nacional de segurança e informações”. (FICO, 2001, p.18) Essa inconstância seria resultado no longo processo para a consolidação do sistema (entre 1969 e 1970) e em sua perenidade, se estendendo “para além da volta do país à democracia política – com resquícios persistindo até hoje” (FICO, 2001, p.18).

O trabalho de Carlos Fico prioriza uma análise mais institucional que caracteriza os estudos da Nova História Política, dando enfoque aos autores considerados como fundamentais na condução histórica do golpe e do regime militar. Mesmo não negando a ação da sociedade civil no processo histórico, o autor dá ênfase aos militares como principais sujeitos da ação política e coercitiva. De acordo com texto recente, afirma Fico (2017):

[...] virtualmente tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu apoio de outrem não retira a essencialidade de algo, sua configuração imanente.
 [...]O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar[...]. O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva é supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em história do Tempo Presente, *imediate implicação política*: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares (FICO, 2017, pp.52-53, **grifo meu**).

Embora, nesse trabalho, Fico tenha dado maior destaque à ação civil no golpe de 1964, ele prioriza a ação militar na condução do regime e reduz a importância das esferas de influência sobre este, destacando uma insignificância das adjetivações a ele atribuídas; entre estas, a concepção empresarial-militar sustentada pelos críticos do revisionismo.

Outro autor que privilegia o protagonismo militar na condução do Estado após o golpe de 1964 é Marcos Napolitano. Tal como Carlos Fico, busca destacar uma intensa movimentação civil e militar na tomada de poder, que poderia ser caracterizada como “uma complexa trama de engenharia política” (NAPOLITANO, 2018, p.43), das quais figuram um conjunto diverso de “conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia” (NAPOLITANO, 2018, pp.43-44). No entanto, essa participação civil seria reduzida as articulações em torno do golpe, já que:

O governo Castelo Branco, ao mesmo tempo que prometia um mandato-tampão, nunca escondeu seus objetivos estratégicos- uma política voltada para a acumulação do capital que exigia ações autocráticas de longo prazo. [Assim] o que se viu foi o abandono paulatino das ilusões “moderadoras” que estavam no espírito do golpe civil militar, na direção de uma ditadura. O golpe civil-militar rapidamente se transformaria em um regime militar (NAPOLITANO, 2018, p.67).

No entanto, ao contrário do que é apontado pelos autores, e como já foi ressaltado nesse trabalho, os textos que buscam atribuir uma análise socioeconômica ao golpe não diminuem a ação militar, como o fazem textos como os de Daniel Aarão Reis, em que a sociedade é vista pelo prisma da homogeneidade e em que os elementos que compõem o corpo social são vistos meramente como “apoiadores”.

A ação de tomada do poder e a estruturação do Estado ditatorial passaram por um regime de contribuição mútua entre setores da hierarquia militar e representantes do capital multinacional e associado. Como demonstrou Dreifuss (1981), a tomada do poder em 1964 produziu uma ocupação do Estado por grupos empresariais e tecno-empresários: Castelo Branco, pela falta de conhecimento sobre a comunidade empresarial, “foi aconselhado a

respeito de quem devia indicar, [...] candidatos potenciais aprovados pelos ativistas do Grupo IPES/ESG” (DREIFUSS, 1981, p.421).

A relação entre a entidade de classe (IPES) e a estruturação do Estado ditatorial foi evidenciada por Dreifuss também na aproximação entre aquela instituição e a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que terá como primeiro chefe o General Golbery do Couto e Silva, membro do Grupo IPES/ESG. De acordo com o autor, o SNI funcionou não simplesmente como uma agência de informações, mas agregou ainda a função de um “conselho de assessoria para a formulação de diretrizes políticas nacionais” (DREIFUSS, 1981, p. 422), sendo que parte dos arquivos que serviram de base para a criação do órgão se originaram de investigações realizadas pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura ligados ao IPES, com “dados sobre 400.000 brasileiros” (DREIFUSS, 1981, p. 422). Assim, o SNI “tornou-se um centro influente na formulação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira” (DREIFUSS, 1981, p. 422).

O autor destaca ainda a colaboração do IPES com os governos militares na troca informações para os Inquéritos Policiais Militares (IPM) que investigavam práticas pretensamente subversivas; produziam relatórios sobre a “pressão comunista” sobre membros do empresariado, militares e administradores que justificavam ações repressivas, levantamento de fundos para funcionamento do Instituto e, sobretudo, a contribuição com o “superministério” criado no governo Castelo Branco (Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica). Este Ministério teve papel fundamental na reformulação da política econômica nacional, estrutura que foi elaborada por Roberto Campos e composta em sua maioria por membros do IPES e da Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos (CONSULTEC), responsável principalmente pela produção do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (DREIFUSS, 1981).

No entanto, mais notável é a cooperação do IPES com o Ministério da Fazenda, coordenado por Octávio Gouveia de Bulhões, na reformulação da política financeira nacional. Assim:

[...] a nova relação entre o Estado, as classes dominantes e o bloco de poder multinacional e associado permitiu ao IPES moldar o processo de modernização econômica. Os anéis burocrático-empresariais foram consolidados. Os grupos econômicos que não pertenciam ao bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado foram excluídos dos processos principais de formulação de diretrizes (DREIFUSS, 1981, p.485).

Portanto, não se trata de uma rede de apoios ao regime, mas de uma ação estratégica de direção do Estado e controle da sociedade. Nem se trata da diminuição da responsabilidade

militar, já que o papel destes foi fundamental na reconfiguração de forças políticas que permitiu o aprofundamento da influência do capital multinacional e associado.

De todo modo, a colaboração entre setores militares e determinada classe social, principalmente a partir da posse de Costa e Silva (1967), pode ser apreendida pelo conceito gramsciano de cesarismo ou bonapartismo: regime político que surge em momento de crise de hegemonia, minucando a possibilidade da democracia parlamentar, seja “porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas” (GRAMSCI, 2007, p.60) ou porque estas últimas “passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução” (GRAMSCI, 2007, p.60).

Assim, o bonapartismo, na perspectiva gramsciana, se caracteriza tanto pela ascensão de uma personalidade forte, quanto por ser sustentado por um elemento militar, que assumem o comando para que duas forças A e B em conflito não se destruam mutuamente. Ou seja, embora detivessem determinado nível de autonomia, as Forças Armadas atuaram ativamente na implantação de um projeto que beneficiava diretamente frações da classe burguesa. Assim, enquanto regime político atrelado a momentos de crise, o bonapartismo permite matizar o grau de relação entre a estrutura estatal erigida pelos militares e a ingerência burguesa. Como afirmam Nelson Coutinho e Renato Lemos respectivamente

[...] A camada tecnocrático-militar, que se apoderou do aparelho estatal, certamente controlou e limitou a ação do capital privado, na medida em que submeteu os interesses dos “múltiplos capitais” ao “capital em seu conjunto”; mas adotou uma posição “cesarista” precisamente para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais, quer da burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), quer do setor latifundiário que ia se tornando cada vez mais capitalista (COUTINHO, 1989, p.124, **grifos do autor**).

[Desse modo], o regime ditatorial brasileiro instalado no Brasil a partir do golpe constituiu uma forma de exercício do poder de tipo bonapartista. A fração multinacional e associada do capital, embora tenha, de fato, tomado de assalto o Estado, praticou a dominação, em geral, de maneira indireta ou compartilhada com representantes corporativos das Forças Armadas. Identificada, até à medula dos ossos, com a sangrenta estratégia contrarrevolucionária anticomunista e antinacionalista que o capitalismo veio parindo após a revolução russa de 1917, executou reformas modernizadoras do capitalismo brasileiro – muitas delas constantes do programa do campo liberal associacionista desde, pelo menos, a década de 1940 – e preparou o terreno para a hegemonia do setor industrial e financeiro na democracia que se lhe seguiria (LEMOS, 2014, p.122).

Logo, ressaltar a participação do empresariado, sobretudo industrial e financeiro, não se traduz na minimização da ação militar, mas em sua inclusão em uma afinada estratégia política que permitiu a reestruturação econômica nacional incidindo em um regime de colaboração no sentido técnico-burocrático e repressivo-militar.

Assim, o que se observa nas afirmações dos autores que criticam a perspectiva classista do golpe de 1964 é uma preocupação com a posição política do historiador diante do fato histórico, Marcos Napolitano, por exemplo, destaca que sua “narrativa não pretende ser neutra, mas objetiva o *distanciamento*, que [...] é a obrigação do historiador de ofício” (NAPOLITANO, 2018, p. 12). Já para Carlos Fico, conforme citado acima, destaca uma “implicação política imediata” comuns nos trabalhos que envolvem a história do tempo presente (FICO, 2017, p. 53).

Todavia, não se pode acusar a perspectiva materialista da história de não realizar um distanciamento por afirmar o caráter empresarial do regime militar, já que, como exposto, se baseia em evidências empíricas necessárias à lógica da história. Por outro lado, dizer que as produções historiográficas materialistas são produto de mera implicação política é um reducionismo da própria lógica da historiográfica, como observa E. P. Thompson:

O materialismo histórico não difere de outras ordenações interpretativas das evidências históricas (ou não difere necessariamente) por quaisquer premissas epistemológicas, mas por suas categorias, suas hipóteses características e procedimentos consequentes[...] (THOMPSON, 1981, p.54).

No entanto, são relevantes nesse sentido as concepções que caracterizam os regimes que se erguem a partir de 1960 como Doutrinas de Segurança Nacional. Um desses trabalhos é a tese da historiadora Maria Helena Moreira Alves. A autora defende que a partir da tomada do poder em 1964, por uma “aliança clientelista de civis e militares”, o Estado passou a ser dirigido a partir de uma “ideologia da segurança nacional” (ALVES, 1984, p.26). Para a autora, esse foi “um instrumento importante para a perpetuação das estruturas do Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente” (ALVES, 1984, pp. 19-20)²⁶.

Nessa condição, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND)²⁷ antecipara a conquista de legitimidade dos grupos que ascendiam ao poder em 1964 por

²⁶ Maria Alves lança mão do conceito de “desenvolvimento-dependente” tal como formulado por Cardoso e Falleto 1979, ao qual aparece em oposição a “desenvolvimento autônomo” que seria capacidade de determinada economia de produzir seu “próprio crescimento”. Assim, o “desenvolvimento-dependente” será caracterizada pela inaptidão de produzir meios de para o seu próprio crescimento. “Desse modo, a industrialização periférica manifesta-se essencialmente como um reflexo distorcido da expansão das economias avançadas” (FALLETO, 1970 *apud* ALVES, 1984, pp. 19-20).

²⁷ Conforme designa Alves, “a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de Guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel

intermédio de uma perspectiva de “constante desenvolvimento capitalista e a seu empenho como defensor da nação contra a ameaça dos ‘inimigos internos’ e da ‘guerra psicológica’” (ALVES, 1984, p.26).

Maria Alves sustenta que as relações entre Estado e oposição durante os governos ditatoriais podem ser observadas por meio de uma perspectiva dialética, onde “as estruturas do Estado foram sendo progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte por reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada” (ALVES, 1984, p. 28).

Essas pressões por sua vez, não são apenas fruto da sociedade política, mas também de setores da sociedade civil. A partir dessa perspectiva dialética, a autora apresenta ciclos de repressão e liberalização que visavam “atenuar ou corrigir as anteriores diretrizes de violenta repressão ou controle do Legislativo” (ALVES, 1984, p.320), conforme esquema apresentado abaixo:

Quadro 2 - Ciclos de repressão e liberalização

CICLOS DE REPRESSÃO	CICLOS DE LIBERALIZAÇÃO
1964: Primeira onda de repressão, para eliminar os que estavam ligados a anteriores movimentos políticos e sociais	1965: Política de “retorno à normalidade” de Castelo Branco, após Ato Institucional Nº1
1966-1967: Conclusão dos expurgos políticos, após o Ato Institucional Nº 2	1967-1968: “Política de alívio” de Costa e Silva, abrangendo negociações com setores da oposição
1969-1973: Abrangente e mais severo ciclo de repressão, para enfrentar a rebelião armada e implantar o Aparato Repressivo	1974-1976: Política de “distensão” de Geisel, terminada com o Pacote de Abril de 1977.
1975-1976: Repressão mais localizada no Estado de São Paulo, para enfrentar a emergência de uma ampla frente nacional de oposição.	1977-1979: A política de “distensão” de Geisel é retomada, encetando-se negociações com a oposição para reformas e revogação do Ato Institucional Nº5
1979-1984: Repressão com alvos de classe, destinada a destruir movimentos sociais de operários e camponeses.	1979-1984: Política de “abertura” de Figueiredo, abrangendo mais amplas negociações com setores de elite da oposição e com a Igreja.

Fonte: Alves, 1984, p.319.

Como podemos observar, os ciclos de repressão tiveram diferentes alvos: o primeiro ciclo no intuito de fragilizar movimentos políticos e sociais que ganhavam representatividade na esfera pública, colocando-os na marginalidade; o segundo ciclo direcionado à política partidária, como resposta à vitória de partidos oposicionistas da coalizão PTB/PSD em estados considerados estratégicos; o terceiro ciclo aprofundando as políticas de repressão visando o combate de grupos políticos que, na clandestinidade, decidem pelo enfrentamento armado; o quarto ciclo está ligado à atuação da Polícia Militar de São Paulo e do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna), sediado no Quartel-general do Segundo Exército, que receberam diversas denúncias de tortura a

do Brasil na política de mundial e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado” (ALVES, 1984, p. 26).

militantes oposicionistas²⁸; o quinto ciclo voltou-se à repressão do movimento sindical e das organizações sociais dos setores rural e urbano ressurgente. Assim:

Do ponto de vista do Estado de Segurança Nacional, o ano de 1979 definiu os limites da política de abertura. Ao mesmo tempo em que negociava a questão da anistia política com os partidos e instituições civis dos setores de elites, o governo deixa claro que a liberalização não se aplicava a classe trabalhadora (ALVES, 1984, p.256).

Enrique Serra Padrós, por sua vez, faz uma aproximação das principais ditaduras militares erigidas no Cone Sul em face da adoção da Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com o autor, a DSN:

constituiu uma base de diretrizes que serviu de substrato comum para a atuação golpistas das Forças Armadas na região, no contexto da Guerra Fria. Posteriormente, muitos dos seus princípios foram incorporados e aplicados pelas ditaduras resultantes (por isso entendemos ser apropriada a caracterização destas como Ditaduras de Segurança Nacional). Entre os principais eixos a destacar [...] estão o anticomunismo militante, a contra-insurgência, a identificação de um conceito muito flexível de inimigo interno, a execução da “guerra interna” (transformada em guerra suja), o novo rol político das Forças Armadas e a imposição do princípio da primazia das fronteiras ideológicas. Em cada caso nacional, o peso desses fatores foi variável, mas não estiveram ausentes (PADRÓS, 2013, p.3).

Observa-se, portanto, nas afirmações de Padrós a explicitação de um padrão de ação dos governos ditatoriais, o que permite compreender a ditadura brasileira como parte de uma lógica mais ampla que inclui o enfrentamento da ideologia “comunizante” durante a Guerra Fria.

A existência de um inimigo interno, portanto, muda as bases da lógica de atuação militar: a guerra passa a se localizar na própria fronteira nacional e o Estado volta seu potencial coercitivo, partindo de um viés ideológico, contra seus próprios cidadãos. Para especificar isso Padrós formula a concepção de Terror de Estado, que pode ser considerada como:

[...] uma variante da violência de classe, que nele a imposição da força coercitiva, punitiva ou de ‘ação pedagógica’ do poder do Estado se orientou, fundamentalmente e sistematicamente, a provocar o medo dissuasivo, o que de fato ocorreu, através de meios variados e eficientes como a coerção física, psicológica, econômica (PADRÓS, 2007, p.49).

Assim, a ação orquestrada por setores empresariais e militares da sociedade produziu, no contexto ditatorial, uma política repressiva que não necessariamente era ancorada no apoio irrestrito da sociedade. Portanto, as afirmações de adesão indiscriminada da população

²⁸ Nesse estabelecimento que ocorreu a morte do Tenente da Polícia Militar de São Paulo José Ferreira de Almeida (1975) e de Vladimir Herzog (1975), ambas explicadas como caso de suicídio, tendo este segundo o seu caixão lacrado e impedido de ser aberto pela família (ALVES, 1984, p. 205).

brasileira à ditadura devem ser matizadas levando em consideração os diferentes grupos sociais e a forma como são atingidos pela produzida a partir de 1964.

Outra questão relevante para a compreensão do período ditatorial é a caracterização dos anos iniciais do regime, principalmente até o Ato Institucional nº 5, que de acordo com o jornalista Elio Gaspari (2002a) não poderia ser considerado uma ditadura. Afirmarões que serão endossadas até mesmo por historiadores como Marco Antônio Villa, que, em artigo à *Folha de São Paulo*, afirma que “não é possível chamar de ditadura o período entre 1964-1968 (até o AI-5) com toda a movimentação político-cultural” (VILLA, 2009 *apud* MELO, 2014, p.180).

Renato Lemos, contrariamente, divide o período ditatorial em dois momentos: o primeiro caracterizado por uma contrarrevolução terrorista (1964-1974) e outro por uma contrarrevolução democrática (1974-1989).

No primeiro caso se apropria do conceito de “Terror de Estado” para especificar as ações estatais que foram efetivadas no intuito de “derrotar o movimento de massas, o nacionalismo civil e militar, o comunismo e o populismo” (LEMOS, 2014, p.130). Esse momento é marcado por um duplo aparelhamento estatal: um ligado a ações repressivas, como a prática de tortura e prisões extralegais; e outro mais relacionado a um aparato legal, que “corporificava” nas legislações nascentes a Doutrina de Segurança Nacional (LEMOS, 2014, p. 130).

O autor destaca duas “subfases” nesse primeiro momento: uma entre 1964-1968, que pode ser caracterizada por uma efetivação do aparelhamento do Estado por órgãos de repressão e espionagem: como o Serviço Nacional de Informação (SNI), criado logo em 1964 que passou a subordinar órgão policiais pré-existentes; a decretação de Atos Institucionais que buscavam determinar medidas de controle sociais e políticas e a subordinação do legislativo e judiciário ao executivo por meio da “cassação de mandatos e determinações restritivas” (LEMOS, 2014, p. 130).

A percepção quanto ao fortalecimento do Executivo é um tema recorrente na historiografia sobre a ditadura e pode ser evidenciado desde a implantação da Ato Institucional nº 1 por meio da cassação de mandatos, passando pela promulgação do Ato Institucional nº 2 que extinguiu os partidos e do Ato Complementar nº 4 que determinava os parâmetros para formação de novas agremiações partidárias e mesmo com as ações mais diretas de fechamento do Congresso Nacional através do Ato Institucional nº 5. Retomando Maria Helena Moreira Alves, a “[...] estratégia política, segundo a doutrina da ESG, diz respeito vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo” (ALVES, 1984, p. 61). Deste modo:

[Já] no plano econômico, a grande meta desta subfase foi a retomada da capacidade de acumulação de capital, o que foi buscado a partir de uma abordagem monetarista da crise herdada do governo Goulart. Assim, promoveu-se o enxugamento do fluxo monetário, por meio do arrocho salarial e creditício. Ampliaram-se os estímulos ao ingresso de capital estrangeiro de empréstimo e de investimento e criaram-se poderosos instrumentos de potencialização da centralização de capitais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Este, por sinal, também servia à política contrarrevolucionária retirando aos trabalhadores a garantia da estabilidade no emprego, o que favorecia a rotatividade da mão de obra e enfraquecia os sindicatos (LEMOS, 2014, p. 131).

Ou seja, as medidas de controle mais efetivo do Estado sobre a sociedade civil não foram meramente uma resposta às ações de setores trabalhistas pela busca de mais direitos, mas estiveram atreladas ao maior aprofundamento de uma perspectiva da economia que visava o fortalecimento da representação de multinacionais e seus associados e pretendia demarcar mais efetivamente os contrastes econômicos e diminuir o potencial ofensivo que marcaria os sindicatos e organizações de trabalhadores rurais de então.

No entanto, os trabalhos aqui apresentados permitem observar que os primeiros anos funcionaram exatamente como o “pontapé inicial” da formulação de uma estrutura repressiva, já que não se pode menosprezar o caráter autoritário de medidas adotadas, principalmente, pelos Atos Institucionais e Complementares editados anteriormente e, sobretudo, a outorga da Constituição de 1967.

A outra “subfase” desse primeiro momento se localiza entre 1968-1974. Esse período é compreendido por Renato Lemos (2014) como o ápice do regime, sobretudo com a promulgação do Ato Institucional nº5 (1968) e o aprofundamento e “aperfeiçoamento” do aparato repressivo, como a criação de instrumentos como a Operação Bandeirantes (OBAN) e o DOI-CODI em 1969; o “estabelecimento de penas de banimento, prisão perpétua e morte” (LEMOS, 2014, p. 131). por meio dos Atos Institucionais nº 13 e nº14; e as amplas alterações legislativas produzidas pela nova Lei de Segurança Nacional (1969) na Constituição de 1967.

De acordo com Lemos, economicamente essa “subfase” é marcada pelo famigerado “Milagre Econômico”, que foi propagandeado sistematicamente durante o governo Médici (1969-1974) por meio da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Mas, se por um lado era evidente o crescimento dos índices econômicos, por outro houve uma notável retração da política social que culminou na elevação da “concentração de renda e na diminuição dos gastos com saúde e educação” (LEMOS, 2014, p. 131). Deste modo, ainda de acordo com este autor, após seu aparelhamento:

[...]o Estado conseguiu, beneficiando-se das limitações políticas e militares dos adversários, derrotar as “oposições extrassistêmicas” ao regime, com o que se alcançava a meta política mais importante da fase de contrarrevolução terrorista (LEMOS, 2014, p.131).

Esse primeiro momento, portanto, abriu caminho para o aprofundamento do projeto social e político levado a cabo pela classe empresarial ligada ao capital multinacional no país que, como se pode observar, associa, entre outras coisas, medidas econômicas que visam a perda de direitos e precarização do trabalho a um intenso uso da máquina repressiva. Sobretudo, por intermédio do desgaste dos grupos sociais de embate direto, como os movimentos de trabalhadores no campo e na cidade, movimentos estudantis, grupos nacionalistas e comunistas.

O período caracterizado por uma “contrarrevolução democrática” (1974-1989), também se subdivide em duas “subfases”: uma identificada entre 1974 e 1978, que buscava equacionar “coerção-negociação”, a fim de “proporcionar uma dominação de classes na forma de um regime democrático restrito” (LEMOS, 2014, p. 133). Para isso foram reconhecidas vitórias e manifestações de grupos liberais, tais como: o destaque do MDB nas eleições de 1974, as reivindicações pela anistia e o reaparecimento do movimento estudantil. Contudo, para os grupos da esquerda socialista, o tratamento dispensado não mudou – pautando-se nas legislações fundamentadas na Lei de Segurança Nacional.

A segunda “subfase” tem início em 1978 e coincide, de acordo com Renato Lemos, com aprovação da nova Lei de Segurança Nacional e com a Emenda Constitucional nº 11, momento em que se inicia uma alteração legal no sentido de desmonte do sistema repressivo. No entanto esse desmonte de uma face mais violenta da ditadura é acompanhado por “medidas de emergência e outras ‘salvaguardas’ do Estado, incorporadas à Constituição” (LEMOS, 2014, p. 133) visando uma aproximação dos “grupos dirigentes da ditadura com opositores de linhagem liberal-democrática” (LEMOS, 2014, p. 133). Isso permitia uma negociação no processo de transição que, entre outras coisas, beneficiava agentes ligados à repressão: (LEMOS, 2014, p. 133).

Em agosto de 1979, a exigência de uma anistia ampla, geral e irrestrita, encabeçada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA – 1978) foi suplantada pela concessão, via Congresso, de uma anistia parcial e condicionada, cujo texto continha uma cláusula – de crimes conexos – que podia ser interpretada como um *habeas corpus* preventivo para agentes do Estado que viessem a ser acusados de crimes de violência contra presos políticos (LEMOS, 2014, p. 133).

O controle da “política-judiciária” através da negociação com setores opositores não se reduz a estas mudanças. A extinção do bipartidarismo (1979) também é uma tática estatal para tutela do processo de abertura política, já que com o fim do MDB houve um fracionamento

da “frente oposicionista” concentrada neste partido por ser o único de “oposição consentida”, enquanto a ARENA, que serviu de principal base de apoio à ditadura, concentrou-se no recém-criado Partido Democrático Social (PDS).

Essa “subfase” final, marcada pelo projeto de abertura política, teve êxito mesmo após o surgimento de campanhas como as “Diretas Já” e a “cisão no campo governista com a consequente formação da Frente Liberal durante a sucessão do general João Figueiredo (1979-1985)”, abrindo espaço às eleições indiretas *pari passu* ao que havia sido implantado pelo Estado ditatorial. Com a vitória de Tancredo Neves de “oposição liberal democrática”, que morre antes de chegar ao poder, assume José Sarney, vice-presidente, basicamente um representante da dissidência ditatorial *soi-disant* liberal, [...] ex-presidente da Arena e do PDS” (LEMOS, 2014, p. 133-134).

A crescente organização das classes trabalhadoras no campo e na cidade e a progressiva contestação de um modelo democrático excludente entrava em choque com esses interesses, empresariais que visavam o aprofundamento da ingerência do capital financeiro e industrial internacional na política econômica nacional. Desse modo, o golpe de 1964 terá como principal alvo aqueles movimentos sociais. Durante os 24 anos de sua existência (1964-1988) a ditadura construiu e manteve uma significativa estrutura repressiva que desmobilizou as organizações da sociedade e priorizou uma ação de reconfiguração do Estado que beneficiava as classes possuidoras.

Todavia, é importante ressaltar que as dimensões de alteração dessas estruturas estatais não podem ser entendidas de um modo único e que os projetos para país serão readaptados a depender das particularidades político-econômicas e sociais das regiões. No Maranhão por exemplo, a tendência a uma “modernização conservadora” deu a tônica às mudanças que se fez sentir na estrutura estatal pós-1964 no estado. Portanto é necessária uma compreensão da conjuntura histórica estadual e de suas idiossincrasias para que, a partir disso, se possa relacionar o projeto empresarial-militar às transformações realizadas na administração pública regional.

CAPÍTULO 2 – A INSERÇÃO DO MARANHÃO NA LÓGICA GOLPISTA

Antes de adentrarmos nos efeitos e conformações do golpe no Maranhão, é necessário estabelecer uma breve exposição da concepção de oligarquia, já que na literatura acadêmica maranhense esta é elencada como principal mecanismo para explicação das mudanças que serão implementadas a partir do golpe de 1964, narrativa que tem como ponto de inflexão a substituição de grupos políticos dominantes na estrutura política maranhense.

É relevante destacar que o processo de profissionalização da produção historiográfica no Maranhão é recente. Como destacam João Batista Bitencourt e Marcelo Galves (2014), o *locus* de produção da história regional eram os espaços autorizados do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras. Mesmo com a federalização do curso de História, com a criação da Universidade Federal do Maranhão (1966), boa parte dos docentes que aí atuavam eram provenientes daqueles espaços. “Foi somente a partir da década de 1980 que o curso de História da UFMA ganhou maior densidade, com investimentos na capacitação e titulação dos professores” (GALVES; BITENCOURT, 2014, p.11), ganhando reforço com a criação do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (1990).

Portanto, tendo como horizonte de percepção a forma pela qual o conceito de oligarquia se conformou em uma tradição histórica sobre o Maranhão republicano, torna-se necessário matizar seus enfoques e sua formulação acadêmica, já que, por sua vez, o conceito é tomado como chave de explicação para a ascensão do chamado *sarneyismo* e uma forma específica de se conceber a política durante a ditadura empresarial-militar no Maranhão tendo conformado uma possibilidade interpretativa para o período republicano no estado, ou seja, é a partir dessas estruturas interpretativas, *a priori*, que a ditadura é concebida e conformada. Como se pode observar na afirmação de Zulene Barbosa:

Articulando-se ao movimento de expansão do capitalismo monopolista no Brasil, sob a égide dos militares, o governo Sarney (1966- 1970) adotou uma política desenvolvimentista, materializada na aliança Estado-capital privado e na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, sem prejuízo da forte presença oligárquica (BARBOSA, 2003, p.3).

Portanto, as transformações ocorridas a nível nacional, sobretudo o aprofundamento e atuação do capital multinacional e associado nas esferas de poder nacional, são incluídas dentro da própria compreensão das estruturas políticas regionais. Nesse sentido, é interessante observar as afirmações de Maria Lemelhe, para quem:

[...] não há contraposição de fundo entre “velhos” e “novos” interesses e que não se sustenta empiricamente a ideia de que a integração do Nordeste à economia nacional dissolveu os interesses econômicos regionais. Os governadores, ainda que nomeados pelo poder central, serão intermediários, a

um só tempo, do projeto autoritário, e dos interesses locais junto às instâncias nacionais de poder (LEMENHE, 1995, p.123).

No Maranhão, alguns trabalhos se assentaram como importantes contribuições na compreensão da formação e perpetuação dos sistemas políticos e oligárquicos do estado. Em contato com estudos que buscaram estabelecer parâmetros nas relações entre os poderes central e local²⁹, essas contribuições procuraram fincar as particularidades desse arranjo político no Maranhão a partir de uma evolução histórica.

Um desses primeiros trabalhos que buscam estabelecer uma caracterização dessas oligarquias é a dissertação de José de Ribamar Costa Caldeira, defendida em 1981 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), “*As interventorias estaduais no Maranhão*”, para obtenção do título de mestre em Ciências Políticas. Nela, o autor faz uma análise da conjuntura anterior ao movimento político de 1930 e suas implicações para o estado, bem como o restabelecimento de grupos oligárquicos no poder político estadual após o período de interventorias. Assim, considerando que o trabalho de Caldeira se direciona para o período pós-1930 no Maranhão, seu o objetivo central era:

[...] averiguar como ocorreu a tentativa de supressão da dominação política oligárquica (pré-burguesa) num Estado onde não existia uma classe burguesa econômica e politicamente poderosa com condições materiais e políticas para enfrentar as oligarquias que davam sustentação política ao pequeno grupo que, imediatamente após a revolução, passou a controlar o aparelho de Estado (CALDEIRA, 1981, p.11).

Assim, para o autor, a manutenção dos grupos políticos no período anterior a 1930 se dava, principalmente, pela *relação entre instâncias políticas*, dando destaque a um “tipo de dominação mandonista [...], sobretudo da massa camponesa dos latifúndios” (CALDEIRA, 1981, p. 28), na esfera local; uma relação entre grupos políticos regionais e o poder central que possibilitava certa autonomia daqueles grupos sobre os aparelhos de estado; e por meio “das condições de reprodução das relações de produção entre as classes proprietárias e as exploradas [...], nelas predominavam relações de dominação e dependência pessoal” (CALDEIRA, 1981, p.29).

Fica evidente, através do diálogo que Caldeira estabelece com os autores, que, para ele, a conjuntura política pré-1930 no Maranhão não pode ser analisada simplesmente através de uma “supremacia do local sobre o nacional”, como defendido por Maria Queiroz (QUEIROZ,

²⁹ Entre esses trabalhos se destacam Maria Isaura Pereira de Queiroz: *O Mandonismo Local na vida política brasileira e outros ensaios* (1976), Ângela Maria Castro Gomes: *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos anos 30* (1980) e Victor Nunes Leal: *Coronelismo, Enxada e Voto* (1975).

1976 *apud* CALDEIRA, 1981, p.66), mas que é necessário observar que a relação entre latifundiários e camponeses, com influência direta no processo eleitoral, remete a uma estrutura “pré-capitalista” de “dominação política e dependência pessoal” tal como especificado por Décio Saes (SAES, 1978 *apud* CALDEIRA, 1981, p. 66).

Observo, portanto, que a presença da discussão sobre as oligarquias que teriam estado à frente do Maranhão em período anterior a 1930 aparece como “pano de fundo” de uma preocupação do autor com a capacidade de articulação política para a “supressão” das forças oligárquicas a partir do “movimento tenentista”. Não obstante, o estudo sobre as oligarquias se tornou um eixo central nas análises do autor e de sua preocupação com uma percepção sobre as relações entre poder político e estruturação econômica, já que a forma como esses grupos políticos se reproduziam, na visão do dele, são próprios de uma forma de dominação “pré-burguesa”, fruto da existência de uma burguesia incipiente.

Nesse sentido, é marca indelével da produção de Caldeira a relação que estabelece com a concepção marxista daquela época e suas análises das estruturas políticas brasileiras. Para o autor, a existência de uma forma de dominação política do tipo oligárquica no Maranhão não pode ser explicada meramente através de relações entre esferas políticas, mas de uma estrutura socioeconômica que caracteriza uma “dominação pré-burguesa” em que uma sociedade predominantemente agrária estabelece laços de dependência que justificam a dominação política.

Assim, o conceito de oligarquia é tomado por José Caldeira a partir da própria experiência histórica que marca o período pré-1930, que, embora não pareça evidente a partir das documentações apresentadas, é demonstrado quando o autor dialoga com estudos que, em nível nacional, se preocupam em pensar, como ele, o Movimento Político de 1930 e a participação das oligarquias na política da Primeira República, bem como observado no quadro construído pelo autor sobre atuação dos grupos sociais no episódio de 1930 e reproduzido a seguir.

Quadro 3 - Autores e suas interpretações em relação à Primeira República e o movimento político de 1930

Autor	Grupos da coalizão	Objetivos da revolução
N. W. Sodré (1979)	Fração oligárquica dissidente; classes médias; tenentes	Conquista do aparato estatal; reformas econômicas e políticas
N. W. Sodré (1976)	Burguesia; oligarquia dissidente	Quebra da dominação política oligárquica; aperfeiçoamento da democracia burguesa/simples mudança dos agentes no poder
C. Furtado (1979)	Industriais; setores urbanos (civis e militares)	Quebra da predominância da economia cafeeira.

B. Fausto (1976)	Setores excluídos da economia do café; militares; classes médias	Quebra da dominação política e econômica do setor cafeeiro.
Décio Saes (1976)	Oligarquia dissidente; tenentes; classes médias	Fim da dominação política oligárquica

Fonte: Caldeira, 1981, p.4.

É possível verificar um diálogo muito próximo com a historiografia própria que analisa a Primeira República, cuja predominância interpretativa destaca a supremacia política dos setores agrários, sobretudo das oligarquias regionais, razão pela qual o período também ficou reconhecido como república oligárquica; para o qual o Movimento político de 1930 serviria para a reconfiguração das estruturas representativas da política nacional.

Nesse sentido, o conceito é tomado como forma de significação de grupos políticos, aproximando-se do que Weber (WEBER, 1974, *apud* CALDEIRA, 1981) chamou de grupos-partidos que, ao contrário da impessoalidade dos partidos tradicionais, se reuniam em torno de uma personalidade que, além da liderança do grupo partidário, viabilizava sua coesão.

Aprofundando as análises sobre a política oligárquica no Maranhão, Flávio Reis (1992) busca entender o conceito em uma perspectiva mais ampla, dando corpo a um estudo que tem como preocupação fundamental a formação, estruturação e perpetuação desses grupos no Maranhão.

Em sua dissertação, intitulada *Grupos políticos e estruturas oligárquicas no Maranhão* (1992), o autor dá destaque à gênese da política oligárquica nos estados como resultado do auxílio do poder central, subdividindo essa colaboração em dois planos: o primeiro ligado à institucionalização de políticas centralizadoras durante o Primeiro Reinado e o segundo atribuído à legitimação de práticas clientelistas (REIS, 1992, p.33). Para tanto, o autor designa por oligarquia:

[...]o setor especificamente político que iniciou sua formação entre as décadas de 1850 e 1860, cujas funções primordiais no processo mais amplo de construção do Estado eram a organização das disputas políticas em âmbito regional, aglutinando as facções e permitindo o funcionamento do jogo partidário, e o estabelecimento da mediação entre o centro (a corte imperial) e a província (REIS, 1992, p. 34).

Evidencia-se a preocupação do autor não só com uma estrutura de poder especificamente oligárquica, mas com a formação de uma classe política, que se diferencia daquela por ele destacada para o período anterior (1820-1840) no Maranhão, marcada pelas características do “extremo fracionamento das facções políticas, expresso nas lutas entre famílias importantes de proprietários rurais das regiões do Itapecuru e da Baixada,

economicamente as mais significativas” (REIS, 1992, p.33). Sendo, assim, a relação entre local/regional e central é a marca mais evidente dessa nova classe política:

Na esfera nacional, os líderes regionais estabeleciam o vínculo entre a província e o governo central, numa relação que envolvia o acesso aos cargos, o trânsito junto à burocracia dos ministérios e ocasionais auxílios financeiros (REIS, 1992, p.34).

Assim, a compreensão de uma formação e perpetuação de grupos oligárquicos está ligada, para o autor, à conjuntura da segunda metade do século XIX e à reconfiguração das instituições políticas de então. Dessa maneira, a “centralização de recursos políticos e financeiros e a possibilidade de sua utilização clientelista abriram espaço para a sedimentação de interesses próprios de grupo, no caso, a perpetuação dos postos de mando” (REIS, 1992, p.34).

Portanto, o surgimento desses grupos políticos é resultado de um hibridismo entre um setor político “instruído e especializado” que se diferencia no “núcleo de famílias de grandes proprietários rurais” de onde provêm e de um “uso patrimonial do Estado” (REIS, 1992, p.34). Essa fórmula passaria então a controlar os postos de mando provinciais e a se perpetuar a partir da capacidade de trânsito que estabeleceria com o poder central.

Como podemos observar, ao contrário de José Caldeira (1981) – cuja preocupação com a política pós-1930 permite estabelecer conclusões sobre a formação oligárquica como sendo resultado de uma relação imbricada entre a política local e as capacidades de perpetuação de uma estrutura social –, Flávio Reis (1992) dá ênfase à origem social do setor político que compõe o grupo oligárquico, as relações intrínsecas entre o público e o privado e focaliza sua análise, ainda, nas próprias condições políticas de formação desses grupos oligárquicos, enfatizando como as relações entre as esferas de poder permitiram a formulação de uma configuração específica da política regional, fundada no clientelismo e no uso patrimonial do Estado.

O movimento político de 1930 pode ser visto como marco definidor importante nos estudos tanto de José Caldeira quanto de Flávio Reis: enquanto o primeiro, parte da premissa de uma organização oligárquica que se mantinha durante a Primeira República e que vê seus interesses postos em xeque no início dos anos 1930, o último preocupa-se em entender como esses grupos políticos se formam e quais as esteiras de suas manutenções no poder.

A preocupação com a dinâmica política das oligarquias é uma das marcas mais expressivas da obra de Flávio Reis. Para isso, o autor faz um recorte temporal que se inicia com as políticas centralizadoras do Segundo Reinado, a partir de 1850, e que permite o surgimento

das relações entre as esferas da política alimentadora das estruturas oligárquicas, e estende sua análise até 1930, período definido como fim das dinâmicas da Primeira República.

Sem dúvida alguma, a relação que Flávio Reis (1992) estabelece com a obra *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Leal (1975), está presente na utilização por aquele de boa parte dos conceitos e categorias já historicamente consagradas por este, como o coronelismo, clientelismo e patrimonialismo.

Assim, o processo de formação das oligarquias, na visão do autor, não pode ser visto como “prolongamento do poder local”, como defendia o trabalho tradicional de Maria Queiróz (1976), e aqui se aproxima das afirmações de José Caldeira, mas diferentemente deste, para o qual o modo de organização econômica pré-capitalista permitia a manutenção dos atores políticos. Flávio Reis se aproxima de Victor Nunes Leal (1975) e sua preocupação com as relações estabelecidas entre as instâncias de poder; com ênfase “na teia de compromissos estabelecida” desde os “coronéis” até o poder central, sendo aqueles a posição “mais frágil” e não o catalizador da organização oligárquica. O autor destaca o fato de o:

“coronelismo” emergir quando o poder independente dos chefes locais já declinava ante a expansão do poder público e precisava pactuar para sobreviver, na conhecida fórmula de Nunes Leal, pode ser significativo para a compreensão da política oligárquica (REIS, 2013, p. 21).

Todavia, ao contrário de boa parte das análises que veem na figura do “coronel” sobremodo naquela proveniente de um sistema agroexportador e com significativa acumulação de riquezas, a fórmula para a formação das oligarquias regionais, Reis defende que é o setor do grande comércio que predominava no sistema econômico, já que no final do século XIX e início do XX o setor rural teve que arcar com a maior parte do ônus da crise econômica. Nesse sentido, o autor reformula a relação clássica entre oligarquia e setor agrário, destacando as aproximações de ambos com uma classe empresarial que, desde meados do século XIX, começara a exercer forte influência na política, “por meio da regulamentação e das concessões de favores” (REIS, 2013, p. 203).

Assim, na compreensão do autor, a figura tradicional do “coronel” não pode servir como base explicativa da “política em áreas atrasadas” (REIS, 2013, p. 22), mas que o poder político constituíram-se através de uma cadeia de mediações entre poder público e poder privado, onde o “Estado não consegue se expandir sem o apoio dos fortes poderes privados, ao mesmo tempo em que estes só ganham verdadeira significação no contexto da utilização dos poderes públicos e, por isso, buscam permanentemente ser ungidos pela política” (REIS, 2013, p. 22). Nesse ponto, o autor se aproxima da análise realizada por Simon Schwartzman, que defende o

surgimento de uma “‘burocracia’ ou ‘classe política como estrato social materialmente dependente do Estado” (SCHWARTZMAN, 1982, *apud* REIS, 2013, p. 20).

Logo, para Flávio Reis, a oligarquização da política se explica a partir de dois espaços fundamentais, “a mediação entre as instâncias do sistema de poder e entre os interesses privados e Estado, que os grupos políticos se movimentam e sedimentam interesses próprios” (REIS, 2013, p. 204). Isso possibilitava as relações entre um setor empresarial, chefes políticos municipais e instâncias da administração do Estado, em uma “utilização sem freios do clientelismo” (REIS, 2013, p. 204).

Essa reviravolta na concepção que relacionava a formulação oligárquica ao setor agrário permitiu a reconfiguração de suas capilaridades sociais, incluindo na rede de interesses o empresariado como parte das bases econômicas, mesmo que indiretamente, através do clientelismo. Essa abordagem desloca a interpretação da estrutura oligárquica como sendo característica inerente à Primeira República, espaço em que o autor introduz a concepção de crise intraoligárquica. Essa perspectiva explica o “acirramento das disputas pelo acesso aos postos de mando ou por modificações ocorridas no âmbito do governo central e que produzem efeitos sobre a relação de forças entre os grupos regionais” (REIS, 2013, p.51).

Essa perspectiva de Flávio Reis, então, possibilita a ampliação da concepção de estrutura oligárquica no Maranhão. Sua análise, embora tenha como recorte temporal de meados do século XIX à década de 1930, tem deslocadas suas atenções ao período de redemocratização pós-Estado Novo e destacado o processo de ascensão de Vitorino Freire no que denomina “rearrumação do arranjo oligárquico [em que] os setores políticos buscaram estreitar relações com as figuras do alto comércio e vários que apareciam em cargos políticos e administrativos importantes” (REIS, 2013, p.211).

Diante do exposto, destaco que há na historiografia local uma compreensão dos grupos políticos do estado a partir de seus processos próprios de dominação. Esses processos perpassam um conjunto de características socioeconômicas, identificadas com o predomínio de uma economia agrária, de uma sociedade sem muita instrução, de uma “dependência pessoal” como afirma Caldeira (1981); e da relação entre o poder central e local como sustenta Flávio Reis (2013).

Diante disso, a década de 1960, no ambiente político maranhense, foi identificada a partir dessas diretrizes, predominando na produção histórica local a passagem de uma facção consolidada no estado (o vitorinismo) para outra marcada por rupturas relevantes, mas também continuidades (o sarneísmo).

A chegada de Vitorino Freire à política maranhense se deu com a sua nomeação para o cargo de secretário-geral do Estado pelo capitão Antônio Martins e teve como uma de suas principais incumbências a organização do Partido Social Democrático no estado. No entanto, o processo de dominação vitorinista no estado tem seu início a partir de 1945³⁰ com o processo de redemocratização. A partir da perspectiva de Flávio Reis, podemos cimentar que a aproximação de Vitorino Freire com o poder central na pessoa do General Eurico Dutra permitiu a sua penetração nas esferas do poder político maranhense, como mediador entre as instâncias de poder. Na afirmação de Neiva Moreira:

Vitorino terminou donatário do Maranhão, graças as suas estreitas relações com o general Eurico Dutra, quando ministro da Guerra e, sobretudo, depois que este se elegera presidente da República [...] Cedo Vitorino compreendeu que a velha oligarquia do estado estava sem líderes e, através de favores, nomeação de filhos e genros, concessões bancárias nem sempre legais e de uma ilimitada manipulação do poder, foi assumindo o comando dos coronéis (MOREIRA, 1989, *apud* PACHÊCO FILHO, 2015).

José Caldeira destaca ainda no artigo *Estabilidade Social e crise política: o caso do Maranhão* (1976), que a “diversificação intrarregional do Estado, assim como a dificuldade de intercomunicação entre as regiões favoreceu a constituição de oligarquias locais” (CALDEIRA, 1976, p.59) e fixaram a dominação política nos diversos meios da administração pública. Para operacionalizar a análise, o autor destaca dois períodos específicos: o primeiro, entre 1956 e 1966, em que destaca a predominância, na política estadual, de um “coronelismo peculiar – o “vitorinismo”³¹, apoiado principalmente no PSD e sua articulação no estado; o segundo, entre 1966 e 1976, caracterizado por um processo de modernização e de interferência específica do poder central, sobretudo em uma reconfiguração política com a formação de um bipartidarismo.

No artigo, Caldeira apresenta de forma sintética como as estruturas erigidas pelo “vitorinismo” e suas ramificações na política maranhense são substituídas e que um conjunto de crises do poder político com a ascensão de novas figuras políticas, como a de José Sarney, não são capazes de alterar as condições sociais do estado. Nesse sentido, relaciona-se o conceito de oligarquia, ainda, a uma perspectiva de atraso social, que seria marca dessas aglomerações políticas no estado.

³⁰ Como afirmam Benedito Buzar (1998), Caldeira (1976) Wagner Costa (2006, 2015), entre outros.

³¹ Segundo José de Ribamar Caldeira (1978), “foi um *coronelismo*” por ter como principal objetivo o controle do poder político por meio de um “exercício de um *mandonismo* sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado” (CALDEIRA, 1976, p.60). Na esfera propriamente política, que segundo o cientista político recebia especial interesse por parte do *vitorinismo*: sua “ação tinha como ponto fundamental o controle dos Partidos Políticos e as sub-lideranças políticas com ele identificadas” (CALDEIRA, 1976, p.60), que, juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do *vitorinismo*.

Dessa forma, o vitorinismo dominou o espaço político maranhense por aproximadamente vinte anos de acordo com a historiografia local³². A facção estrutura-se institucionalmente em torno do PSD e perpetua-se em governos subsequentes, contando com a “dominação pessoal” proveniente das relações com os mandões nos setores agrários e, especificamente, nas fraudes eleitorais.

Essa compreensão acerca da política e de sua interrelação com outras esferas da vida social não se restringiu ao período do pós-Estado Novo, mas serviu de importante base de explicação para as mudanças geradas no estado com a instauração do golpe de 1964. Essas mudanças ganharam importante destaque na produção historiográfica regional, tanto que, por muito tempo, foram um dos principais temas retratados, ganhando espaço em trabalhos bastante referendados no Maranhão.

A passagem do poder político de Vitorino Freire a José Sarney é analisada historiograficamente por Wagner Costa em seu trabalho: *“Sob o signo da morte: O poder oligárquico de Vitorino a Sarney”* (2006), fruto de dissertação defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O autor dá continuidade à interpretação realizada por Flávio Reis e enfatiza a noção de crise intraoligárquica. Todavia, a preocupação do autor se volta de maneira especial “aos processos de (re)construção e manipulação dos imaginários políticos no estado do Maranhão” (COSTA, 2006, p. 15).

Assim, o autor se volta para a história da cultura política, enfatizando como os processos de construção dos discursos permitiram a mudança no espectro oligárquico. O trabalho faz uma análise da vitória eleitoral de 1965 destacando seus elementos políticos-ideológicos e os simbolismos presentes na construção da imagem de uma “campanha de libertação”. Utilizando de uma linguagem repleta de metáforas, o autor relaciona as condições políticas no contexto histórico em que se circunscrevem as eleições, atrelando a imagem de José Sarney à da cognominada “revolução de 1964” e estabelece uma análise da trajetória de Sarney Costa até as eleições e de sua administração (1966 a 1969).

Wagner Costa se dedica especificamente em dois artigos (1997 e 2002) a fazer um balanço das condições políticas de surgimento do “sarneísmo” e sua continuidade na política maranhense nos anos subsequentes. Neles, apresenta como a linguagem do “novo” é utilizada como sinônimo de modernização para a formação e consolidação de uma oligarquia. Destaca que o grupo político que ascende ao poder no Maranhão com o apoio do regime ditatorial acaba

³² Entre a redemocratização pós-Estado Novo (1945) e a eleição de José Sarney ao governo do Maranhão (1965) quando o vitorinismo começa a perder sua hegemonia no estado.

se estabelecendo através de um tipo peculiar de discurso político e permanecendo durante anos no controle do Estado.

O que observamos então é uma concepção de continuidade, que o autor, apesar de não especificar exatamente qual noção de oligarquia trata em seu trabalho, enfatiza textualmente na sua crítica a uma percepção histórica “linear e *evolucionista* esboçada pela historiografia oficial (ou oficiosa)” [e propõe relativizar (ou mesmo negar)] o sentido de ruptura histórica” (COSTA, 2006, p. 16) enfatizando aproximações entre o “vitorinismo e os oposicionistas”. Essas semelhanças não só figuravam o aspecto da cultura política com a manipulação dos imaginários por meio de uma tradição maniqueísta (antioligárquico, antivitorinismo), mas também nas práticas clientelistas e no uso patrimonial do Estado.

Portanto, é possível observar que a produção historiográfica que ajuda a sustentar a interpretação oligárquica no Maranhão é formada a partir de uma perspectiva de continuidade, em que os grupos políticos se apropriam dos espaços públicos e perpetuam de formas similares, logo não existem grandes rupturas nessas análises. Como analisa Gastar Grill:

[...] o ‘vitorinismo’ e o ‘sarneyismo’ são construções fundamentalmente fabricadas para demarcar uma ideia de descontinuidade e de ruptura política, apresentadas como ‘necessárias’ em vistas do ‘atraso’, do ‘arcaísmo’, etc, recortando a história política regional em ‘ciclos’, ‘etapas’, ‘tempos’. Dois ‘períodos’ que se sucedem, para uns, e que perpetuam a ‘dominação oligárquica’, para outros. Convergindo todos sobre o imperativo da derrubada do ‘passado’. (...). Passado simbolizado por Vitorino Freire e por José Sarney (ou por ambos), estendendo-se aos seus ‘grupos’ (categoria nativa que, paradoxalmente, informa a rede de seguidores das lideranças em situações de conflitos, de realinhamentos contínuos, de deslocamentos constantes, mas que remete a uma ideia de permanência e de perenidade). As fronteiras entre as coalizões rivais que se enfrentam com base nessas classificações são moveáveis, as bases de interconexão são fundadas em cadeias interpessoais e o recrutamento é socialmente endógeno e/ou por cooptação. Os movimentos mútuos e interdependentes entre elas, nas últimas décadas, têm como centro de gravitação a exaltação ou a crítica a José Sarney, como líder de um ‘grupo político’, por consequência reforçando o ‘sarneyismo’ como elemento de localização das demais posicionalidades (GRILL, 2012, p. 215).

Todavia, há que se destacar que há uma diferença vital nos dois grupos que disputam o poder político no Maranhão após 1964: a sua relação com o projeto empresarial-militar. Já que a chegada dos militares ao poder leva a uma disputa por espaço no novo governo por parte dos atores políticos maranhenses, o que impõe a “governistas e oposicionistas” uma readequação aos novos rumos impostos a administração pública.

No entanto, no bojo das cisões e readequações das alianças somente uma facção, no Maranhão, conseguirá o espaço para manter-se no controle as mudanças exigidas pelo novo projeto que chegava ao poder. Nesse sentido, o grupo encabeçado por José Sarney irá destacar

principalmente por sua capacidade de construção dessas alianças e de um consenso em torno de si e do projeto de modernização econômica no Maranhão.

Sarney e o sarneísmo têm como principal marca a longevidade no controle da administração pública estadual. No entanto, isso não pode ser compreendido apenas a partir de uma marca personalista. É necessário compreender esse fenômeno como parte das reformulações do Estado a partir da tomada de poder em 1964. Desse modo, essa facção política era a que melhor atendia às necessidades de um sistema capitalista em transformação no Maranhão, como veremos de modo mais aprofundado a seguir

2.1 Implicações imediatas do golpe no Maranhão

De modo geral, a conjuntura que gerou a ditadura empresarial-militar no Brasil produziu dinâmicas diferentes nos diversos territórios que compõem o país. No Maranhão ela será tanto reapropriada, levando em conta as estruturas existentes anteriormente, quanto produzirá influências diretas a partir dos projetos pretendidos.

Portanto, o golpe de Estado de 1964 produziu, evidentemente, efeitos imediatos na estrutura política e social do estado, já que os elementos de caráter ideológico – como o “anticomunismo” e a “anticorrupção” – e repressivos – como o Ato Institucional nº 1 – irão determinar medidas de controle e guiar ações de agentes políticos e militares.

Os resultados imediatos do golpe receberam atenção, principalmente, nas produções memorialísticas sobre o período, com ênfase, nas contribuições de Vitorino Freire e Benedito Buzar, oriundos da esfera política estadual, sendo marcas de suas produções a priorização dos bastidores políticos e disputas internas.

Vitorino Freire, por sua vez, teve importante destaque na política maranhense durante boa parte dos anos que antecederam o golpe de 1964 e mesmo após. Oriundo de “tradicional famílias interioranas” (BUZAR, 2001, p. 15) de Pernambuco, participou ativamente do movimento político de 1930, que lhe permitiu trânsito nas esferas políticas regionais e posteriormente nacionais, mesmo não tendo concluído o curso de Direito na Faculdade de Recife.

O primeiro contato de Freire com a esfera política local se deu por meio de convite do interventor Antônio Martins de Almeida para que assumisse o cargo de secretário-geral do Estado, ficando responsável pela condução da política partidária e organização do Partido Social Democrático com a finalidade de eleger representantes do estado para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. No entanto, tendo se candidatado como representante local, não logrou êxito e, sem “espaço político”, vai para o Rio de Janeiro.

Com o fim da ditadura Varguista em 1945 e da intervenção política de Paulo Ramos no Maranhão, Vitorino Freire retorna ao estado com o intuito de fortalecer o PSD, ao lado de Genésio Rego³³ e Clodomir Cardoso³⁴, com vistas a sua eleição no pleito para a Assembleia Nacional Constituinte de 1945, a partir do qual, passou a participar diretamente do cenário político regional, sobretudo como mediador com a política nacional.

Freire era senador pelo PSD durante o governo de João Goulart, partido com uma das maiores bases políticas do Congresso e que se apresentava como um dos principais entraves para a aprovação das Reformas de Base.

Em uma posição tradicional, resgatada nas leituras revisionistas aqui mencionadas, Vitorino Freire afirma que o retorno do país ao presidencialismo por meio do plebiscito de 1963 marcava “a hora para que Jango conduzisse o País para os caminhos perigosos que o levariam a um trágico resultado pouco tempo depois” (FREIRE, 1978, p.236), enfatizando, de modo mais personalista, que o golpe de 1964 teria sido resultado da má administração de João Goulart.

Assim, a partir da perspectiva de um dos mais influentes políticos maranhenses da época, a política de Jango seria marcada por “medidas demagógicas e manifestações populares insufladas por elementos subversivos, que conturbavam a vida do país” (FREIRE, 1978, p.244). Além disso, está presente em seu discurso a concepção pela qual Goulart tutelava o poder legislativo ao sabor de suas ações, como mero “aparelho de chancela dos seus atos” (FREIRE, 1978, p.245).

³³ Genésio Rego, oriundo do município de Pedreiras (MA), formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ingressou na vida pública ainda na década de 1920, quando foi eleito a um cargo para Deputado Estadual. Em 1934, Rego se associou a Clodomir Cardoso com o objetivo de criar a União Republicana Maranhense (URM), partido que buscava combater o interventor local, Martins de Almeida, que se aliara a Magalhães de Almeida e Vitorino Freire. A União Republicana Maranhense conquistou significativo espaço em 1934 e em aliança com o Partido Republicano dos irmãos Marcelino e Lino Machado conseguiram formar maioria na Assembleia Legislativa e eleger o governador do estado, Aquiles Lisboa, conquistando ainda uma vaga para o Senado. Durante o Estado Novo (1937-1945), Genésio Rego acaba se afastando da vida política, principalmente por diferenças com o então interventor, Paulo Ramos, em relação a criação de um único partido no Maranhão (Partido Evolucionista) e só retorna no processo de redemocratização (1945) quando irá se aliar a seu inimigo histórico, Vitorino Freire, para formar o PSD, no entanto essa aliança se transformará, principalmente durante a década de 1950, em uma luta pelo controle do partido, que acaba ficando nas mãos de Freire, que tinha maior trânsito na cúpula nacional (BUZAR, 2001).

³⁴ A trajetória política de Clodomir Cardoso, oriundo de São Luís (MA) e formado em Direito, se inicia já durante a República Velha, quando foi deputado estadual, prefeito de São Luís, deputado Federal e Senador. Na ocasião do movimento político de 1930 Cardoso é alijado da vida pública, retornando apenas em 1934 quando organiza a URM ao lado de Genésio Rego. Da mesma forma que Rego, Cardoso consegue conquistar um cargo para Senado que é interrompido pela instauração do Estado Novo. No entanto, ao contrário daquele, recebe convite de Paulo Ramos para Integrar o Conselho do Estado. Durante a Redemocratização, Clodomir Cardoso, se aliara a Genésio Rego e Vitorino Freire para instalação do PSD no Maranhão e será nomeado interventor em substituição de Paulo Ramos até as próximas eleições para o Governo do Estado. Todavia, como já mencionado, a relação entre Clodomir Cardoso e Buzar também será marcada por dissensos (BUZAR, 2001).

Apesar da referida aproximação com a perspectiva a qual a culpa do golpe militar seria resultado das ações de grupos esquerdistas, ou da postura política admitida por Goulart e mesmo pela “quebra da hierarquia militar”, é importante ressaltar que o livro de memórias produzido por Vitorino Freire foi publicado em 1978, período em que o aparelho repressivo se encontrava em pleno funcionamento.

No entanto, convém ressaltar que Vitorino Freire, por ideologia, força da conjuntura ou defesa de interesses próprios, não figurou entre aqueles que se posicionam contrários ao que ele mesmo chama de “revolução”, sua postura é percebida a partir de uma concepção de “mal necessário” chegando a afirmar, como em uma visão corrente do golpe, que esperava “contar com a segurança dos militares para que o calendário eleitoral fosse cumprido” (FREIRE, 1978, p. 258), mesmo tendo sido seu grupo político o principal atingido a partir 1964.

O autor destaca que as mudanças no cenário político nacional permitiram que opositores de governos locais pudessem lançar mão “dos novos elementos do governo federal [para realizar] uma série de denúncias de subversão e corrupção” (FREIRE, 1978, p. 261) e que, no Maranhão, não foi diferente. O que permite evidenciar a busca de uma ambiência de moralização política e social a partir de agentes sociais e militares no estado.

A respeito dessa moralização, Freire, em carta enviada ao General Ernesto Geisel em maio de 1964, se apresenta solidário à devassa na política maranhense e busca eximir-se de sua relação com as lideranças que atuavam a nível estadual:

Que o governo atenda ao General Anacleto Tavares³⁵, e mande apurar se em qualquer época nomeamos comunistas ou esquerdistas no Maranhão e quem os nomeou. Apure o Governo, se o PSD maranhense, entrou na linha da subversão [...]. Como julgo que ocupo um alto posto e chefiou uma bancada, de 6 deputados e 3 senadores, desfalcada pelos 6 que abandonaram o seu partido, não posso permitir que meu nome possa ficar na dúvida ou arrastado de cambalhada com ladrões, comunistas, negociastas ou corruptos (FREIRE, 1978, p. 263-264).

Observa-se na afirmação de Vitorino Freire claramente uma manobra evasiva, já que Newton Belo elegeu-se com o apoio dele e de toda uma estrutura eleitoral construída por ele, sendo ambos provenientes do mesmo grupo político que compunham as fileiras do Partido Social Democrático no Maranhão.

Há, portanto, na construção discursiva do autor, a ausência da relação entre ambos, o que implicaria também na sua correlação com as denúncias realizadas pelo General Anacleto Tavares e desnudaria sua relação mais profunda com os desmandos da política regional. Todavia, como observa Benedito Buzar, os efeitos do Ato Institucional nº 1 não incidiram, de

³⁵ Então general responsável pelo 24 batalhão de Caçadores, sediado em São Luís.

pronto, sobre o(s) grupo(s) governista(s) no estado. O que nos permite relativizar o discurso anticorrupção, já que os principais líderes políticos do estado, envolvidos em diversos indícios de fraude³⁶, não foram atingidos pela coerção ditatorial. Pelo contrário, ocuparam importantes cargos políticos em praticamente todo o período, permitindo a sustentação da hipótese das relações entre as estruturas oligárquicas pré-existentes e os interesses ditatoriais.

Benedito Buzar, que produziu importante trabalho sobre os efeitos do golpe no Maranhão, nasceu em 1938 no município de Itapecuru-Mirim (MA), formou-se na Faculdade de Direito do Maranhão e elegeu-se deputado estadual em 1962. Quando da instauração do golpe, teve seu mandato cassado e encerrou sua vida política. Essa informação é relevante, pois permite observar a origem de seu posicionamento de crítica ao golpe e a Vitorino Freire, já que não compunha o que será chamado posteriormente de “vitorinismo”.

Tendo acompanhado mais proximamente a movimentação política no poder legislativo maranhense, Buzar dedica parte de sua obra “*O vitorinismo*” (1998) para destacar o processo de desestabilização de João Goulart e as influências e efeitos no Maranhão das mudanças políticas resultantes da tomada de poder em 1964.

Sobre a desestabilização de Goulart, Buzar inicia sua análise ressaltando o plebiscito que reintroduziu o presidencialismo como regime político no Brasil em 1963. Nesse sentido, o autor, que se preocupa em destacar diferentes grupos em disputa na política maranhense, evidencia que não houve conflitos entre os governistas, representados pelo já mencionado “vitorinismo” e opositoristas de modo amplo.

Todavia, passado esse momento, Buzar introduz os políticos maranhenses no seio de uma disputa entre a Presidência da República e o Congresso Nacional, observada como um dos elementos que desencadeiam o golpe desde uma perspectiva personalista que privilegia a estrutura estatal na condução dos processos históricos. Tal disputa levaria à dissidência de seis nomes do PSD, o partido governista maranhense: Cid Carvalho, Lister Caldas, Eurico Ribeiro, Luís Coelho, Ivar Saldanha e Alberto Aboud, que passaram a compor o PTB. Em decorrência desse acontecimento de “repercussão nacional”, o PTB passa a ser majoritário no Congresso Nacional, mas provocam, por outro lado, “aborrecimentos na cúpula nacional do PSD e ameaça a base de sustentação parlamentar do governo no Congresso” (BUZAR, 1992, p. 317).

³⁶ Boa parte da historiografia maranhense e dos impressos da época dá ênfase ao uso deliberado de eleitores fantasmas no processo eleitoral maranhense, como por exemplo: Benedito Buzar (1998), Caldeira (1976, 1978 e 1981), Wagner Costa (2006 e 2015), entre outros.

Entretanto, é considerável o crescimento do PTB desde as eleições de 1962³⁷, o que ampliaria a possibilidade de maior inserção desses políticos na esfera regional viabilizando a extensão e introdução das bases do PTB nos estados. Dessa forma, os deputados dissidentes do PSD no Maranhão encontravam, na mudança de conjuntura político partidária no país e no apoio do presidente, uma forma de romper com a facção tradicional na qual estavam inseridos e pleitear o cargo mais alto do executivo maranhense, o que pode ser evidenciado a partir da viabilização de quatro projetos dos seis deputados que são destacados por Buzar:

- 1) nomeação para os cargos federais de políticos a eles vinculados; 2) continuidade de luta contra o governador Newton Belo, com vistas a torná-lo vulnerável e a desestabilizá-lo; 3) criação de mecanismos para ocupar o espaço oposicionista; 4) lançamento de candidato à sucessão governamental [...] (BUZAR, 1992, p.318).

Deve-se levar em consideração, ainda, o fato de Newton Belo oferecer a João Goulart terras públicas para o projeto de reforma agrária. Observado por Buzar como tentativa de aproximar-se com o governo central, revela a possibilidade real de uma reconfiguração da política fundiária no estado e um alinhamento com as populares Reformas de Base.

As implicações do golpe no Maranhão ganham relevo muito maior na obra de Benedito Buzar, que chega a afirmar que “foi, portanto mais num clima de expectativa do que propriamente de agitação que chegaram a São Luís as primeiras notícias a respeito de uma **rebelião militar**” (BUZAR, 1992, p. 323, **grifo meu**).

Entre os setores militares do estado, o autor revela que a adesão ao golpe foi antecedida de reunião no 24º Batalhão de Caçadores, organizada pelo Coronel Rivas de Carvalho Lima, o que teria ratificado o “apoio integral ao movimento revolucionário” (BUZAR, 1992, p.323). Essa posição teria sido seguida também pelo secretário de Segurança do Maranhão – Coronel Antônio Carvalho Freitas – que proibira “passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, dado o risco de degenerarem em manifestações de tumulto prejudiciais à paz e à segurança social” (*O Imparcial*, 03/04/1964 *apud* BUZAR, 1992, p, 324). Juntamente aos militares e à posição do secretário de Segurança, a Polícia Militar do Maranhão, de acordo com Buzar, manteve uma “rigorosa prontidão” (BUZAR, 1992, p, 324) e agiu diretamente para cumprir a ordem da secretaria de Segurança através do deslocamento de homens para diversos pontos da cidade.

³⁷ O considerável fortalecimento do PTB em âmbito federal a partir 1963, deve estar atrelado ao fato de muitos deputados acabarem por aderir ao partido com a finalidade de compor a bancada de João Goulart em defesa das Reformas de Base.

A principal justificativa apontada para as movimentações do setor militar, e mesmo da secretaria de segurança ligada ao poder executivo do estado, pauta-se na concepção da ameaça eminente proveniente da desordem social e do risco de quebra da hierarquia militar; perspectiva que predominou em âmbito nacional para legitimar a ação de tomada do Estado, buscando construir consenso em torno da conspiração da coalização empresarial-militar.

O chefe do poder executivo, governador Newton Belo, na perspectiva apontada por Benedito Buzar, ocupou-se apenas de determinar ao Gabinete Civil a função de emitir uma nota reproduzida nos jornais locais, já que não estava no estado. Na nota, o Gabinete pede a população que “diante da crise político-militar **deflagrada no sul do país** [...] se mantenha a calma e serenidade” (*O Imparcial*, 03/04/1964 *apud* BUZAR, p.324, **grifos meus**). Afirma acreditar na resolução do problema o mais brevemente possível a partir do “bom senso e patriotismo dos **homens públicos responsáveis**” (*O Imparcial*, 03/04/1964 *apud* BUZAR, p.324, **grifos meus**). E que, da população maranhense, espera-se que mantenha a “normalidade legal, que haverá de perdurar, em abono das melhores tradições de civismo do povo maranhense” (*O Imparcial*, 03/04/1964 *apud* BUZAR, p.324, **grifos meus**).

O tom apresentado na nota supracitada é de cautela diante das novas condições em que se encontrava a política nacional. Observa-se, ainda, a tentativa de deslocamento entre realidade emergente e a conjuntura político social do estado, já que o problema teria sua origem no “sul do país” e que somente os indivíduos do meio público teriam a reponsabilidade de resolver o “problema”; assim não havia motivos para movimentações da sociedade civil.

No entanto, a sociedade civil, de acordo com o autor, apresenta movimentações de oposição lideradas pelas principais organizações diretamente interessadas nas Reformas de Base que apoiavam o governo de João Goulart no Maranhão. O primeiro, que recebe apenas uma referência de Buzar, foi o das ligas camponesas que teria provocado a maior “mobilização [...] em favor da reforma agrária que estaria por vir” (BUZAR, 1992, p.323). No entanto, não são apontadas ações mais específicas no meio rural.

É destacada, ainda, a ação dos sindicatos a partir da seção maranhense do Pacto dos Trabalhadores do Maranhão em conjunto com a Frente de Mobilização Popular³⁸, que lançam

³⁸ Seção maranhense do movimento nacionalista que visava a implementação das Reformas de Base. “Congregava representantes de organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), além de elementos da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e de entidades camponesas e femininas como a Frente Nacionalista Feminina. Não tendo chegado na prática a se constituir completamente como organização com atuação própria e definida, foi fechada após o movimento político-militar de 31 de março de 1964” (LAMARÃO, 2010, on-line).

uma convocação à sociedade do estado para mobilizar-se em defesa do mandato de João Goulart e em apoio à greve geral convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT):

A FMP e o Pacto Sindical, face à situação nacional, sentem-se no dever de alertar o povo do Maranhão para a necessidade efetiva de defender o mandato do Presidente da República, ameaçado pelo movimento antinacional deflagrado pela reação de Minas, com apoio de alguns Governadores, numa tentativa de impedir que as massas oprimidas do país alcancem sua libertação econômica e política.

Comunicando que o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) deflagrou greve geral no Brasil, conclamamos os trabalhadores e estudantes maranhenses a seguir essa palavra de ordem, na defesa da verdadeira Revolução Brasileira, que liquidará os privilégios das minorias reacionárias ligadas ao imperialismo.

Conclamamos igualmente a guarnição das Forças Armadas Federais aqui sediadas, assim como oficiais, sargentos e praças da Polícia Militar, a se juntarem ao Povo na defesa do mandato do Presidente da República que, atendendo à situação vexatória destes últimos, a que foram levados pelo governo antipopular do Maranhão, decretou subvenção às PM's possibilitando vencimento justo e humano.

O Povo deve ficar alerta e disposto para, unido em torno do Presidente e das Reformas de Base, garantir as conquistas democráticas.

Tudo pelo Brasil!

São Luís, 31 de março de 1964 (*Jornal do Povo*, 31/03/1964 *apud* CORRÊA 2017, p. 475).

Faltam estudos de maior densidade, tanto para aprofundamento da atuação da FMP e do movimento sindical no Maranhão, quanto para estabelecer a posição dos oficiais, sargentos e praças no Maranhão e, ainda, se esta convocação aos militares é fruto de uma relação destes com os movimentos em favor das reformas de base no estado ou apenas de uma projeção regional de suas posições a nível nacional.

No entanto, foi imediata a reação das forças militares contra as ações mais consistentes dos trabalhadores: os movimentos sindicalistas da orla marítima suspenderam imediatamente a greve diante da possibilidade de intervenção do Capitão dos portos. Já a Estrada de Ferro, que era ocupada pelo sindicato dos Ferroviários, foi tomada por soldados do 24º BC, que passaram a controlar suas atividades.

Observa-se, portanto, que, integrados aos movimentos nacionalistas em nível federal, os movimentos sindicais no Maranhão buscaram uma atuação conjunta em defesa do regime democrático, como se observa na nota assinada pelo FMP e pelo Pacto Sindical, em nome da “verdadeira revolução brasileira” representada nas Reformas de Base, em nome de uma bandeira anti-imperialista de viés socioeconômico.

Não obstante, a ação dos trabalhadores maranhenses foi deflagrada, de pronto, pelos militares no estado. Uma explicação corrente para isso é a incipiência³⁹ dos trabalhadores urbanos ligados a sindicatos desse meio, o que permite sopesar a esfera de expectativa afirmada por Buzar na capital São Luís e depreender a maior atuação dos movimentos no âmbito rural, como as Ligas Camponesas em defesa da reforma agrária.

Já os movimentos estudantis, de acordo com Benedito Buzar, não conseguiram ocupar espaços públicos, devido à “ação preventiva da Polícia Militar” (BUZAR, 1992, p.325), e somente estudantes secundaristas, mobilizados pela União Maranhense dos Estantes (UMES), teriam promovido deliberações e convocado para uma greve geral na porta de escolas. Greve esta que não aconteceu devido, na posição do autor, à “advertência do coronel Rivas de Carvalho Lima, que os exortou ‘a não se deixarem seguir por agitadores que procuravam encaminhá-los para a desordem e a greve e usá-los como instrumentos de suas manobras” (BUZAR, 1992, p.325, **grifo do autor**).

Além disso, o autor destaca que o IPES no estado prestou “solidariedade às forças armadas e repudiam a infiltração comunista” (BUZAR, 1992, p.325); que as atividades comerciais e industriais permaneceram funcionando, mesmo que estivessem “temerosos e apreensivos” (BUZAR, 1992, p.325). No entanto, o autor não apresenta nenhuma evidência dessa afirmação.

A partir de 4 de abril de 1964, portanto, antes do Ato Institucional Nº 1, editado no dia 9 de abril, as forças militares maranhenses começaram a executar medidas repressivas no estado. Uma das primeiras delas foi a invasão da sede do Partido Comunista maranhense, de onde teriam apreendido materiais de “teor subversivo” (BUZAR, 1992, p.326); acompanhadas desta, houve a invasão das sedes dos Sindicatos dos Comerciários e da União Maranhense de Estudantes em busca de provas de uma possível relação com o comunismo. No dia 5 de abril iniciaram-se as prisões das lideranças do partido comunista maranhense, os médicos Maria José Aragão e Willian Moreira Lima, ordenada pelo ministro da Guerra. Já os líderes sindicais Benedito Gomes de Paiva e Newton Sousa Melo, o jornalista Bandeira Tribuzi e o advogado José Bento Neves foram detidos ao 24 BC pelo Coronel Rivas de Carvalho, bem como o “sindicalista Vera Cruz Marques, os jornalistas Ribamar Bogéa, Eider Paes e Luís Vasconcelos e o presidente da UMES, Edimar Santos”, que foram intimados para prestarem esclarecimentos (BUZAR, 1992, p. 326).

³⁹ De acordo com o censo demográfico de 1960, cerca de 82,1% da população maranhense vivia no âmbito Rural e tinha como principais práticas econômicas a agropecuária e o extrativismo (IBGE, 1960).

Com exceção dos casos em que a prisão parece evidente (como os líderes do partido comunista, que estavam no centro do discurso anticomunizante dos golpistas, e dos líderes dos movimentos sindicais e da União Maranhense dos Estudantes, que apoiavam abertamente as Reformas de Base) o autor não destaca as motivações que levaram à prisão de jornalistas no Maranhão.

Bandeira Tribuzzi, por exemplo, juntamente com Neiva Moreira, controlava o *Jornal do Povo* que, como afirma Ferreira Júnior, “nos últimos três meses de sua existência [...] defendeu enfaticamente as reformas de base [...], divulgando as proclamações dos principais líderes que apoiavam as iniciativas reformistas” (FERREIRA JUNIOR, 2014, p.7). Fora isso, Tribuzzi também teria assinado a já citada nota em defesa do mandato de João Goulart, em representação à frente de Mobilização Popular, o que explicaria a sua prisão.

Já Ribamar Bogéa, proprietário-fundador do *Jornal Pequeno*, fora convocado para prestar esclarecimentos junto com seus redatores Eider Paes e Luis Vasconcelos por conta de algumas publicações realizadas no dia 5 de abril, logo após a instauração do golpe. Nessas publicações foram realizadas diversas críticas à instauração do novo regime político. Em um dos trechos, afirma que:

o País vive um clima de confusão. A Alma sazonal acha-se profundamente apreensiva. A vida Brasileira, sofreu um impacto violento caindo na anarquia. A ambição de poder dos grupos da direita cujos os interesses chocam entre si arrastou a Pátria à desordem social. Sente-se que uma grave ameaça paira sobre os destinos da república que atravessa um momento crítico da sua história.

[...] Não houve revolução, houve masorca, baderna de que o povo não participou. Os que se preocuparam em denunciar atitudes subversivas e atentados às instituições cívicas foram os que subverteram a ordem democrática, apoderando-se da presidência da República pela violência o que não conseguiram pelo voto na batalha das urnas. Mas uma vez o direito da força de sobrepõe à vontade soberana do Povo (*Jornal Pequeno*, 05/04/1964 *apud* ARAÚJO NETO, 2016, p. 46).

Embora a ação militar tenha sido motivada, como especificado em uma nota da redação⁴⁰, pelas publicações do dia 5 de abril, Araújo Neto destaca que o *Jornal Pequeno* sofreu uma importante inflexão em sua posição editorial após a convocação para prestação de esclarecimento, de uma postura de defesa da ordem democrática e antiditatorial que dava

⁴⁰ Em matéria intitulada “Agoniza o Regime da Liberdade” de 5 de abril de 1964, o *Jornal Pequeno*, destacava uma posição crítica ao revés político que o país tomara. Entre as publicações lia-se: “As perspectivas políticas são as mais sombrias. O direito de pensar e de opinião está sofrendo sérias restrições o que caracteriza a falta de democracia (*Jornal Pequeno*, 05/04/64 *apud* ARAÚJO NETO, 2016, p 46).

destaque às propostas de Goulart para as reformas de Base a uma posição parcial de sustentação da ditadura empresarial-militar (ARAÚJO NETO, 2016).

Já sob os efeitos do Ato institucional nº 1, foram determinadas intervenções no sindicato dos bancários e na União dos Ferroviários do Maranhão. Sob essa mesma base jurídica, o reitor da Universidade Federal do Maranhão interveio em Diretórios Acadêmicos e designou comissão provisória para eleição de nova presidência para o Diretório Central dos Estudantes. No meio secundarista, instaura-se nova direção na UMES, ambos alinhados com a nova política golpista. Instaura-se ainda a imissão, como destacado por Buzar, em repartições federais como “a Delegacia Regional da SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento), a Subagência do Instituto Brasileiro do Café, a Delegacia Regional do Trabalho, o Escritório Regional da Sudene, a Superintendência de Reforma Agrária” (BUZAR, 1992, p. 328).

E é a sociedade política, por sua vez, que recebe um destaque muito maior na obra de Buzar, já que, como ressaltado anteriormente, este era seu espaço de atuação quando da deflagração do golpe. O autor destaca que no estado foi criada uma resolução, à parte do Ato Institucional Nº 1, que regulamentava o processo de “cassação de mandatos dos prefeitos, e membros dos corpos legislativos estaduais e municipais” (BUZAR, 1992, p.329), esse processo foi protagonizado pela bancada do PSD na Assembleia Legislativa do Maranhão “no afã de agradar os militares” (BUZAR, 1992, p.329) o que, na compreensão de Buzar, serviu principalmente para destituir os opositores do vitorinismo do cenário político

Atrelado a isto, o autor destaca uma progressiva articulação que culminou na cassação dos mandatos de dois deputados: Sálvio Dino e ele próprio, e de cinco suplentes: Joaquim Rodrigues Mochel, Manuel Vera Cruz Marques, Willian Moreira Lima, José Tribuzi Pinheiro Gomes e José Bento Neves, aqueles por “*atividades comunistas e [...] prática de atos subversivos*” (BUZAR, 1992, p.330).

Essa articulação teria se iniciado com um pedido do presidente da Assembleia Legislativa maranhense, Frederico Léda, às forças armadas do estado dos nomes de deputados e suplentes que fossem identificados como comunistas e dos funcionários públicos que deveriam ser afastados. A resposta ao pedido teria sido dada em 24 de abril com os nomes dos deputados e suplentes supracitados.

Benedito Buzar revela que ele e Sálvio Dino ingressaram na justiça com o intuito de reaver os seus mandatos, o que revela uma perspectiva de normalidade do autor após o golpe e de perseguição política por motivações que não se encaixariam no léxico legal da ditadura empresarial-militar.

A conjuntura política no Maranhão é apresentada pelo autor pelo prisma da disputa dualista entre governistas e oposicionistas, o que pode ser compreendido mesmo a partir de sua posição como político. A própria perspectiva em que é produzido o seu trabalho, que tem como recorte inicial o ano de 1945 e a ascensão de Vitorino Freire a chefe político regional com o controle do PSD, permite entender que sua compreensão quanto aos acontecimentos de 1964 tiveram no Maranhão a capacidade de renovação política mesmo que não pelos meios convencionais. Sua situação como político cassado por atividades comunistas, mesmo não sendo do Partido Comunista maranhense, permitiu que entendesse as capilaridades do golpe de 1964 no Maranhão a partir da reestruturação do cenário político partidário. Principal enfoque de seu trabalho, reúne uma perspectiva memorialista, como já apontado, e a busca de realizar apontamentos consistentes para o meio acadêmico.

O processo de desestabilização do Governo Goulart na imprensa maranhense, sobretudo em dois dos principais impressos do estado (*Jornal Pequeno* e *O Imparcial*), foi objeto da análise de Manoel Cunha (2015). O autor destaca que, acompanhando uma tendência do jornalismo nacional, os impressos maranhenses apoiaram a posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros em defesa do regime democrático, sendo que artigos do *Jornal Pequeno* chegaram a tecer críticas contundentes à solução parlamentarista. Cunha evidencia uma aproximação desses jornais locais com a imagem de João Goulart, o que irá ser observado inclusive no plebiscito para o retorno do presidencialismo: embora existissem, na posição do autor, opiniões divergentes. Grosso modo, os impressos locais apoiaram ou, pelo menos, não criticaram a mudança de regime.

A partir de 1963, período de maior instabilidade política, o jornal *O Imparcial*, que fazia parte dos *Diários Associados* (grande conglomerado midiático nacional), analisado por Manoel Cunha, apresenta uma mudança em seu posicionamento, passando a criticar as medidas econômicas adotadas, endossadas por um discurso anticomunista, que dominou o tom da crítica realizada ao Plano Trienal, sendo Celso Furtado, um “procurador vermelho” (CUNHA, 2015, p.46) na afirmação de Assis Chateaubriand, fundador do conglomerado. A crítica do jornal esteve presente ainda em relação à Revolta dos Sargentos em 12 de setembro de 1964, que foram vistos pelo periódico como um “desrespeito a hierarquia militar” (CUNHA, 2015, p.46).

O *Jornal Pequeno*, por outro lado, demonstrou que a posse dos sargentos no meio político era necessária para que se mantivesse o respeito à ordem democrática subscrita no desejo da maioria que os elegeu. A questão econômica é observada pelo periódico a partir do viés de uma crise institucional (CUNHA, 2015, p. 47).

A posição do Manoel Cunha, que também é encampada aqui, é a de que os jornais atuam como verdadeiros partidos políticos, como defendido pelo filósofo italiano Antônio Gramsci. Nesse sentido, eles são aparelhos privados de hegemonia que organizam as “vontades coletivas”. Especificamente, nesse caso, as posições dos jornais são divergentes e apontam para defesa de dois projetos políticos: um deles (*O Imparcial*) defendendo os interesses das classes dominantes e formulando um verdadeiro ambiente de catástrofe que, na perspectiva hegemônica, sustentaria o golpe militar; e outro, (*Jornal Pequeno*) a partir de um discurso de cautela e de defesa da ordem constitucional e democrática, atua contra hegemonicamente para a manutenção de um projeto político popular.

Ainda são escassos os trabalhos que tenham como objetivo às movimentações da sociedade maranhense antes da ditadura militar, principalmente no meio urbano e com destaque as organizações de trabalhadores em defesa das propostas de ampliação democrática.

No entanto, as mudanças ocorridas no ambiente rural desde 1961 não passaram em branco na historiografia local, sobretudo, porque os trabalhadores rurais começam a desenvolver uma forte resistência à expansão da pecuária extensiva capitaneada pela prática da grilagem. Como destaca Wagner Costa, esses trabalhadores defendiam:

[...] a sua permanência na terra e a realização da reforma agrária. Foram criados [portanto,] inúmeros sindicatos de lavradores de lavradores, bem como a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM) sob a influência do PSB. Já se esboçava no interior da Igreja Católica um setor voltado para os problemas sociais, considerado percussor da Teologia da Libertação. Esses setores se fazem notar no Maranhão desde 1961, quando o padre Alípio de Freitas defendeu a palavra de ordem das ligas camponesas (“Reforma Agrária na lei ou na marra”) em sua *Carta Aberta aos Lavradores*. Outros exemplos de atividades pastorais do setor progressista foram a ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural), a JAC (Juventude Agrária Católica), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a catequese avançada conduzida por D. Antônio Fragozo (Bispo Auxiliar de São Luís) (COSTA, 2006, p.77).

Alfredo Almeida ao retratar essa movimentação, destaca que, com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) e implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei Nº 4.214, de 2 de março de 1963), fundou-se no Maranhão, em 16 de fevereiro de 1964, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão, com a presença de associações de trabalhadores urbanos de São Luís. Na ocasião, foi empossado como primeiro presidente o trabalhador rural Augusto José do Nascimento. Segundo Alfredo Almeida, “as perspectivas que se delineavam [...] é que deveriam ser integrados em poucos meses mais de 30.000 associados da ATAM”, que foi desativada e absorvida pela Federação (ALMEIDA, 2015, p.92).

Desse modo, o golpe militar implicou na perseguição de grupos sociais e políticos específicos e atrelados a um projeto que visava à diminuição dos contrastes provenientes do capitalismo excludente. No Maranhão, a repressão produzida pelo golpe dialogava com as estruturas sociais pré-existentes, aprofundando as diferenças, principalmente no campo, onde vivia à época a maior parte dos habitantes do estado. Além disso, como se pode depreender, a ditadura empresarial-militar sufocou um processo de organização e fortalecimento da sociedade civil maranhense, que vinha se articulando paulatinamente e questionando as dinâmicas socioeconômicas no Maranhão.

2.2 As transformações no cenário político maranhense

Wagner Costa destaca que o golpe militar no Maranhão teve ao menos três implicações políticas: 1) repressão de mobilizações sociais que começam a se sobressair no estado no início da década de 1960, como já destacado na primeira parte desse trabalho; 2) “acirramento dos conflitos e divisões internas do PSD maranhense” (COSTA, 2006, p. 81); e 3) “o apoio de Castelo Branco a candidatura de José Sarney” (COSTA, 2006, p. 81).

Esses dois últimos temas dominam as análises sobre a política em sentido restrito no Maranhão durante o período ditatorial. Assim, compreender a política vitorinista, nessa perspectiva, é dar destaque às implicações partidárias e suas idiossincrasias, ou seja, o domínio sobre o partido e sua estruturação, atravessada por interesses socioeconômicos são a tônica das interpretações historiográficas.

Logo, é fundamental na reconstrução do panorama político maranhense pós golpe, incluí-lo em um processo que já se desenrolava no estado, qual seja: os conflitos internos do PSD. Tais conflitos são fruto daquilo que Flávio Reis denominou de “disputa intra-oligarquica” (REIS, 2013, p.51) e descendem do embate de interesses e busca pelo controle da facção política.

A primeira dessas disputas diz respeito à debandada de deputados que compunham o PSD em diferentes momentos⁴¹, o que diminuía a representatividade do partido em âmbito federal. No entanto, como afirma Wagner Costa, o embate mais relevante se dá na disputa pela

⁴¹ Um desses primeiros momentos, se dá na disputa em torno do controle sobre o PSD entre Vitorino Freire e Clodomir Cardoso que, aliado a Genésio Rego, levou o grupo vitorinista a concorrer pelo PST em 1950. Outro momento de dissensão interna no PSD foi a disputa em torno da candidatura de Assis Chateaubriand que, tendo perdido por seu estado de origem, concorreu pelo PSD maranhense em 1955 com o apoio de Vitorino Freire, levando ao afastamento de deputados do partido. Além disso, digno de destaque é a debandada de 6 deputados maranhenses do PSD em 1963, que passaram a integrar o PTB regional.

indicação de sucessor ao governo do estado, entre Newton Belo (então governador) e Vitorino Freire, já que este via-se ameaçado pelo crescimento da influência daquele sobre o PSD.

Newton Belo, que ascendera politicamente chegando ao cargo de governador do estado graças às alianças políticas formuladas no interior do vitorinismo, protagonizou uma cisão em torno da indicação para o governo estadual com sua insistência em apoiar candidato próprio. Conforme o próprio Vitorino Freire afirma:

A eleição para o próximo período de governo seria difícil para um candidato pessedista, depois de anos seguidos de vitórias, decorrentes da rígida disciplina partidária que eu impusera ao partido.

A partir do dia da posse de Newton Belo no governo, a trama para derrubar-me do comando do partido foi adubada com a vaidade pessoal, a perfídia e a ingratidão daqueles que haviam começado a vida pública respirando pelos pulmões.

Era sabido que já existia um acordo entre Newton Belo e o deputado Renato Archer, para que este o sucedesse no Governo do Estado, com minha concordância ou sem ela. Os planos para essa traição eram traçados pelas minhas costas, mas a evolução dos acontecimentos políticos iria modificar as ambições daqueles personagens (FREIRE, 1979, p.266).

Como se pode observar, a partir da perspectiva de Vitorino Freire, o enfraquecimento político e eleitoral de seu partido seria fruto da minimização de sua influência no mesmo, já que o que asseguraria a organicidade da agremiação seria a hierarquia e burocracia por ele impostas. A indicação de Renato Archer, também ligado ao vitorinismo, por Newton Belo representava, na perspectiva de Freire, parte de uma urdida trama que visava cindir o partido e estabelecer novos núcleos de disputa em torno do controle político do estado.

Desse modo, a historiografia maranhense atribuiu à composição do cenário eleitoral de 1965 a interpretação da verdadeira inflexão política que marcaria o período ditatorial no estado. De um lado, a disputa intestina do PSD em torno do controle partidário, mas, sobretudo, das antigas estruturas que permitiam dominação e perpetuação de determinados grupos socioeconômicos; e de outro, um candidato alinhado e apoiado pelas forças armadas e que não representava, necessariamente, o fim da estrutura de dominação política pré-existente.

Assim, a disputa no interior do PSD levaria o grupo politicamente dominante no estado a uma sucessão de fracassos que, se não “usados pelo regime militar de 1964”, como afirma Alan Pacheco Filho (PACHECO FILHO, 2015, p.59), pelo menos encaminham para a composição de uma conjuntura que favoreceu seus interesses.

Um primeiro fracasso foi a debilidade do candidato apoiado por Newton Belo, Renato Archer, que fora introduzido na política maranhense através de seu pai – Sebastião Archer da Silva, com o apoio de Vitorino Freire. Tendo participado da chamada Ala Moça do PSD, grupo

que apoiara a candidatura de Juscelino Kubistchek nas eleições de 1955, que se identificava com sua política desenvolvimentista e defendia uma reformulação metodológica da agremiação partidária com teses políticas de cunho nacionalista e modernizante, entrava em atrito com os antigos “caciques” do PSD pelos controles regionais do Partido, entre eles Vitorino Freire.

Portanto, a indisposição entre Vitorino Freire e Renato Archer, que conferia a reprovação do nome deste por aquele para a candidatura ao governo do Maranhão, não pode ser reduzida apenas ao “prestígio político e da projeção intelectual adquirida [por Archer]” (BUZAR, 2001, p.398). Mas tem como origem um anterior projeto de renovação do controle político no estado, que perde força em 1961 quando da dissolução da chamada Ala Moça do PSD, mas ganha um novo capítulo a partir da aliança com o então governador do Maranhão, Newton Belo.

Todavia, a indicação do nome de Renato Archer não recebia reprovação apenas de Vitorino Freire. Devido a sua postura crítica quanto a instauração do golpe militar e cassação de mandatos e, sobretudo, pela “força eleitoral” (BUZAR, 1998 p. 341) que havia adquirido, acaba entrando em choque com os interesses do projeto dos militares, empresários e UDN, representado no Maranhão por José Sarney. Diante disso, o general-presidente Castelo Branco não aceita, estrategicamente, a candidatura de Archer pelo PSD, como foi afirmado por Freire (1978).

Ao não ter o apoio do vitorinismo e ao ver seu nome vetado pelo presidente, acaba por filiar-se ao PTB, partido ao qual concorrerá ao governo do estado no pleito de 1965, a fim de dar continuidade ao já mencionado projeto político do partido no Maranhão.

Isto posto, é relevante observar que os mecanismos de controle dos partidos arregimentados pela ditadura antecedem, nesse caso, o Ato Institucional nº 2, tendo o governo de exceção se servido de uma ação extralegal para influenciar os rumos eleitorais do estado do Maranhão de acordo com os interesses da coalizão empresarial-militar. Isso fica mais evidente quando, após recusar a candidatura de Archer pelo PSD, Castelo Branco concorda com a propositura do mesmo pelo PTB.

Continuando a sucessão de fracassos, Newton Belo, que teria aderido ao regime empresarial-militar, ao ver seu candidato reprovado pelo general-presidente, decide por indicar o nome de Costa Rodrigues. Essa indicação foi interpretada por Vitorino Freire como a insistente tentativa de diminuir sua influência sobre o PSD, como afirma: “o desejo doentio de trair-me tornou-se mais evidente [...] imediatamente, outra vez à minha revelia, puxou um candidato ao governo do bolso do colete[...].” (FREIRE, 1978, p. 269).

Assim, o esfacelamento do bloco vitorinista no estado é parte de um processo que se inicia com a criação da Ala Moça do PSD, passando pela debandada de representantes do partido no estado para o PTB, culminando no vácuo de representatividade da facção nas eleições de 1965.

De todo modo, Vitorino Freire, intencionalmente ou não, proporcionou, ao lado do General Castelo Branco, as condições para a eleição de José Sarney. Freire afirma que, em reunião com o presidente, propôs que a candidatura de Archer pelo PTB levaria a divisão dos votos que poderiam ser dados em nome de Costa Rodrigues, o que inevitavelmente culminaria na vitória de José Sarney (FREIRE, 1978, p.272). Como afirma Pacheco Filho: [...] a “velha raposa” (Vitorino Freire), ao solicitar a suspensão do veto ao nome do deputado Renato Archer, no firme propósito de “rachar” o eleitorado maranhense, rompia com sua máxima, aliando-se ao seu adversário [José Sarney] (PACHECO FILHO, 2015, p.64).

Concomitantemente às transformações ocorridas no interior do PSD, tem-se a formação histórica de um ao bloco oposicionista, que de acordo com Wagner Costa (2006), ganha força, principalmente, a partir da greve de 1951⁴², buscando representatividade a partir da manipulação dos imaginários ligados à contestação popular. Nas palavras do autor:

Os atores sociais ligados às Oposições Coligadas produziram, reformularam, manejaram e difundiram (via os meios de comunicação de massa) todo um conjunto de representações políticas que buscavam desqualificar a autoridade do grupo vitorinista e exaltar a legitimidade das aspirações das Oposições (COSTA, 2006, p.85).

Assim, a Greve de 1951 será amplamente reapropriada, no contexto do discurso político, por agentes historicamente oposicionistas no estado⁴³. Entre eles podem ser citados Alarico Pacheco, fundador e organizador da UDN (União Democrática Nacional) no Maranhão e Lino Machado que esteve à frente do PR (Partido Republicano) no estado, que se consideravam

⁴² A Greve de 1951 no Maranhão foi resultado da disputa política pela escolha do governador do Maranhão no ano de 1950. Essa disputa foi endossada pela contestação do poder exercido por Vitorino Freire no estado, e sobretudo pelo racha produzido pela preterição de Saturnino Belo a concorrência do cargo de governador maranhense pelo grupo vitorinista. O concurso eleitoral, portanto, foi formado por Eugênio de Barros, representado o bloco vitorinista e Saturnino Belo, que encabeçava uma frente ampla oposicionista. Durante a contagem dos votos Belo saía na frente com uma ampla vantagem, no entanto Vitorino Freire, ao prever a derrota, exerceu sua influência nas estruturas estatais por meio da anulação de 16 mil votos da capital, o que produziu a vitória de Eugênio de Barros. Nesse cenário, produziu-se em São Luís, capital do Maranhão, um intenso clima de contestação, principalmente devido a morte de Saturnino por meio de um infarto, atribuído pelos contestadores à anulação dos votos. A greve foi aprofundada ainda mais com a validação da eleição e diplomação de Eugênio de Barros.

⁴³ Quando Vitorino Freire aumenta a sua influência política no Maranhão entra em dissenso com antigos grupos que a exerciam dominação histórica no estado. Lino Machado, por exemplo, era irmão de Marcelino Machado, reconhecido pela disputa com Magalhaes de Almeida pelo controle dos postos de mando no Maranhão durante a década de 1920. O que ajuda a sustentar a tese do continuísmo enquanto elemento de interpretação historiográfica no estado.

porta-vozes do movimento antivitorinista e herdeiros do movimento grevista de 1951. Este segundo, por exemplo, ficou reconhecido pela participação e discursos inflamados nas concentrações populares no Largo do Carmo (BUZAR, 2001, p.311). Serão esses políticos que formariam, nas eleições de 1954, a legenda “Unidos pelo Maranhão”.

No entanto, é relevante verificar que as chamadas Oposições Coligadas, sobretudo a partir de 1968, quando passam a utilizar o termo para autodenominarem-se, não pode ser observado por meio de uma perspectiva homogênea, como se pode perceber a partir do quadro abaixo:

Tabela 1 – Quantidade votos e lugares obtidos na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa por partidos e coligações maranhenses (1950-1962)

ANO	Partido/ Coligação	Câmara dos Deputados		Assembleia Legislativa	
		Votos	Lugares obtidos	Votos	Lugares obtidos
1950	PST	75.485	5	76.815	20
	UDN/ PSD/ PR/ PL/ PSP/ PTB	67.983	4	62.106	16
	PRT	1.268	-	2.370	-
	PRP	-	-	3.950	-
1954	PSD	135.685	8	125.535	27
	PSP	37.805	2	33.387	7
	UNIDOS PELO MARANHÃO (PR, PRP, PTN)	5.985	-	10.004	2
	PDC	7.884	-	14.941	3
	UDN	-	-	6.335	1
1958	PSD	122.899	6	109.965	21
	OPOSIÇÕES COLIGADAS (UDN, PDC, PR, PSP)	90.104	4	76.788	15
	PTB	23	-	23.941	4
	PTN	-	-	3.166	-
	PSB	-	-	972	-
1962	PSD	204.383	10	161.222	23
	PSP	55.039	3	48.413	6
	OPOSIÇÕES COLIGADAS (PDC, UDN, PR, PTN)	34.337	2	42.897	6
	PL	-	-	23.482	3
	PTB	-	-	19.287	2

Fonte: Dados do Superior Tribunal Eleitoral (1958, 1961, 1964 e 1973), elaboração própria.

A historicização das oposições a partir de 1950 no Maranhão, ao contrário da simplificação corrente na historiografia local, permite depreender uma significativa diversificação, sobretudo, no âmbito eleitoral.

Portanto, embora o quadro acima evidencie a significativa superioridade eleitoral do vitorinismo⁴⁴, ele permite matizar as diferentes configurações partidárias que formavam a oposição e como essas agremiações tiveram distintas articulações durante o referido período.

⁴⁴ Os representantes da facção vitorinista se concentraram no ano de 1950 no PST, devido a uma disputa em torno da liderança do PSD entre Vitorino Freire e Genésio Rego/ Clodomir Cardoso, tendo Freire sido expulso do partido por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o que explica a ampla quantidade de votos obtidos por aquela agremiação partidária no referido ano (BUZAR, 2001, p.130).

Como pode-se observar, os anos em que houve uma manifestação mais “coesa” do grupo oposicionista para disputa eleitoral foram 1950 e 1958. Essas eleições foram marcadas por significativas cisões internas no vitorinismo: primeiro, pela já citada disputa em torno da liderança do PSD e, depois, resultante da manobra que levou Assis Chateaubriand ao senado como representante do Maranhão em 1954 ⁴⁵.

Logo, pode-se observar que embora existam coligações oposicionistas em todas as eleições entre 1950 e 1962, as articulações são múltiplas, divergentes ou convergentes dependendo da conjuntura em que se formava. Exemplo disso é o PSP, que participou ou não dessas coligações a partir da possibilidade de ocupação do executivo estadual: como é o caso de Saturnino Belo, em 1950, ou do brigadeiro Hugo Cunha Machado, em 1958, nomes que tinham um significativo peso eleitoral e que passaram a compor a coalizão oposicionista depois de preteridos pelo vitorinismo.

Já nas eleições de 1954 e 1962 podemos observar uma desagregação desse bloco oposicionista, principalmente, pela opção do PSP, que se torna importante força política no estado, de disputar as eleições sem realizar alianças. José Caldeira destaca pelo menos três motivos que permitem matizar esses interesses individualistas: primeiro, por ter se tornado o principal partido de oposição ao PSD/ PTB no estado, uma vez que a UDN⁴⁶ no Maranhão apresentava apenas “importância secundária no Maranhão” (CALDEIRA, 1976, p. 81); segundo, devido ao “estilo de política desenvolvido pelo PSP – paternalista/ filantrópica – [que] teria mais facilidade de ser assimilado pelos estratos menos favorecidos da sociedade” (CALDEIRA, 1976, p. 81); por fim, por sua campanha reiterada de oposição ao vitorinismo.

Isto posto, evidencia-se que o esfacelamento do vitorinismo deve ser incluído nesse processo de cisões internas que, embora façam parte da política partidária, contribuíram para o fortalecimento da oposição. No entanto, esses grupos oposicionistas, embora tenham pontos em comum, são marcados pela heterogeneidade, como expõe Wagner Costa:

As Oposições Coligadas possuíam um discurso político marcadamente liberal, com defesa dos “ideais de liberdade”, da realização de “eleições livres e honestas” com a livre expressão do cidadão através do voto, defesa da “verdade eleitoral”, de “instituições livres”, das “virtudes cívicas” da apuração das responsabilidades” dos governantes por seus atos [...] Liberalismo mesclado, especialmente no caso do PSP, a apelos e incentivos a participação

⁴⁵ A eleição do proprietário dos Diários Associados pelo Maranhão se produziu devido a derrota em seu estado de origem: a Paraíba. Chateaubriand exercia grande influência na política nacional por ser dono da maior rede de comunicação do país e “não admitia a participação na vida nacional sem mandato político” (BUZAR, 2001, p.286). Então, a cúpula do PSD recorreu a Vitorino Freire para “patrocinar e executar a eleição de Assis Chateaubriand, sacrificando o mandato do senador Antônio Bayma” (BUZAR, 2001, p.286). Essa situação levou à dissidência de um grupo de políticos que ingressaram no PSP e UDN (como é o caso de José Sarney).

⁴⁶ Principal partido de oposição a aliança PSD/PTB no plano nacional.

popular e à conscientização política, com a discussão do programa populista de ampliação dos direitos sociais e trabalhistas [...].

Obviamente, esta formulação é esquemática e redutora, porque não incorpora a heterogeneidade social e as diferenças internas entre os partidos de oposição, bem como a discussão sobre a ausência no Brasil pós-1945 (e até hoje) dos chamados “partidos ideológicos” [...] (COSTA, 2006, p.87).

No entanto, o terceiro ponto destacado por Cabral “o apoio de Castelo Branco à candidatura de José Sarney” (COSTA, 2006, p. 81), é destacado como um dos mais relevantes para as mudanças no cenário político maranhense pós-golpe de 1964 pela historiografia local.

O processo que produz o cenário eleitoral das eleições de 1965, no qual Sarney se elege, é marcado por, pelo menos, duas questões: primeiro, a disputa em torno do nome que representaria o grupo político dominante até então, o vitorinismo, e que já foi tratada nesse trabalho. Paralelamente a isso, a disputa em torno do candidato que receberia a legitimidade das Oposições Coligadas.

O principal postulante, era Neiva Moreira, que chegara à política maranhense através do *Jornal do Povo*, criado por Adhemar de Barros para “instrumentalizar” a implantação do PSP no Maranhão, a fim de alavancar a candidatura deste para o cargo de Presidente da República nas eleições de 1950. De acordo com Buzar, “o *Jornal do Povo* [...] transformava o PSP no maior partido oposicionista dando popularidade a Adhemar de Barros em São Luís e fazendo de Neiva Moreira o símbolo da resistência aos governistas[...]” (BUZAR, 2001, p.259). Afinal de contas, como afirma Wagner Costa (2006), Neiva Moreira foi quem melhor se apropriou das representações provenientes da Greve de 1951.

Simultaneamente, quem se constituía como possível candidato ao executivo estadual era José Sarney, que tivera uma controversa trajetória política no estado: Sarney iniciou a vida pública como assessor do governador Eugênio de Barros por indicação de Vitorino Freire a pedido de seu pai, o desembargador Sarney Costa e concorreu, em sua primeira eleição, a um cargo na Câmara dos Deputados em 1954 pelo bloco vitorinista, tendo ficado apenas na condição de suplente, com 3.271 votos (TSE, 1958, p. 63).

No entanto, o processo de ascensão de José Sarney na política maranhense toma novos rumos com a sua saída do PSD em 1955, ano em que Sarney passa a compor a oposição, seja por não concordar com a política desenvolvida por Vitorino Freire ou porque “estava claro que ele não teria futuro no PSD [...]” (ECHEVERRIA, 2011, p.81). Ter futuro aqui, pode ser compreendido com a impossibilidade de uma eleição. Logo porque a relação de Sarney com setores oposicionistas do Maranhão se deu a partir da sua atuação na chamada “Bossa Nova”, que era uma ala moderada progressista da UDN o que levou a uma aproximação do político

com a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), viabilizando uma maior inserção maior no eleitorado maranhense (COSTA, 2006, p.75).

Já na segunda eleição em que concorreria, agora no grupo de oposição a Vitorino Freire, Sarney consegue conquistar 15.081 votos (TSE, 1961, p.119) para um cargo na Câmara dos Deputados em 1958, ficando em segundo lugar na coligação de oposição e na frente de nomes como Neiva Moreira e Clodomir Milet. Desse modo, a trama para conquistar um espaço no cenário político maranhense havia sido um sucesso.

Compondo a chamada Oposições Coligadas, que havia formado um bloco relativamente mais “coeso” naquelas eleições, Sarney aparecia na propaganda política local como um candidato de cunho nacionalista ao lado de candidatos como Neiva Moreira (figura 1), como é possível observar em publicação do *Jornal Tribuna do povo* de 2 de outubro de 1958, que tinha como diretora Maria José Aragão, membro do Partido Comunista maranhense. Essa aproximação com os setores oposicionistas e nacionalistas permitem explicar a sua expressiva votação naquele ano, mesmo tendo sido a primeira eleição que concorrera.

Figura 1 – Propaganda política nas eleições de 1958

SO' UMA GRANDE BANCADA Nacionalista Decidirá os Destinos do País

Transcrevemos aqui os principais trechos de uma entrevista do deputado Pedro Braga Filho, prestada ao Semanário do Rio de Janeiro de 25-0-58: «Como sabemos, o a-

mo como critério de solução de todos os problemas que afligem os países atrasados e subdesenvolvidos e como afirmação de sua sobera-

gresso. Esta convicção tanto mais se enraizou no meu espírito quanto mais verifico o panorama de minha terra, o Maranhão, onde ainda lutamos com problemas que desde o início do

Dep. Evandro Sarney

temente ameaçada, realisar em bases as mais duradouras a Reforma Agrária, proteger a in-

Dep. Amorim Parga

pressou o parlamentar maranhense: «Porque só uma grande bancada nacionalista na Câmara poderá

Journalista Evandro Dias

século já deveriam estar solucionados». Depois de dar um balanço na situação de atraso do Estado, citando os métodos primitivos de

Dep. Manoel Gomes

dústria nacional das indústrias estrangeiras e abrir o comércio indigena a todas as nações da terra»

Dr. William Moreira Lima candidato nacionalista a deputado federal

Observa-se agora, ainda mais que antes, uma influência decisiva das chamadas grandes nações, na vida interna das pequenas e uma ex-

Dr. Abogarda Brasil Corrêa

levar o Parlamento a legislação de acordo com as reais necessidades do país. Desde a questão

Dep. José Sarney Costa candidato a reeleição

Dep. Neiva Moreira

Professor Mata Roma

trabalho a que vivem os

Maior Giordano Mochel

nia no plano da política mundial. O nacionalismo no Brasil, como em qualquer parte da terra, é

Desor. Bento Moreira Lima

Deposição crescente destas p r parte de poderosas empresas internacionais. Dentro destas perspectivas é que surgiu o fenómeno contemporâneo do nacionalis-

um movimento vigoroso

avanço da ciência, o progresso da técnica, o aperfeiçoamento quase mítico dos transportes, o desenvolvimento requintado das armas de guerra, o rádio, o cinema, etc., reduziram fundamentalmente o tamanho do mundo.

POSTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE CHAPAS DOS CANDIDATA

Fonte: SÓ, 1958, p. 04

Por outro lado, em 1960, contraditoriamente, Sarney mesmo estando à frente da UDN no Maranhão, se alia ao PSD nas eleições para o governo do estado, apoiando o nome de Newton Belo com a finalidade de conseguir espaços na administração governamental. O que, conforme afirma Wagner Costa, “custou as mais severas críticas por parte dos opositores, que consideraram o acordo PSD/UDN espúrio” (COSTA, 2006, p.75).

O início de 1961 se desenhava, como destaca o autor, um momento ímpar na escalada de José Sarney na política estadual, já que este se tornaria, em detrimento de Vitorino Freire, o principal mediador entre o poder central e regional. Isso se explica pelo fato de Sarney ter apoiado tanto Newton Belo, a nível estadual, quanto Jânio Quadros, a nível nacional, o que permitiu tornar-se o “porta-voz” do governador maranhense junto ao Palácio do Planalto. Esse jogo político permitiu a ocupação, por ele, de importantes posições, entre elas a vice-presidência do Diretório Nacional da UDN (COSTA, 2006, p.75).

No entanto, as mudanças ocorridas com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto daquele ano, irão se refletir no Maranhão, já que a posse de seu vice, João Goulart, esteve submetida à imposição da adoção de um regime parlamentarista que reduziu os seus poderes, como apontou Benedito Buzar:

As mudanças na regra do jogo político, imediatamente refletiram-se no Maranhão. Com o PSD novamente no poder⁴⁷, não havia mais necessidade de o governador Newton Bello socorrer-se do deputado José Sarney para chegar-se à cúpula dirigente do país. O senador Vitorino Freire, que se encontrava marginalizado, voltou a ocupar o espaço político que desde a redemocratização sempre fora privilégio seu [...]. Diante da nova realidade nacional a participação de José Sarney perdeu substância e seu poder de barganha com o governador Newton Bello foi gradativamente se esvaziando (BUZAR, 2001, p.290).

Diante dessa nova conjuntura, atrelada às disputas pelo poder no Maranhão, Sarney, em nome da UDN regional, decide romper com o PSD e voltar a compor as fileiras do grupo opositor em março de 1962, sobretudo porque aquele se tratava de ano eleitoral.

Nas eleições daquele ano o PSP, partido de Neiva Moreira, não participou das Oposições Coligadas. Na opinião de Buzar, isso se explica pelo fato de a UDN ter feito alianças com o PSD nas últimas eleições ao governo do estado. Essa dissensão entre o PSP e o bloco eleitoral opositor pode ser considerada um importante ponto de inflexão na ascensão de José Sarney: embora no quadro geral o PSP tenha tido um número maior de votos que as Oposições

⁴⁷ O PSD ganha espaços nas esferas de poder devido aliança realizada com o governo petebista, tendo Tancredo Neves, assumido o cargo de primeiro-ministro durante o regime parlamentarista.

Coligadas (Quadro - 3), Sarney conseguiu 21.294 votos⁴⁸ e Neiva Moreira, principal representante do PSP, teve 11.731 sufrágios, apontando para uma redução da representatividade deste no cenário eleitoral estadual.

Como alerta Wagner Costa, isso se deve ao fato da aproximação cada vez mais consistente de Neiva Moreira com a Frente Parlamentar Nacionalista, chegando a afirmar em campanha de 1958 que: “Quem NÃO apoiar a Reforma Agrária, uma Política Externa Independente, a Nacionalização da Economia, a Liberdade Sindical, a Educação e Saúde para todos NÃO vote em Neiva Moreira” (COSTA, 2006, p. 76).

Ainda de acordo com Wagner Costa, essa posição ideológica, minuiu sua possível candidatura ao governo do estado, já que acabou se tornando “um dos alvos preferenciais [da supracitada] campanha anticomunista” (COSTA, 2006, p.76). Campanha essa que foi patrocinada por “setores empresariais e clericais” (BUZAR, 1998, p. 311).

Embora o autor não especifique as articulações que foram construídas para confrontar as posições políticas de Neiva Moreira é possível depreender esse fato como parte do processo de desestabilização das concepções mais progressistas do espectro político nacional, que começam a ganhar força no Maranhão, tendo como ponto de partida a ideologia anticomunizante.

Além disso um importante acontecimento marca as eleições de 1962 no Maranhão: o acirramento das disputas em torno da reforma agrária, protagonizadas pelas Ligas Camponesas, com destaque para o massacre de Pirapemas, no interior do Maranhão, em 18 de maio de 1962, que resultou na morte de sete lavradores e um oficial da PM. Conforme destaca Buzar:

Para o governo a responsabilidade pelo incidente de Pirapemas era do deputado José Bento, e contra ele foram direcionados ataques e retaliações políticas. Para as Oposições, que a muito hibernavam, o episódio fê-las despertar e lhes propiciou munição abundante para o recomeço da ofensiva contra o PSD, já com as atenções voltadas para o pleito de outubro, que se aproximava (BUZAR, 1992, p.307).

Desse modo, a repercussão do ocorrido teria possibilitado ações mais sistemáticas das Oposições Coligadas em relação ao então governador do estado, Newton Belo, como a denúncia junto à Comissão de Parlamentar de Inquérito sobre Problemas Fundiários, que mandou comitiva ao município de Pirapemas para investigar o ocorrido. Em conjunto com isso, houve

⁴⁸ Sarney ocupou o terceiro lugar entre os mais votados para a Câmara dos deputados naquelas eleições, sendo que os primeiros lugares foram respectivamente ocupados por José Burnett Silva (23.156) e Renato Archer da Silva (21.662) candidatos pelo PSD e respaldados nas reconhecidas fraudes eleitorais.

a realização de um comício no Largo do Carmo⁴⁹, com uma atuação coordenada nos impressos oposicionistas, principalmente o *Jornal do Povo* e o *Jornal Pequeno*.

Concomitantemente, é importante observar que José Sarney se constituía no cenário político maranhense a partir daqueles grupos oposicionistas de cunho nacionalistas, como já especificado. No entanto, ao mesmo tempo em que a nova conjuntura política encarna divergências político-ideológicas, que classificaram Neiva Moreira como “esquerdista e radical”, beneficiam José Sarney, que pouco tempo antes do golpe tinha uma postura bastante semelhante. O que se circunscreve, portanto, é uma perseguição seletiva que determinou o futuro dos representantes políticos que não se enquadravam no projeto formulado por setores do empresariado multinacional e associado.

No período de 1962 a 1965 se torna ainda mais evidente o engajamento de Sarney para chegar ao executivo. Por um lado, tratando de cunhar uma aliança com o PTB, que também envolvia o PR, já que reconhecia os interesses de João Goulart para o estado; e por outro, buscando articular sua candidatura nas hostes oposicionistas, a partir de três metas:

- 1) – quebrar as resistências do PSP ao seu nome, advindas sobretudo dos setores ligados ao deputado Clodomir Millet, de forma a recompor-se com as Oposições Coligadas; 2) – convencer o deputado Neiva Moreira de que as condições políticas não lhe eram propícias ao lançamento da candidatura à sucessão do governador Newton Belo, em face do desgaste político sofrido em 1962, quando sua liderança popular perdeu muita substância[...]; 3) – lutar com todas as forças, para a Justiça Eleitoral providenciar o saneamento eleitoral, responsável pela distorção da vontade popular, sem o qual as oposições não poderiam pensar em derrotar o PSD (BUZAR, 2001, p. 293).

No entanto, com o processo de desestabilização política de João Goulart e o acirramento das disputas orquestradas por setores empresariais e militares, que levou ao golpe em 1964, Neiva Moreira teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos, com base no disposto no Ato Institucional nº 1. Essa nova conjuntura abriu, cada vez mais, espaço para que José Sarney se constituísse como principal nome das Oposições Coligadas.

O ambiente de perseguição política e social criado pela ditadura empresarial-militar constitui, desse modo, o cenário ideal para a eleição de José Sarney. Já que o favorecimento eleitoral de Sarney, por parte da aliança empresarial-militar, é acompanhado pelas transformações no interior do vitorinismo, que minguava a representatividade deste grupo junto ao eleitorado e a sua coesão enquanto facção política devido ao conjunto de “disputas intraoligarquicas” que desde a década de 1950 dominou a política vitorinista.

⁴⁹ Wagner Costa (2006) analisa como o Largo do Carmo se construiu simbolicamente como principal espaço de contestação política desde a Greve de 1951.

Tabela 2 - Resultado das eleições para Governador do Maranhão (1965)

Candidato	Número de Votos	%
José Sarney (UDN/PSP/PR)	121.062	49
Costa Rodrigues (PDC/PL)	68.580	27,7
Renato Archer (PTB/PSD)	36.103	14,6
Nulos e brancos	21.431	8,7
Total	247.156	100

Fonte: COSTA, 2006, p. 82

O resultado obtido nas eleições de 1965, portanto, são produto desse processo de realocação de forças políticas no estado. Como se pode observar Costa Rodrigues, apoiado pelo então governador do Maranhão, Newton Bello, representou dois partidos que, levando em consideração o que já foi tratado acerca da heterogeneidade das oposições, estiveram no seio dos grupos antivitorinistas.

Já o PTB, que em tese teria ingressado junto com o PR em um grupo de apoio à José Sarney após o golpe Militar e, sobretudo, por conta da deposição de João Goulart, decide articular uma chapa com o vitorinismo tradicional, representado pelo PSD, que culminou, articuladamente entre o Estado ditatorial e Vitorino Freire, na divisão dos votos em torno de Archer e Rodrigues.

Sincronicamente, José Sarney, referendado pelas Oposições Coligadas, ganha notoriedade ainda maior diante do apoio decisivo de Castelo Branco em relação a questão eleitoral no Maranhão, o que compunha um projeto mais amplo de inserção do Maranhão na lógica da ditadura empresarial-militar Assim:

[...] de fato, para se processar a inserção do Maranhão dentro daquele projeto, a ação do Governo Central foi mais ou menos clara e ostensiva. Essa sua interveniência seguiu em síntese, os seguintes passos: promoveu a revisão eleitoral⁵⁰ [...], assegura a eleição do seu candidato ao Governo do Estado e, no plano federal, esvaziou o poder de influência política de algumas lideranças políticas pertencentes ao PSD (CALDEIRA, 1976, pp. 66-67).

Simbioticamente, como se pode observar, o apoio de Castelo Branco a José Sarney, uma das resultantes do golpe no Maranhão, ultrapassou os episódios mais tradicionais, como a revisão eleitoral e o acompanhamento da eleição: esse apoio, pode ser observado desde o esvaziamento de representatividade de Vitorino Freire, passando pela cassação de Neiva Moreira devido às suas posições ideológicas e pela aceitação da candidatura de Renato Archer com a finalidade de dividir o eleitorado vitorinista.

⁵⁰ Em 1962 o colégio eleitoral maranhense contava com 497.436 eleitores e após revisão, encomenda pelo general-presidente Castelo Branco, em 1965, passa a ser constituído de 291.230 eleitores, “sendo suprimidos, portanto 206.206 ‘eleitores’, incluídos na categoria de ‘fantasmas’. Ou seja, no período 1962/1966, o colégio eleitoral do Maranhão teve seu contingente reduzido a 58,55%” (CALDEIRA, 1978, p.43).

No entanto, equivalentemente ao apoio recebido pela ditadura empresarial-militar, a eleição de José Sarney é resultado do supracitado processo de dissolução das forças partidárias do PSD e pluralidade de interesses do bloco oposicionista. Isso se deve principalmente à cultura político-partidária do estado que, conforme ressalta Arleth Borges, não se divide de modo tradicional (esquerda/direita), mas no sentido de uma localização quanto ao situacionismo e o oposicionismo, estruturação que é dificultada “devido a incrível frequência e velocidade com que [os políticos] se alinham numa ou em outra posição (BORGES, 2006, p.13). Retomando as análises de José Caldeira:

Era bastante comum o deputado estadual se transferir de um partido para outro, no curso do próprio mandato; e essa transferência era mais comum entre os oposicionistas; que mudavam para o partido situacionista conforme as pressões e as ofertas manifestadas pelo executivo, dentro de pacto firmado entre este e o legislativo (CALDEIRA, 1978, p.79).

De todo modo, o projeto político levado à cabo por José Sarney para o governo maranhense se relacionava diretamente com os interesses socioeconômicos dos setores que tomaram o Estado em 1964. O que significava, na visão de Costa:

[...] a incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, ao seu projeto de modernização conservadora. Significou ainda uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária, assim como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumenta nutrido enormemente os conflitos no campo em toda a região. Por outro lado, o governo Sarney (1966-70) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização (COSTA, 2002, p.14, grifo do autor).

Esse projeto, representado no governo Sarney (1965-1971) pautou-se no elemento discursivo relacionado a ideia do “Maranhão Novo” e da “racionalidade burocrática”, que marcariam, pelo menos no plano representativo, “a quebra do modelo vitorinista (arcaico) e uma proposta econômica atrelada ao capital monopolista”, como destacou Zulene Barbosa, que se materializava “na aliança Estado-capital privado e na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, sem prejuízo da forte presença oligárquica” (BARBOSA,s/d, p.3).

Essa “racionalidade burocrática” aparece mais claramente nas formulações de Maria de Fátima Gonçalves. A autora destaca que aquilo que é defendido por José Sarney como “desenvolvimento regional” teve como principal suporte a instituição de um corpo técnico que ficaria encarregado da formulação de um plano de governo que visava a “moralização e a eficiência da máquina estatal” (GONÇALVES, 2000, p.144). Essa noção de moralização

pública dialoga muito proximamente com a ideia de combate a corrupção defendida no discurso do ditatorial.

Além do discurso de moralização, o governo de José Sarney buscou associar-se a uma perspectiva de desenvolvimentismo presente desde o período eleitoral e que vai se tornar onipresente em seus discursos à Assembleia Legislativa e no plano de governo (I Programa de Governo do Maranhão).

Maria Guilhon destaca esse como um ponto definidor da oligarquia sarneísta que começava a se formar. De acordo com a autora: “ainda que Sarney tenha assentado o seu poder em bases patrimonialistas, lançou a bandeira da modernização e da racionalização colocando-as como saída do atraso em que o estado se encontrava” (GUILHON, 1996, p. 18), conseguindo, a partir disso, maior alcance junto ao eleitorado estadual, mesmo não representando necessariamente uma cisão do modelo operacional da política que o antecede.

No entanto, como destaca Wagner Costa, o processo de ascensão do grupo sarneísta ao controle do estado deve ser observado a partir de um processo que tem seu início na eleição de José Sarney ao governo do estado em 1965, mas que só irá se consolidar com a vitória de João Castelo (1978).

Governadores maranhenses durante a ditadura empresarial-militar

Governadores do Estado	Partido	Período no poder	Forma de eleição	Ligações políticas
José Sarney	ARENA	1966-1970	Eleições diretas	Se elege com o apoio das Oposições Coligadas.
Antônio Dino	ARENA	1970-1971	Vice-governador, assume após a renúncia do titular	Vice-governador, eleito juntamente com José Sarney.
Pedro Neiva de Santana	ARENA	1971-1975	Eleições indiretas	Rompe com Sarney e tenta “construir seu próprio grupo”.
Oswaldo Nunes Freire	ARENA	1875-1979	Eleições indiretas	Nomeado como nome de consenso entre Sarney e Vitorino Freire devido a influência deste no governo do General Geisel.
João Castelo	PDS	1979-1982	Eleições indiretas	Indicado por José Sarney após ter sua candidatura barrada por Nunes Freire e Geisel.
Ivar Saldanha	PDS	1982-1983	Presidente da Assembleia Legislativa	Membro do grupo controlado por José Sarney.

Luís Rocha	PDS	1983-1987	Eleições diretas	Indicado por José Sarney e apoiado por João Castelo mesmo após disputas entre este e aquele
Epitácio Cafeteira	PMDB	1987-1990	Eleições diretas	Apoiado por José Sarney

Fonte: CALDEIRA (1978) e COSTA (2006), Elaboração própria.

A exemplo de Vitorino Freire, que controlava a política maranhense a partir do Senado Federal, José Sarney renúncia ao cargo de governador do estado em 1970 para concorrer a uma vaga para no Senado, passando a compor a base de apoio do governo federal, o que possibilitava maior trânsito nas esferas nacionais de poder. Quem assumira o governo do estado foi o vice-governador Antônio Dino, que deu continuidade os projetos iniciados durante o mandato de José Sarney.

A ascensão de Pedro Neiva de Santana, secretário da Fazenda no Maranhão durante o governo de José Sarney, ao executivo estadual deveu-se, em primeiro lugar, às mudanças inseridas pelo Ato Institucional nº 3 (1966) que tornou indireta as eleições para os governos estaduais. Em segundo, devido a uma inflexão na relação entre o poder central e o grupo representado por José Sarney, permitindo uma maior projeção de Neiva de Santana. Assim:

[...] deslocaram para o Executivo federal a decisão acerca da “eleição” dos governadores, transformando o conflito numa imensa “guerra de bastidores” entre os grupos rivais, cada qual procurando ganhar espaço e obter “trânsito” junto aos militares. Assim, o governador José Sarney não conseguiu controlar a própria sucessão, sendo “eleito” em 1970 Pedro Neiva de Santana, que rompeu com Sarney e procurou manter uma postura de relativa independência diante da disputa entre os grupos, ao mesmo tempo em que procurava construir o seu próprio [...] (COSTA, 2015, p.199).

De acordo com José Caldeira (1978), o governo de Neiva de Santana pode ser caracterizado por uma conotação dilemática já que, primeiro, o poder central não desautorizava os “atos políticos do governador Neiva de Santana” (CALDEIRA, 1978, p.81); segundo, as relações do governo federal com o sarneísmo, que determinavam um status “revolucionário” junto a população, não estavam tão especificadas; terceiro, devido ao fato de Neiva de Santana ter composto o governo de José Sarney, o que o ligava, na opinião pública, com a imagem do sarneísmo. Ou seja, a sociedade maranhense era obrigada escolher uma posição que representaria os “reais objetivos da revolução”⁵¹, já que a partir daquele momento Santana estava em claro embate político com José Sarney.

⁵¹ Os objetivos da revolução para o estado, de acordo com José Caldeira, era iniciar a transformação do processo político, econômico e social (CALDEIRA, 1978, pp.81-82).

Não obstante, Vitorino Freire ainda encontrava espaço relevante na política regional e sobretudo, trânsito com setores da ditadura empresarial-militar na esfera federal, especialmente, durante o governo do General Ernesto Geisel⁵², de quem “recebeu o poder de influir na sucessão ao Governo do Maranhão, bem como de vetar para o cargo os que lhe fossem hostis” (BUZAR, p.358). Osvaldo Nunes Freire é nomeado governador do Maranhão em 1974 como nome de consenso entre Sarney e Vitorino. No entanto, isso só foi possível devido ao fato de que o grupo liderado por Vitorino Freire, quanto aquele que começa a se formar em torno de José Sarney compunham, no estado, o mesmo partido de apoio ao governo federal, a ARENA, e por isso seguiram suas recomendações para a eleição de Nunes Freire.

O governo de Osvaldo Nunes Freire é considerado como “contraditório” por José Caldeira (1978, p. 72). Isso porque representa o retorno de Vitorino Freire ao cenário político maranhense, tanto pela apresentação de seu filho (Luís Fernando Freire) como candidato a suplente de senador pela arenista, esfacelada pela disputa entre José Sarney e Neiva de Santana, quanto pelo apoio de Vitorino Freire às atitudes de Nunes Freire contra o sarneísmo.

Essa situação tem uma reviravolta com a eleição indireta de João Castelo em 1978, indicado por José Sarney “devido o prestígio do já então senador maranhense no plano federal” (GUILHON, 1996, p. 17). Todavia, como enfatiza Maria Guilhon, Castelo rompe com Sarney no final de seu mandato, elemento característico da configuração oligárquica (crise intraoligárquica)⁵³.

De todo modo, a formação da oligarquia Sarney, principal resultado político da ditadura empresarial-militar no Maranhão, tem seu momento de consolidação com a eleição de João Castelo, já que, como afirma Wagner Costa, aquele grupo passa a controlar “o processo sucessório estadual”: desde então “todos os governadores saíram diretamente do grupo ou ganharam as eleições em aliança com a oligarquia” (COSTA, 2015, p.202).

No entanto, mesmo que ao alcance político eleitoral junto a sociedade maranhense o interregno sarneísta tenha sido considerado “dilemático” ou “contraditório”, a criação de uma estrutura que permitiu a reconfiguração da política fundiária e a ampliação de representantes do

⁵² A relação entre Ernesto Geisel e Vitorino Freire é evidenciada em seu livro “*A laje da Raposa – memórias*”, quando este destaca que matinha com o “presidente e amigo” longas conversas, que sabia a sua opinião, e que devido a essa proximidade com ele e sua família ficou responsável de cumprir “algumas missões”, ao qual não especifica. Além disso, evidencia que agiu ativamente na formação de uma articulação que facilitasse a chegada de Geisel à presidência, já que se formava um “movimento de antipatia a ele” (FREIRE, 1978, p. 295-297).

⁵³ Maria Guilhon evidencia que era comum os ocupantes do executivo se posicionarem de modo autônomo após conquistarem os cargos e, quando da sua desincompatibilização para concorrer ao cargo de senador e morte de seu sucessor Artur Carvalho, João Castelo vetou a posse do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Alberico Ferreira (tio de Sarney), assumindo o vice-presidente Ivar Saldanha. No entanto, isso não impediu que João Castelo tivesse que apoiar o candidato sarneísta, Luís Rocha nas eleições de 1982, para manter representatividade no estado (GUILHON, 1996).

grande capital dependeu de um conjunto de fatores, entre eles: o apoio inicial da ditadura empresarial-militar à eleição de José Sarney, com a formação de uma estrutura partidária (a ARENA) que estava comprometida com esse projeto, independente dos grupos em disputa em seu interior. Um exemplo disso, foi o fato de a Lei de Terras Sarney ter sido instituída no governo de José Sarney, mas promulgada por Pedro Neiva de Santana, e as instituições criadas para abertura econômica do estado terem permanecido⁵⁴ e mesmo aprofundadas nos demais governos.

Portanto, o período da ditadura empresarial-militar no Maranhão foi marcado pela disputa em torno do poder político entre diferentes grupos que buscavam ampliar suas influências no estado e estabelecer-se como facção dominante. De um lado, estavam os grupos que pertenciam às chamadas “oposições coligadas” que, como já destacado, não representavam uma uniformidade apesar de seu sucesso eleitoral, e de outro, os representantes do vitorinismo que ainda detinham importante força na estrutura política estadual.

Desse modo, o apoio da ditadura; a forma de seleção dos políticos que compunham a centralidade do poder executivo estadual e as relações que mantiveram entre si darão a tônica principal dessa disputa: inicialmente por meio das eleições

diretas, com o apoio do General Castelo Branco e depois, no pleito indireto, por meio do trânsito dos políticos estaduais nas esferas federais. Portanto estamos falando de uma estruturação política que se diverge na forma em que se apresenta a sociedade local de então – vitorinistas x oposicionistas, mas que se relaciona intrinsecamente no que diz respeito aos seus objetivos, a saber: a inserção do Maranhão na lógica golpista.

Nesse sentido, é relevante destacar o processo de conformação das forças políticas maranhenses, sobretudo a partir da implantação do bipartidarismo, já que no Maranhão os políticos se concentravam principalmente em um bloco situacionista, cuja maioria era proveniente do PSD controlado por Vitorino Freire e outros partidos menores que orbitavam as esferas de poder; e uma diversidade de siglas partidárias que compunham as oposições e cujo principal objetivo em comum era rivalizar com o grupo dominante. Com a decretação do Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos, e do Ato Complementar nº 4, que implanta do bipartidarismo no Brasil⁵⁵, irão se moldar novas formas de organização da dinâmica partidária no estado.

⁵⁴ Um exemplo dessas instituições foi a SUDEMA. Outro órgão digno de atenção é o Departamento de Desenvolvimento Agrário.

⁵⁵ Maria Helena Moreira Alves destaca que a partir do Ato Institucional nº 2 foram fixadas consideráveis restrições à representação política, tais como: eleições indiretas para presidente e vice-presidente; atribuição de poderes ao executivo de cassação de mandatos eleitorais e suspensão de direitos políticos por dez anos, sem substituição de

Embora a ação autoritária de extinção dos partidos e implantação de uma política bipartidária tenha se originado, de acordo com boa parte da historiografia, no crescimento da oposição em estados considerados chave, como a Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso, o que punha em “xeque” o consenso em torno da ditadura empresarial-militar; no Maranhão essa condição, imposta pelo curso do desenvolvimento histórico, será reapropriada e servirá aos interesses dos grupos políticos e econômicos que a partir de então passarão a despontar no cenário regional.

Nesse contexto, a vocação governista estabelece uma singular combinação na composição da ARENA que, de acordo com Wagner Costa, era configurada por meio de “um padrão de competição intra-oligárquica [...] incluindo a disputa entre as facções pelo controle dos diretórios (estadual e municipais) do partido e a vitória nas eleições legislativas e municipais” (COSTA, 2015, p. 200).

[Portanto a ARENA] era simultaneamente um partido dilacerado pelos conflitos intestinos entre a ARENA 1 (José Sarney) e a ARENA 2 (Victorino Freire), sem falar de outros agrupamentos menores. Esta polarização foi a mais importante do período, em lugar da polarização ARENA x MDB (COSTA, 2015, p.200)

No processo de formação da ARENA e do MDB no Maranhão ficam ainda mais evidentes as características da cultura política governista, que permearam todo o processo de formação dos partidos. Como pode ser observado a partir da adesão dos deputados federais maranhenses às agremiações nascentes.

Tabela 3 – Partido de destino dos Deputados Maranhenses com a instauração do Bipartidarismo

Deputados Federais			
Partidos de Origem	ARENA – MA	MDB - MA	Cassados e não localizados
PSD	03	01	-
PSP	03	-	01
UDN	01	-	-
PTB	04	03	
Deputados Estaduais			
PSD	08	08	07

representantes que perdessem os seus mandatos; regulamentação das atividades dos cassados em qualquer um dos primeiros atos institucionais (“Estatuto dos cassados”), e, finalmente, extinção de todos os partidos políticos existentes, bem como o cancelamento de seus registros (ALVES, 1984, p. 93). Já O Ato complementar nº 4 tinha como principal finalidade estabelecer as condições nas quais seriam formadas as novas organizações partidárias, que deveriam contar com um “número não inferior a 120 deputados e 20 senadores” (ALVES, 1984, p. 94), as organizações deviam ter caráter temporário e não podiam receber o termo partido em sua designação e nem conter nenhuma alusão aos partidos extintos.

Oposições Coligadas	04	01	01
PL	00	02	01
PTB	01	01	-
PSP	05	-	01
Total	28	16	11

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral (1964, 1971), elaboração própria.

Como é possível observar, a classe política maranhense concentrou-se principalmente no partido de sustentação à ditadura empresarial-militar, evidenciando o caráter situacionista da cultura política, mas, sobretudo, a implementação de uma base para efetivação do projeto de poder ditatorial no estado.

O PSD, partido que dominou o cenário político estadual sob o controle de Vitorino Freire, sofre significativo esfacelamento: na Câmara dos Deputados, o PSD irá se concentrar principalmente na ARENA. Mesmo com a saída de 6 dos seus deputados indo compor o PTB, como já foi tratado nesse trabalho, é possível observar que boa parte desses parlamentares acabaram escolhendo o partido situacionista quando da instauração do bipartidarismo. Na Assembleia Legislativa esse esfacelamento fica ainda mais evidente, já que os parlamentares do qual se obteve informações se dividiram pela metade entre as duas agremiações partidárias. O número mais significativo de representantes do PSD que ingressam no MDB tem origem no conjunto de cisões internas que o partido já vinha sofrendo, como também foi apresentado neste trabalho, principalmente com a saída de importantes lideranças, como Renato Archer e Cid Carvalho, que ajudaram a formar o Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão.

Outro dado relevante é o número de deputados em que não foi possível levantar nenhuma informação, resultado da falta de trabalhos que se preocupem com o poder legislativo e sua atuação no estado. Nesse mesmo sentido, são escassas as pesquisas que voltem para a atuação desses indivíduos e seus posicionamentos diante das questões que surgiam nesse espaço de poder.

Cabe destacar, no entanto, que mesmo com as divergências internas, como apresentado por Wagner Costa (2015), a ARENA foi a fundamental para a implantação do projeto político ditatorial no Maranhão. Se observarmos a diferença entre o número de representantes dos partidos no legislativo federal e estadual entre 1965 e 1980 é possível ter uma mostra disso:

Tabela 4 – Número de representantes da ARENA e MDB no poder legislativo⁵⁶ entre 1966 e 1978.

	1966	1970	1974	1978
ARENA	45	25	31	42 + 1*
MDB	12	5	6	7
* Em 1978, além dos candidatos eleitos diretamente, foi indicado ainda um nome para o Senado a partir das mudanças impostas pelo, chamado, Pacote de Abril ⁵⁷ .				

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (1864, 1971) e CALDEIRA (1976) elaboração própria.

Como é possível observar a ARENA se mantém hegemônica durante todo o período ditatorial no Maranhão, e por conta disso recebeu boa parte das atenções da historiografia maranhense, como Wagner Costa que afirma que a “ARENA-MA se transformou em um verdadeiro ‘balaio de gatos’ congregando o grupo Sarney, o grupo vitorinista e outros grupos menores, como o ligado ao antigo PSP, sob chefia de Clodomir Milet” (COSTA, 2015, p.200). Todavia, é relevante ressaltar que apesar dessas diferenças, a ARENA-MA atuou como um importante instrumento de legitimidade das mudanças atribuídas pela ditadura no Maranhão, já que esta era:

[...] integrada pelas lideranças políticas que [detinham] o comando e o controle institucional do poder legal dos executivos estadual e de quase totalidade dos municipais, por um lado; por outro, por ter contado aquele partido, desde a constituição do sistema bipartidário com a maioria dos assentos legislativos federal, estadual e municipal. Apesar das dissensões políticas internas em torno das lideranças, que comandam as correntes dentro do Partido governista [...], a ARENA maranhense, por ser o partido do poder, conta com recursos visíveis e invisíveis capazes de influenciar o comportamento eleitoral das populações (CALDEIRA, 1978, p. 39).

Já o MDB-MA não tivera penetração significativa no eleitorado, a não ser na capital, “onde costumava obter resultados eleitorais expressivos” (COSTA, 2015, p. 201). O que pode ser explicado, pelo menos até 1974, na afirmação de Caldeira (1978), pelo pouco trânsito nos espaços de poder, pela própria “tessitura ideológica das populações do estado” (CALDEIRA, 1978, p.67), e pela ausência de uma união expressiva das lideranças do partido. Essa posição

⁵⁶ Produzido a partir da soma dos parlamentares eleitos para o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa do Maranhão.

⁵⁷ Com o crescimento do MDB no Senado Federal nas eleições de 1974 (venceu em 79 das 90 cidades com mais de 100.000 eleitores) o plano de distensão pretendido pelo governo federal fica ameaçado, o que faria que o general-presidente, Geisel, editasse um Emenda Constitucional (Emenda Constitucional nº8), que fazia importantes modificações na legislação eleitoral. Portanto, entre as medidas do Pacote de Abril de 1977 estavam a permanência das eleições indiretas para governador; a alteração da composição da Câmara dos Deputados, já que a partir daquele momento seria composta com base no total da população e não do número de eleitores; a mudança nas eleições para os dois terços do Senado, em que um dos representantes dos estados seria eleito por voto popular e direto e o outro indiretamente; reduzia o colégio eleitoral que elegia o presidente; e restringia o uso de o uso da televisão e rádio nas campanhas estaduais e federais.

fica mais evidenciada se observamos a velocidade na mudança da composição das lideranças do partido.

As primeiras lideranças do MDB no Maranhão foram Renato Archer e Cid Carvalho. Com a cassação de seus mandatos, surgem duas outras lideranças no partido, Freitas Diniz e Epitácio Cafeteira, tendo este recebido uma das mais expressivas votações no interior do partido ao cargo de deputado federal no Maranhão (39.740 votos em 1978). De acordo com Zulene Barbosa, já no ano de 1978:

[...] foi uma conjuntura de forte reorganização das esquerdas no Brasil. No Maranhão, surgiram lideranças como Haroldo Sabóia, Ananias Neto e Aldionor Salgado (“Oposição pra Valer”), bem como o PDT de Jackson Lago, aos quais se somavam setores da esquerda ligada à Igreja Católica facções saídas da clandestinidade (BARBOSA, 2003, p. 4).

No entanto, mesmo com o surgimento dessas lideranças, é possível observar que durante todo o período de vigência do bipartidarismo o MBD-MA não conseguiu se tornar uma força política expressiva no estado. Por outro lado, no interior da própria ARENA, como um partido marcado por intensa disputa, se concentrava a concorrência em torno do controle do estado e do trânsito nas esferas do poder político nacional.

Além disso, acrescenta-se a disparidade de candidatos entre as siglas, fruto da já mencionada tradição situacionista e da própria estruturação do processo eleitoral, que se baseava nas alterações ocorridas no Código Eleitoral de 1965. Um exemplo é o artigo 146, inciso IX, b, que determinava que o eleitor só poderia votar em candidatos do mesmo partido para os cargos de deputado federal e estadual sob pena de cancelamento dos votos, o que inseria, de forma arbitrária, a ARENA no centro do processo eleitoral.

Acrescenta-se ainda, o desequilíbrio de patrocínio entre as campanhas dos diferentes partidos, e conseqüente presença maior ou menor nos meios de comunicação; e o apoio direto de José Sarney, já com importante inserção no eleitorado, a ARENA-MA.

Nesse trabalho podemos perceber como a ARENA irá se organizar em intenso diálogo com a figura de José Sarney, sendo identificado com a administração ditatorial e sua perspectiva de “revolução” no estado. Nas eleições de 1966 por exemplo a propaganda em torno do partido governista superou significativamente o MDB, como pode ser observado nas despesas declaradas ao tribunal regional eleitoral.

Tabela 5 - Despesas dos partidos com campanha política

Partidos	Categorias	Valor máximo a ser gasto por categoria
ARENA	Senador	Cr\$ 100.000.000,00
	Deputados Federais	Cr\$ 200.000.000,00
	Deputados Estaduais	Cr\$ 350.000.000,00
	Vereadores à Câmara Municipal de São Luís	Cr\$ 15.000.000,00
MDB	Senador	Cr\$ 10.000.000,00
	Deputados Federais	Cr\$ 5.000.000,00
	Deputados Estaduais	Cr\$ 2.000.000,00
	Vereadores à Câmara Municipal de São Luís	Cr\$ 1.000.000,00

Fonte: MORAES, 2018, p. 68.

A disparidade evidente de valores entre as organizações partidárias (diferença de 1000%) se deve evidentemente à quantidade de candidatos do ARENA em relação ao MDB naquelas eleições, mas principalmente ao abuso de poder econômico do partido governista. Se tomarmos a disputa para o cargo de senador, teríamos duas sublegendas na ARENA contra uma legenda pelo MDB, o que representa proporcionalmente um valor cinco vezes maior. O que ajuda a explicar a superioridade do partido governista durante todo o período ditatorial.

De acordo com Wagner Costa o retorno do sistema pluripartidário, instruído pela lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, reacomoda as forças políticas no estado, ficando definida da seguinte forma:

- a) PDS - reunindo os políticos da ex-ARENA, agrupados em torno da liderança do senador José Sarney e do governador João Castelo.
- b) PMDB - que permaneceu com o caráter de “frente” do ex-MDB, reunindo o grupo ligado a Renato Archer e Cid Carvalho (cassados pelo regime militar), os antigos setores dos “moderados” (Cafeteira) e “autênticos” (Haroldo Sabóia do Movimento “Oposição pra Valer”), além dos grupos comunistas ainda na clandestinidade.
- c) PDT - agrupado em torno das lideranças do deputado Jackson Lago (eleito pelo MDB) e de Neiva Moreira (ex-PSP, cassado e exilado pelo regime), reunia também lideranças do movimento estudantil e de outros movimentos democráticos do período, como o Comitê Brasileiro pela Anistia.
- d) PT - congregando o grupo do deputado Freitas Diniz (ex-MDB), o chamado grupo dos “estudantes” (com base no movimento estudantil universitário), além de alguns setores da Igreja progressista (especialmente a Pastoral da Juventude).
- e) PTB - organizado por Cesário Coimbra (COSTA, 2015, p.205).

A realocação de forças políticas, conforme especificado pelo autor, permite compreender que na esfera estadual, tal como a nível nacional, há um fracionamento das forças oposicionistas, que começavam a se fortalecer, o que permitiu uma sobrevida a estrutura

política produzida no período anterior e a continuidade do projeto excludente que estava em curso. Projeto que, a partir da década de 1980, concentra-se principalmente na área da mineração.

Portanto, as estruturas erigidas durante o período ditatorial serviram de esteio para a implantação dos chamados Grandes Projetos⁵⁸, o que intensificará durante o processo de reabertura a política econômica que vinha sendo implantada.

De qualquer forma, é importante observar como se construiu no Maranhão um ambiente favorável às transformações advindas da ingerência do capital multinacional e associado. Esse ambiente foi produzido principalmente pela manipulação das estruturas estatais, que, a partir de 1964, passam a moldar-se através da receptividade do poder executivo, independentemente do grupo político que assumisse, da mudança da estruturação política com o silenciamento direto ou indireto das forças progressistas do estado e pelo enfraquecimento do partido de oposição e seu posterior fracionamento.

2.3 Elementos da conformação ao projeto empresarial-militar

O pontapé inicial de inserção do Maranhão no projeto empresarial militar se deu no governo de José Sarney (1966-1969) cujas as metas básicas do Programa de governo se concentravam: 1) **na criação de uma infraestrutura**; 2) **no estímulo à produção**; 3) na adequação dos recursos humanos; 4) na promoção da justiça social e 5) na Mobilização administrativa (KREUTZ, 1982, p.51, **grifo meu**).

Quadro 4 – Metas do I programa de Governo do Maranhão (1967-1970)

Metas	Programas	% do orçamento a ser investido
Criação da infraestrutura	Energia, comunicações, transportes, urbanismo, saneamento	56,3 %
Estímulo à produção	Recursos minerais, agropecuária, Industria, serviços cooperativismo	17,7 %
Adequação dos recursos humanos	Educação, cultura, adequação hospitalar	16,9 %
Promoção da justiça social	Habitação, previdência, ação comunitária	6,3%
Mobilização administrativa	Reforma administrativa, estatística, municipalismo	2,3%

Fonte: KREUTZ, 1982, p.51-55, elaboração própria.

⁵⁸ Desni Almeida Zulene Barbosa (2013) destacam que os Grandes Projetos se desenvolvem “no bojo do Projeto Grande Carajás a partir dos anos 1980 (projetos mineiros-metalúrgicos, agropecuário e de reflorestamento e seus polos industriais instalados em vários municípios do estado) e que permitiram um tipo de capitalismo que engendrou a combinação de formas modernas (tecnologia avançada e trabalho manual)”. (ALMEIDA; BARBOSA, 2013, p. 38).

Como se pode observar, entre os setores, o que mais recebeu recursos durante o governo de José Sarney foi o de infraestrutura (56,3%), principalmente, a área de transportes. Essa valorização do transporte serviria de mecanismo de integração social e econômica permitindo “um considerável acréscimo no sistema rodoviário” (PEREIRA, 2008, p.82), principalmente entre 1969 e 1970. Mas a ampliação dos investimentos infraestruturais favoreceria a instalação de investimentos agropecuários no interior do estado, já que além do acesso fácil a terra, ponto que será destacado mais à frente, a ampliação da malha viária e a construção de portos levaria a uma redução nos gastos de escoamento da produção.

Atrelado a isto, está o **estímulo à produção** que contava com 17,7% do orçamento, destinados à elaboração de estudos para reconhecimento das potencialidades econômicas do Maranhão, assistência aos produtores rurais, à mecanização da agricultura, à colonização, à concessão de créditos, estímulos ao pequeno empresário e ao cooperativismo.

Desse modo, a viabilização do projeto de modernização econômica toma papel central a partir do planejamento político do governo de José Sarney, recebendo uma quantia considerável dos investimentos públicos, se contarmos os investimentos em infraestrutura e estímulo à produção.

A historiografia maranhense que versa sobre o período ditatorial tem atribuído, portanto, especial destaque a questão agrária, sobretudo, devido a implementação de projetos de colonização que beneficiavam setores agroindustriais. Especialmente devido aos esforços realizados pelos governos estaduais, em consonância com o federal, em atrair investimentos para o setor primário. Segundo Robinson Pereira (2008), dentro da nova lógica de reestruturação econômica desenvolvimentista, cabia ao Maranhão o papel de produtor agropecuário da região Nordeste, o que fica evidente no volume de investimentos da SUDENE aos estados nordestinos.

Tabela 6 – Investimentos da SUDENE por estado (1959-1977)

Estados	Todos os setores	Agropecuária	Indústria	Serviços
Maranhão	2,6%	17,4%	0,3%	-
Bahia	48,5%	16,9%	54,4%	6,4%
Pernambuco	17,8%	14,1%	17,8%	50,9%
Ceará	11,7%	16,6%	11%	6,4%
Outros	19,4%	35%	16,5%	36,3%
Nordeste	100%	100%	100%	100%

Fonte: PEREIRA, 2008, p. 86

Mesmo o Maranhão tendo recebido o menor volume de investimentos, dentro do quadro apresentado, é possível observar uma concentração significativa no setor primário. Isso se deve

ao fato de a ascensão de José Sarney ao executivo estadual coincidir com a elaboração de uma estrutura que sustentou a ocupação rural e violenta no estado.

O encaminhamento dessa proposta se concentrou inicialmente no setor da infraestrutura, como já especificado, e depois produziu um conjunto de aparatos legais que subsidiaram essa ocupação. Como é o caso da criação da “Reserva Estadual de Terras, pelo Decreto 3.831, de 6 de dezembro de 1968, e seus órgãos: as Delegacias de Terras, no interior do Estado, que se ligavam à Secretária de Agricultura⁵⁹ [e ficaram responsáveis por] disciplinar a ocupação e [...] titular as áreas” (ASSELIN, 2009, p. 152). Além disso, têm-se a implantação da Lei nº 2.979, mais conhecida como Lei de Terras Sarney, de 17 de junho de 1969, que “*facultava-se a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer, cada um, até três mil hectares*” (ASSELIN, 2009, p. 152, grifo do autor).

A aprovação da Lei de Terra Sarney aprofunda a “modernização conservadora” no Maranhão, como irá pontuar Mariana Sulidade (2018), já que a lei tinha por finalidade regulamentar o uso de terras através da criação do Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA): instrumento jurídico determinava que para a aquisição ou anexação de terras seria necessárias a formação de sociedades anônimas e a apreciação, por aquele órgão, de um projeto que determinasse sua viabilidade. Complementarmente o dispositivo criava o Banco de Desenvolvimento do Maranhão (BDM) visando o financiamento daqueles projetos.

Tais critérios impossibilitavam, por meio da burocracia estatal, a presença de camponeses inseridos em outra lógica de reconhecimento de posse ou impedidos ao acesso desta via de reconhecimento” e dessa forma “o Estado concedia terras a grupos privados e com o resultado mercantil financia os projetos desses mesmos grupos (SULIDADE, 2018, pp.40-41).

No entanto, o principal mecanismo de apropriação da terra utilizada por setores da burguesia agrária no Maranhão foi a grilagem⁶⁰ que, de forma “generalizada, [se constituiu em

⁵⁹ A presente dispositivo legal foi antecedida pelo dispositivo lei federal que que desapropriava 100 km de cada lado das rodovias federais para fins de reforma agrária, o que inversamente passa a ser o “epicentro das disputas por terra no Brasil” (ASSELIN, 2009, p.152).

⁶⁰ O “grilo” ou “grilagem” se origina na tentativa de dar a aparência de legalidade à títulos de terra falsificados utilizando grilos, que eram colocados em uma gaveta junto aos documentos falsos ‘comprados’ em cartórios ou de terceiros. Deste modo, com o passar do tempo, “os grilos iriam alimentar-se das bordas da escritura, expelir excrementos no documento e auxiliar na transformação do papel de cor branca para uma cor amarelada”, dando-lhes uma aparência de autenticidade. Desse modo, o indivíduo que possuía o documento poderia contar com uma maior credibilidade ao alegar a propriedade da terra (IPAM, 2006, p.11). Por meio de certa generalidade conceitual, o termo grilagem não precisa estar necessariamente atrelado a esse mecanismo, tendo passado por transformações no tempo: como é o caso do Maranhão durante a ditadura empresarial-militar, em que a titulação ilegal da terra se tornou um mecanismo estatal em benefício de setores da sociedade. De modo geral, grilagem é ação de se apropriar ilegalmente de terras públicas, que em muitos casos já estão ocupadas.

um] pacto entre setores da sociedade e o Estado” (SANTOS; TAVARES, 2016, p.365) legitimando tanto a posse ilegal da terra como também transformando o aparato burocrático estatal em espaço de conformação das necessidades capitalistas. Assim:

A grilagem de terra na Amazônia Legal não representa um fato isolado ou, menos ainda, uma “ação nefasta de maus brasileiros”, mas faz parte de um modelo econômico, de uma estrutura sócio-política. Grilagem é problema estrutural e, por ser de ordem estrutural, ela é planejada e estimulada. (ASSELIN, 2009, p. 18, grifo do autor).

Esse processo de apropriação ilegal entrava em choque com as formas mais tradicionais de utilização das terras devolutas pelos posseiros, já que, por meio da grilagem, setores ligados ao capital “avançaram dia após dia sobre os posseiros que ocupavam terras devolutas do Estado e mesmo sobre terras particulares de pequenos produtores” (SANTOS; TAVARES, 2016, p. 365).

Decorre daí, ainda, uma legitimação da violência no campo, que irá se constituir em um dos principais mecanismos de repressão da ditadura empresarial-militar no Maranhão. De acordo com Victor Asselin (2009), as arbitrariedades primeiro se constituíam por meio de capangas, que buscavam arruinar as plantações e depois passou a ser realizada por meio de coerção policial, que além de apreenderem espingardas, “armas usadas para a caça e defesa contra animais selvagens” (ASSELIN, 2009, p. 121), levavam até mesmo ferramentas utilizadas na lavoura, alegando um pretenso desarmamento. Portanto, como destacou João Tavares:

A grilagem de terras compreendia uma teia envolvendo governadores, senadores, grileiros propriamente ditos, polícia militar (em suma, membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário), formando uma verdadeira rede articulada em nível nacional [...]. A grilagem efetivou-se através dos cartórios forjando documentos de propriedade da terra por meios bastante suspeitos de serem fraudulentos. Tinha-se por objetivo a legalização da propriedade da terra para que, em seguida, estivesse em condições de receber dos governos estadual e federal, incentivos e financiamentos. (TAVARES, 2008, pp. 197-198).

Logo, essa prática, que se constituía por meio ilegais, encontrava amparo em uma reestruturação estatal, com principal objetivo reconfigurar a estrutura fundiária no Maranhão, para isso utilizou-se de mecanismos burocráticos que, por um lado viabilizavam a penetração de setores empresariais no meio rural maranhense e, por outro, dificultavam o acesso à terra a pequenos produtores, ou mesmo, os destituía de seus territórios através da institucionalização da violência.

Mariana Sulidade (2018) destaca que a década de 1970, no Maranhão, concentra o maior número de conflitos agrários no Brasil, embora esse panorama de conflitos não tenha se dado

de forma imediata, pois está inserido “em um longo e múltiplo processo de ocupação de terras e da expansão da fronteira agrícola no estado” (SULIDADE, 2018, p. 52). De acordo com a autora, essas as tensões são acentuadas quando da abertura de rodovias, já que isso produziu um aumento da especulação, aumentando “a mercantilização das terras outrora livres” (SULIDADE, 2018, p. 52).

A necessidade de incentivar e financiar empreendimentos nas terras obtidas levou a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), que, de acordo com Zulene Barbosa, se constituiu como apogeu da política desenvolvimentista no estado, especialmente porque representava o elemento de convergência das ações governamentais (configurada numa infraestrutura moderna de transportes, construção do porto e modernização conservadora de uma estrutura fundiária) (BARBOSA, 2003, p.3).

Assim, a SUDEMA, criada em 1967, concentrava as “atribuições de planejamento e programação financeira [...], órgão repassador de recursos para financiamento da programação governamental e controlador da aplicação desses recursos” (MARANHÃO, 1976, *apud* PINTO, 1982, p.76) e tinha como objetivo o planejamento, coordenação e controle da “política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão” (MARANHÃO, 1976, *apud* PINTO, 1982, p.77).

Dessa forma a principal interpretação desenvolvimentista no Maranhão passava pela ampliação da representação do setor agropecuário no estado, principalmente, por meio da substituição do pequeno polo de produção familiar, pela agroindústria e pela pecuária extensiva.

A noção de modernização conservadora, tal como formulada por Barrigton Moore Junior⁶¹, tem sido amplamente utilizada para a compreensão do pós-1964 no Brasil tendo servido para produzir conclusões bem diversas e, às vezes, forçosas⁶². Logo, é importante destacar que a visão aqui adotada privilegia uma interpretação em que “a modernização

⁶¹ Barrigton Moore Junior aponta pelo menos “três caminhos históricos principais, desde o mundo pré-industrial ao contemporâneo” (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14): o primeiro é resultado da ação violenta de um “grupo na sociedade com uma base econômica independente, o qual ataca os obstáculos a uma versão democrática do capitalismo herdado do passado”. (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14), rompendo com as estruturas políticas e econômicas herdadas do antigo regime. O segundo caminho de construção de uma sociedade capitalista foi através de uma “revolução vinda de cima” (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14), já que as antigas elites pré-industriais permaneceram tendo espaço nos centros de decisão política do Estado, assim proprietários de terra e burguesia nascente passam a dividir os espaços de poder. Por fim, o último caminho era através da instauração do comunismo (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14).

⁶² O conceito de modernização conservadora recebeu em trabalhos recentes uma conotação extremamente vaga e reducionista. Um exemplo disso é a obra organizada por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (2014) que sob a efeméride daquele marco histórico buscou um alargamento do binômio modernização conservadora, aplicando-o para uma grande gama de temas político-culturais e retirando do ponto central da discussão a aliança entre classes terratenentes e burguesas, que permitiu o aprofundamento da estrutura capitalista no estado brasileiro.

econômica do Brasil foi condicionada pelos interesses da burguesia nacional, internacional e os terratenentes que acabaram determinando um padrão de capitalismo dependente” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 418). Logo, ao mesmo tempo em que favorece a construção de polos industriais e o aprofundamento do capital internacional, principalmente financeiro, também aprofundou a concentração fundiária, expandido as áreas de controle dos proprietários de terra:

a modernização da grande exploração agrícola foi retratada como “[...] a implementação da via prussiana no Brasil [a qual] foi por diversos autores denominada de ‘modernização conservadora’ da agropecuária brasileira.”. [assim] o padrão agrícola nacional seguiu os caminhos da modernização da grande propriedade agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação da estrutura fundiária nacional (RAMOS, 2007, p. 35 *apud* PIRES; RAMOS, 2009, p. 418).

Ao observarmos a descrição dos planos de desenvolvimento dos governos maranhenses durante a ditadura militar, tal como apresentado por Jhonatan Souza (2011) é possível identificar certa coerência no plano político econômico. O autor destaca que durante o governo de José Sarney foi elaborado um plano de desenvolvimento que integrava a necessidade de integração:

“setorial e espacial que impede São Luís, a capital, de se tornar um centro polarizador da vida estadual. Os investimentos deste plano continuaram concentrados no setor infraestrutural (56%), com um pequeno volume para a educação” (BELLO FILHO, 1998 *apud* SOUZA, 2011, p.204).

Já durante o governo Pedro Neiva de Santana o plano de desenvolvimento do estado destinou a maior parte dos investimentos públicos para o setor primário. Priorização esta que será encapada, também, nos governos de Osvaldo Nunes Freire e João Castelo. Conforme sustenta o autor: “o setor primário continuou sendo prioridade no montante total de investimentos e a ideia de desenvolvimento social foi incorporada enquanto opção política de seguir a escolha dos governantes federais, não representando nada de novo” (SOUZA, 2011, p. 205).

Dessa forma, a projeto político econômico desenvolvido no Maranhão durante o período ditatorial se relacionava diretamente aos órgãos nacionais de desenvolvimento, a saber a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que no interior da Doutrina de Segurança Nacional eram sustentadas pela perspectiva de implementação de uma política de colonização e integração do Nordeste como destaca Werbeth Belo (2015, p. 58).

Logo, devem ser destacados dois processos concomitantes: de um lado as mudanças políticas geradas pela reformulação partidária e a inserção de novas lideranças, como José

Sarney; e de outro, o aprofundamento do capital como parte de um projeto de desenvolvimento que tinha como principal objetivo a inserção do estado em uma lógica pré-estabelecida em características gerais no golpe de 1964, como observa Luna:

No final dos anos 1960, a questão da terra assumia termos radicais, na medida em que o confronto com o campesinato põe em jogo algumas forças institucionais manipuladas para a efetivação da política agrária do Estado [...] estes impasses eram originados das contradições entre a implantação de um tipo de estrutura fundiária voltada primordialmente para os interesses da ocupação racional das terras devolutas (pelas grandes empresas) aos quais a política oficial subordina a questão da ordenação da ocupação espontânea), conceituando, a partir dos interesses das grandes empresas, as regras institucionais criadas para dar conta das tensões em torno da terra (LUNA, 1984, p. 6).

Na década de 1980, com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento⁶³ (II PND), o Norte e o Nordeste tornam-se “carros chefe de grandes projetos industriais” (BARBOSA, 2011, p.4). Assim:

A prioridade era implantar grandes projetos industriais: ferro, aço, celulose alumínio. Tratava-se na visão dos militares de um desenvolvimento integrado voltado para os espaços econômico regionais a partir de uma concepção global de desenvolvimento regional. A dinamização desse processo (articulação entre interesses transnacionais, regionais e locais) permitiu a instalação de mega projetos industriais hegemônico pelo Programa Grande Carajás (PGC) no bojo do qual o Maranhão se reestrutura e volta a se inserir na dinâmica do capitalismo internacional como corredor de exportação de minério de ferro (BARBOSA, 2011, p.4).

Desse modo, no interior dos chamados grandes projetos, há uma concentração de recursos públicos na criação de uma infraestrutura rodoviária, ferroviária, portuária e energética com recursos oriundos da dívida externa⁶⁴.

Quadro 5 – Grandes Projetos do Regime empresarial-militar

Grupo	Vetor	Projetos
I	Amazônia Oriental	Mínero-Metalúrgicos, Agroflorestal e Infraestrutura
II	Programas Energéticos	Programa Nuclear, Proálcool, Procarvão, energia elétrica (dentre eles está Itaipu), produção de petróleo e gasoduto Bolívia-Brasil

⁶³ O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) lançado para o quinquênio 1975-1979 buscava adequar a economia nacional à nova situação de carência de petróleo. Nesse sentido deu ênfase a dois setores: às indústrias básicas, sobretudo aos “setores de bens de capital e da eletrônica pesada” com foco no centro-sul e a agropecuária a partir de uma política de “desenvolvimento de uma política de integração nacional, baseada num programa de aplicação de recursos no Nordeste, prevendo ainda a ocupação produtiva da Amazônia e da região Centro-Oeste, a ser promovida pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polo Amazônia) e pelo Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais”. (ABREU, 2010)

⁶⁴ Em 1984 a dívida externa atingiria US\$ 102,1 bilhões, equivalente a 53,8% do PIB (COELHO, 2015, p. 31).

III	Infraestrutura Básica	Ferrovias, portos, construção naval e telecomunicações
IV	Infraestrutura Social	Planasa e Promorar
V	Agricultura	Programas dos Cerrados, irrigação das várzeas e Polonoroeste
VI	Siderurgia	Expansão de siderúrgicas como CSN, Usiminas, Cosipa e outras.
VII	Outros	Cimento e Petroquímica

Fonte: Ibase, 1983 *apud* COELHO, 2015, p. 31

Nesse sentido, além da expansão da malha viária, como já salientado, destaca-se também as ações desenvolvidas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que, no processo de transnacionalização da economia, implantou na região amazônica o Projeto Grande Carajás.

O regime civil-militar definiu o Projeto Grande Carajás como prioridade dos investimentos da CVRD, que antes disso buscava diversificar seus investimentos na produção de outros minerais. A justificativa do regime militar durante o mandato do General João Figueiredo era de que Carajás seria essencial para o financiamento da dívida externa, que cada vez mais pressionava o orçamento público (COELHO, 2015, p. 31)

Desse modo, há uma concentração de investimentos, com empréstimos obtidos junto ao Banco Mundial, tendo sido construídas instalações industriais, “equipamento de lavra, beneficiamento e manuseio do minério” (COELHO, 2015, p. 32). A estrada de ferro Carajás-São Luís, um dos principais investimentos do projeto, foi inaugurada em 1985, com uma extensão de 892 quilômetros. Era responsável pelo transporte do minério da Serra de Carajás para o Porto da Madeira (VALE 2012 *apud* COELHO, 2015, p. 31). Dentro da lógica sustentada pela ditadura empresarial-militar, a execução do PGC atenderia aos interesses do capital internacional, que passa a atuar na mineração como mecanismo de dinamização dos investimentos a partir da crise do petróleo:

Os japoneses estavam redimensionando a sua economia e o seu parque industrial após o choque internacional do petróleo de 1973. Sem contar com reservas de petróleo ou outras fontes de energia elétrica de grande monta em seu território, o país estava deslocando para outros territórios suas plantas fabris de alumínio. Para isso, viram uma grande oportunidade no Brasil, com a descoberta de bauxita no Pará, e em outros países – como Indonésia e Austrália. A proposta era que os japoneses atuassem – com financiamento, tecnologia e participação nos negócios – nas minas de exploração, nas ferrovias de transporte, na usina hidrelétrica e, principalmente, nas fábricas de produção de alumínio situadas perto de Belém e de São Luís. Com isso, eles poderiam desativar as indústrias em seu território, exportando as plantas fabris eletrointensivas para regiões com grande capacidade de produção de energia elétrica, como a Amazônia brasileira (PINTO; 2010; BATISTA, 2009 *apud*, CAMPOS, 2019, p.265).

O desenvolvimento do PGC, no entanto, aprofunda problemáticas que já assolavam o meio agrário maranhense. Como afirma Gistelinck, a implantação desses projetos irá fomentar ainda mais o processo de êxodo rural: por um lado, pela atração de migrantes para as áreas de atuação dos investimentos em busca de melhores condições de vida, e por outro, pela especulação em torno das áreas à margem da ferrovia que, atrelado aos efeitos da Lei de Terras Sarney, aprofundará ainda mais a grilagem de terras (GISTELINCK, 1988).

Tabela 7 – População urbana, rural e total – Maranhão (1960/2000)

	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Pop. Urbana	442.995	752.027	1.255.156	1.972.421	2.711.175	3.355.577
%	18 %	25 %	31 %	40 %	51,9%	59,5%
Pop. Rural	2.034.376	2.240.886	2.741.248	2.957.832	2.511.008	2.282.804
%	82 %	75 %	69 %	60 %	48,1%	40,5%
Pop. Total	2.477.371	2.992.686	3.996.404	4.930.253	5.222.183	5.638.381

Fonte: Cabral, 2002, p. 4

A partir disso, depreende-se uma política de continuidade e aprofundamento da ingerência do capital internacional no estado, que tem início com as transformações produzidas no interior das estruturas estatais maranhenses, seja através da apropriação da política bipartidária que permitiu a elaboração de leis que beneficiavam aqueles setores, ou da criação de agências como a SUDEMA.

Portanto, é preciso inserir as estruturas erigidas durante a ditadura empresarial-militar no Maranhão no bojo das transformações que determinam as mudanças produzidas tanto no contexto internacional da Guerra Fria, mas, sobretudo, no avanço da ingerência do capital multinacional e associado na política econômica nacional, que se constituiu principalmente por meio de uma reconfiguração do Estado, predispondo-o por meios legislativos, mas também coercitivos.

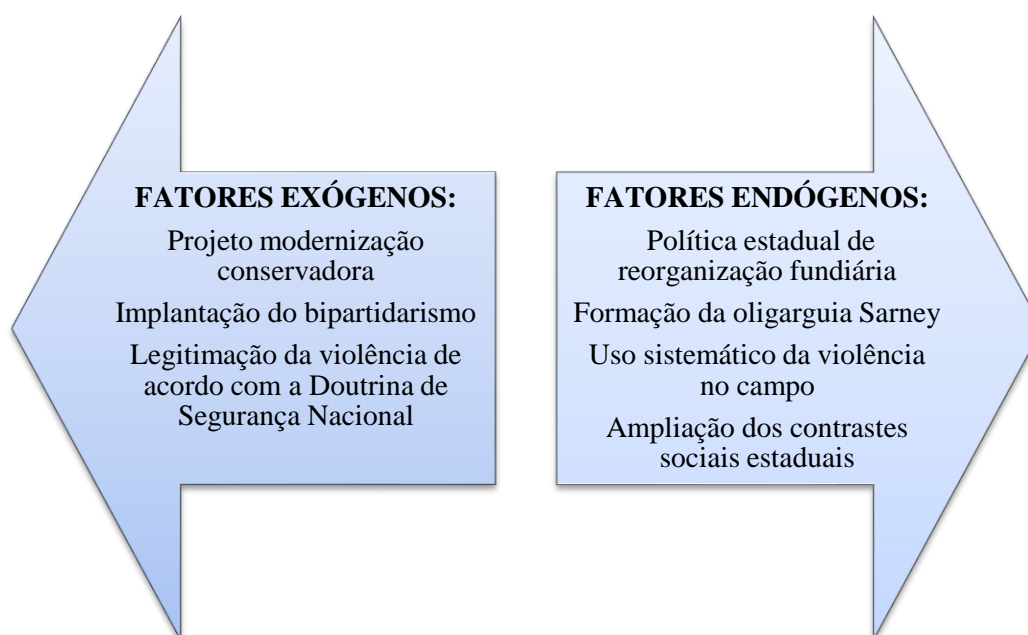
Isto posto, existem dois panoramas coincidentes e influenciáveis que determinam o período ditatorial no Maranhão: o primeiro, que independe da organização político-partidária pré-estabelecida no estado, já que a ditadura empresarial-militar construiu os seus próprios meios de se manter hegemônica: de um lado podemos citar o bipartidarismo que reacomudou as forças e lideranças partidárias no MDB (intencionalmente sem representatividade eleitoral); e na ARENA que serviu como verdadeiro sustentáculo legislativo das transformações socioeconômicas no estado, já que, mesmo dividida internamente por conflitos que antecedem a sua criação no Maranhão, serviu como esteio para as mudanças pretendidas pela ditadura empresarial-militar e para a implantação do projeto que toma o poder em 1964.

Por outro lado, podemos enfatizar o uso da força policial, definida como estratégia de ação contrarrevolucionária pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). No Maranhão, o uso

dessa estratégia se concentrou principalmente no contexto rural, onde a violência se torna o principal instrumento para a implementação de mudanças na estrutura fundiária.

O segundo, intrinsicamente ligado àquele, tem como ponto de partida toda a estrutura produzida nos anos que antecedem o golpe de 1964 no estado, ou seja, baseada na organização de forças políticas que se pretendiam antagônicas (o vitorinismo e as Oposições Coligadas). Esses grupos, em sua heterogeneidade, passam a disputar o poder político de forma diferente: se antes sua perpetuação no poder tinha como fator primordial a fraude eleitoral, agora é, principalmente, o trânsito desses grupos nas esferas federais que irá determinar o seu grau de penetração no executivo estadual e em decorrência disso o controle da estrutura política do estado.

Organograma 1 – Fatores que condicionam a ditadura empresarial-militar no Maranhão



Assim, o período da ditadura militar não é caracterizado pela historiografia local pelo predomínio de determinada “oligarquia” (conceito que fundamenta a explicação da organização política no estado), mas pela disputa de diferentes grupos, principalmente, o tradicional vitorinismo e o sarneísmo surgente.

Desse modo, a base política construída pela aliança entre militares e empresários no Brasil permitiu uma inflexão significativa na estrutura político-econômica do Maranhão. Essa inflexão, embora tenha viabilizado a continuidade de um tipo próprio de organização política

partidária, permitiu a introdução do estado em uma nova dinâmica econômica e aprofundou as problemáticas sociais locais.

Diante do exposto, e considerando a distância entre a produção historiográfica e a história escolar, torna-se necessária uma análise sobre a forma como a história da ditadura empresarial-militar tem se feito presente nas produções curriculares recentes e mesmo como se constituiu historicamente uma cultura histórica sobre os acontecimentos que marcam o período ditatorial no Maranhão.

CAPÍTULO 3 – INTERPRETAÇÕES SOBRE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO

3.1 A ditadura empresarial-militar no currículo⁶⁵ do 9º ano

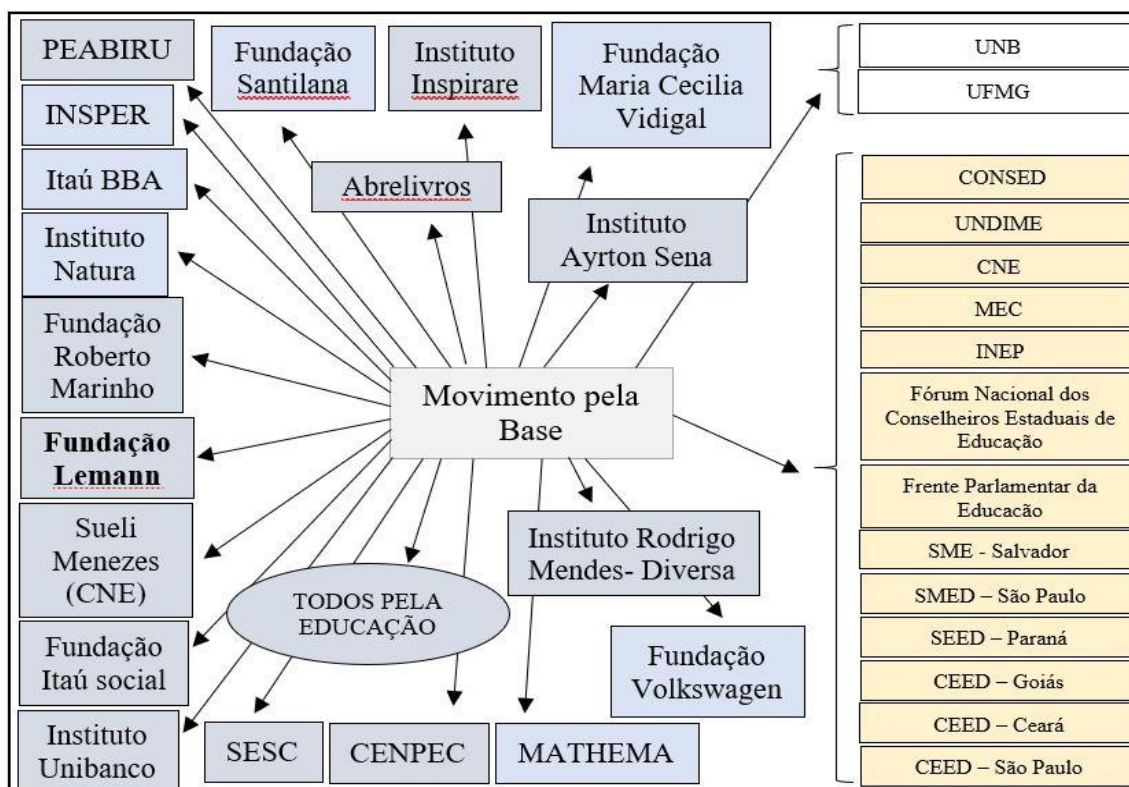
Um dos produtos mais recentes da legislação educacional brasileira é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que busca definir um “conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p.5).

A BNCC foi construída a partir de três versões: a primeira, produzida no meio acadêmico em 2014 e disposta para consulta pública na internet; a segunda, disponibilizada em 2016 para discussões em seminários realizados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); a terceira versão, que excluía o Ensino Médio, foi disposta para apreciação nas cinco regiões do país pelo Conselho Nacional de Educação entre junho e setembro de 2017. No entanto, entre setembro dezembro do mesmo ano, a BNCC tramitou no Conselho Nacional de Educação (CNE) “de forma não transparente e foi aprovada desconsiderando a construção já produzida pelas instituições educacionais comprometidas com a educação pública de qualidade social” (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p. 43). Essa falta de transparência impressa no fim do processo de tramitação da BNCC são produto da correlação de forças sociais “públicas e privadas” que orbitavam a produção desse instrumento legal. Embora a construção de uma base nacional comum fosse uma das exigências da própria Constituição, é importante observar que um dos principais grupos que demandaram e, mesmo, direcionaram a elaboração da legislação foi o, autodenominado, “Movimento pela Base”, que reunia uma diversidade de organizações atreladas a grupos econômicos e culturais, que de acordo com Vera Peroni; Maria Caetano e Lisete Arelaro (2019), se relacionam a concepções neoliberais e neoconservadoras⁶⁶.

⁶⁵ Entende-se por currículo como um espaço privilegiado de entrecruzamento de “saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação”. É no currículo que “se condensam relações de poder que são cruciais para a formação de subjetividades sociais” (SILVA, 1996, p. 23). Por ser o elemento que estabelece a mediação entre cultura e sociedade exterior e escola e educação (SACRISTÁN, 1999, p. 61) o currículo está permeado das disputas que se circunscrevem na sociedade como um todo, e por isso, geralmente, expressam a posição ideológica dos grupos dominantes (MOREIRA; SILVA, 1997, p. 23).

⁶⁶ As autoras defendem que no atual contexto de globalização, aprofundamento do neoliberalismo e socialdemocracia (Terceira Via), o papel do Estado sofre uma redefinição com a transferência de responsabilidades do poder público para o privado, que não apenas executam determinadas políticas, como também as direciona. E mesmo as obrigações que recaem sobre o poder público sofrem influência dos princípios mercantis, passando a uma lógica gerencial. Já o neoconservadorismo, de acordo com as autoras, vai ao encontro do neoliberalismo em muitos aspectos, como por exemplo o poder corporativo, a supervalorização da “iniciativa privada, a restauração do poder de classe, a desconfiança da democracia, a governança pela elite. Quanto às diferenças [...] destaca a

Figura 2 – Sujeitos coletivos do Movimento pela Base



PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p.44.

Vera Peroni; Maria Caetano e Lisete Arelaro (2019) apresentam um conjunto de parcerias tecidas entre poder público e privado (Figura 2) que permitem inferir a incorporação de concepções neoliberais e neoconservadoras na elaboração da base nacional comum. Entre os grupos apresentados é possível identificar grandes institutos ligados a corporações bancárias e/ou produtoras de materiais didáticos como Fundação Santillana e Abrelivros, Itaú-Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Insper, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura e o Movimento Todos pela Educação; e também instituições públicas como secretarias de educação, órgãos associativos e Universidades.

Conforme observam as autoras, alguns desses institutos chegaram a propor conteúdos à base “como exemplo, o Instituto Ayrton Senna, que apresentou recomendações para o desenvolvimento de competências socioemocionais” (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p. 45). Nesse sentido, podemos afirmar, as demandas de setores da sociedade civil são claramente assimiladas pela sociedade política, já que sendo Estado, como aponta Gramsci, as classes dominantes buscam manter-se hegemônicas, ou seja, produzir consenso a partir de meios variados. Deste modo:

preocupação com a ordem em resposta ao caos e a defesa de uma moralidade inflexível como cimento social” (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p. 45).

Cada vez mais, a lógica de mercado tem sido aplicada no campo educacional brasileiro, de modo que a escola tem sido vista como uma empresa a serviço de uma sociedade de consumo. Nesta lógica, tem havido um esforço para que a escola priorize valores como técnica, performance e resultados. Assim, não chega a causar espanto que entre as competências gerais da BNCC figurem preceitos próprios da visão de mundo neoliberal tais como, o agir individualmente com autonomia, flexibilidade e resiliência (MENDES, 2020, p. 122).

Além disso, a busca de padronização curricular nacional objetiva um “desenvolvimento pleno” dos educandos, com base em pressupostos legais presentes na Constituição (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996)⁶⁷. Fundamentada nessa perspectiva que a BNCC pretende uma articulação entre conhecimentos e habilidades que se intencionam capazes de relacionar características e necessidades dos sujeitos.

Com base em uma racionalidade técnica, a BNCC visa correlação entre o desenvolvimento de competências e as etapas da escolarização. Sendo assim, ela estabelece, sistematicamente, um conjunto de unidades temáticas (agrupamento de objetos de conhecimentos que se relacionam entre si), objetos de conhecimento (entendidos como conteúdo, conceitos e processos) e habilidades (expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares) que deveram ser trabalhadas pelos professores em cada ano da educação básica.

O enfoque no estabelecimento de conhecimentos específicos e habilidades gerais para diferentes alunos do país se traduz pela busca de uma uniformização curricular e em um ensino de História pautado, especificamente, na imposição de uma historiografia oficial que quase nunca coloca espaços periféricos como parte do discurso, pois embora a BNCC se pretenda como um “documento orientador para os sistemas de ensino organizarem suas propostas curriculares, em muitas redes de ensino [...] os gestores vêm tomando a BNCC, como único documento curricular” (COSTA; FARIAS; SOUZA, 2009, p.100). Assim:

A BNCC é um mecanismo de regulação sobre o trabalho docente, que mobiliza retrocessos que atacam a dignidade de exercer o trabalho e do direito à formação docente crítica, emancipada dos trabalhadores da educação, do exercício à autonomia docente mediante aos processos de trabalho, da constituição crítica e problematizadora da construção do conhecimento mediante realidade concreta (COSTA; FARIAS; SOUZA, 2009, pp. 101-102).

⁶⁷ O artigo 205 da constituição e o 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação previam uma educação voltada para o “pleno desenvolvimento” tanto para o “exercício da cidadania” quanto para as práticas profissionais.

Nesse sentido, é necessário, por parte do professor de história, um posicionamento crítico diante das imposições curriculares, reunido na prática pedagógica uma discussão sobre teoria e historiografia; fugindo assim, dessa “racionalidade técnica” que caracteriza os pressupostos legislativos da BNCC.

A correlação orgânica entre setores dominantes e Estado restrito imprime no currículo de História um conjunto de interesses desses grupos, que desejam, entre outras coisas, a manutenção da hegemonia. Como aponta Katia Abud (2017), no que diz respeito aos quadros organizativos, a BNCC não traz muitas novidades, se repetindo “os mesmos fatos históricos e a mesma periodização que se apresentam desde o início do ensino de História do Brasil” (ABUD, 2017, p. 21).

Há a perpetuação de uma “periodização tradicional”, que se inicia “pelo começo”: a Antiguidade, espeitando uma ordem cronológica e se mantendo fixada a um desencadeamento político da história nos remete para o lugar de formação da História enquanto disciplina escolar com um “código curricular”⁶⁸ definido, a saber: o atendimento dos interesses de uma escola burguesa (ABUD, 2011, p. 170). Desse modo:

O peso de conhecimentos que se tornaram obrigatórios por força da tradição escolar vem, dessa forma, anulando as possibilidades de inovação no ensino de História. Ao obedecer às regras impostas por um código curricular que aglutina as formas consagradas e vem fechando as possibilidades de renovação, cada vez mais a História se consagra como guardiã das tradições (ABUD, 2011, p. 170).

Nesse mesmo sentido, Breno Mendes (2020) chama a atenção para a existência de um currículo oculto⁶⁹ que aponta para a correlação de forças sociais na elaboração de políticas pedagógicas. Nesse sentido o autor evidencia uma passagem do papel ocupado pelo Estado-nação para uma lógica empresarial, que se fundamenta principalmente na designação de competências e habilidades para a resolução de demandas “ligadas à cidadania e ao mundo do trabalho em situações práticas” (MENDES, 2020, p. 120), evocando um pragmatismo e imediatismo. Isso pode ser evidenciado, ainda de acordo com Breno Mendes, na própria evolução do texto legislativo, em que suas duas primeiras versões serão vetadas integralmente, por uma pretensa valorização excessiva da temática nacional e africana, por sua postura não

⁶⁸ Se entende como código curricular uma tradição social composta por ideias e princípios (científicos, pedagógicos, políticos etc.) sobre o valor da matéria de ensino e por um conjunto de práticas profissionais que contribuem para fixar a imagem social da História como disciplina escolar (CUESTA FERNÁNDEZ, 1997 *apud* ABUD, 2011, p. 164).

⁶⁹ O currículo oculto é “constituído por ações que impõem normas e comportamentos vividos nas escolas, mas sem registros oficiais, tais como discriminações étnicas e sexuais, valorização do individualismo, ausência ou valorização do trabalho coletivo, etc” (BITTENCOURT, 2011, p. 104 *apud* MENDES, 2020, p. 112).

cronológica, visando “partir do presente para ver o passado⁷⁰”, e pela minimização de conteúdos clássicos da antiguidade e medievo.

Essa questão, nos permite observar que as disputas em torno do currículo e a defesa permanente de seu tradicionalismo tem como enfoque principal a reconstrução de uma história da “civilização” ocidental, que visa ressaltar uma perspectiva evolutiva e pouco problematizadora das realidades múltiplas em que os educandos se inserem.

Além disso, BNCC defende que o ensino/aprendizagem de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental deve estar pautado em três *procedimentos básicos*: 1º) identificação de eventos importantes na história ocidental, sua ordenação cronológica e localização geográfica; 2º) compreensão sobre mecanismos de seleção, produção, circulação e utilização de documentos, bem como a elaboração de críticas as fontes documentais; 3º) reconhecimento e interpretação de um mesmo fenômeno por meio de uma multiplicidade de versões, possibilitando a avaliações e conclusões sobre o fato histórico (BRASIL,2017, p.412).

De modo geral, os procedimentos pedagógicos defendidos permitem uma ampliação das formas de apreensão do conteúdo trabalhado por professores e alunos. No entanto, a supervalorização de procedimentos mais técnicos e voltados a identificação de eventos e datas importantes para o mundo ocidental revelam o caráter pragmático que marca a produção da BNCC. Além disso, retira do centro da discussão, os sujeitos históricos, que receberam importância decisiva nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

Partindo dessa estruturação que prevê objetos de conhecimento e habilidades em diferentes etapas e anos da educação básica, a ditadura empresarial-militar, durante o ensino fundamental, é conteúdo previsto para o 9º ano; tema que já era comumente trabalhado pelos docentes nessa etapa/ano, sobretudo pelo predomínio do livro didático no ambiente escolar. Portanto, a BNCC só oficializou, como já mencionado, a estrutura cronológica já imposta pela adoção de um programa nacional do livro didático.

Quadro 6 – Organização do conhecimento escolar sobre ditadura empresarial-militar na BNCC (9º ano do Ensino Fundamental).

Unidade temática	Objetos de conhecimento	Habilidades
Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização:	Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência.	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

⁷⁰ De acordo com Breno Mendes, a primeira versão do currículo de História da BNCC foi vetada integralmente pelo então ministro da educação, Renato Janine Ribeiro por uma pretensa valorização da história indígena e africana e devido a relevância dada a uma abordagem pedagógica que parte das questões do presente para o estudo do passado (MENDES, 2020, p.121).

o Brasil após 1946	As questões indígena e negra e a ditadura. O processo de redemocratização.	(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. (EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.
--------------------	---	---

Fonte: BRASIL, 2017, p. 426 - 427

O tema da ditadura nessa etapa/ano está inserido em uma unidade maior que se inicia com o processo de modernização da economia brasileira a partir da política desenvolvida por Juscelino Kubistchek e finaliza com o período democrático, dando ênfase ao estabelecimento da Constituição de 1988 e seus desdobramentos legais e as mudanças em diferentes setores advindas desse novo marco, bem como o protagonismo de setores da sociedade civil, mas a permanência da violência e marginalização de determinadas populações.

A concepção de ditadura adotada na BNCC dialoga com aquela em que o golpe e subsequente regime de exceção são resultados dos diferentes tensionamentos entre grupos da esquerda/nacionalistas e conservadores/militares. A presença dessa perspectiva, que começa a ter entrada na produção historiográfica partir de 2004, tem na BNCC evidenciada a hegemonia que conquistou ao longo dos últimos anos.

Além disso, a inexpressividade de uma visão socioeconômica e conseqüente preferência pela história social e cultural, preponderante nos objetos de conhecimentos e habilidades, permitem vislumbrar a ausência de determinadas classes sociais que tiveram importância fundamental na construção do golpe e condução do Estado ditatorial, como é o caso dos empresários e suas articulações multinacionais.

O diálogo com uma perspectiva burguesa de democracia é marca fundamental na produção de habilidades que visam direcionar o conhecimento escolar sobre o período ditatorial. Nesse sentido, os pontos reforçados são o direito a memória e a justiça, a violação dos direitos humanos e a mobilização de uma sociedade civil não definida que atua pela redemocratização. A presença da temática socioeconômica só recebe importância diante do enfrentamento de indígenas e quilombolas à uma lógica econômica desenvolvimentista.

Embora haja um reconhecimento por parte da BNCC, da necessidade de aluno identificar uma multiplicidade de versões de um mesmo fenômeno histórico como procedimento básico nos anos finais do Ensino Fundamental, isso não é posto como uma habilidade que possa ser explorada no conteúdo do período ditatorial, que é marcado por significativas controvérsias historiográficas. Neste caso, se a BNCC não estabelece essa

importância tampouco as editoras de livros didáticos irão adentrar nessa temática e o professor, chamado a cumprir as demandas da BNCC, tem pouca margem para aprofundar as multiplicidades interpretativas do golpe de 1964 e da ditadura subsequente.

O conceito de educação integral é um dos temas centrais da BNCC. Nessa perspectiva, a educação básica tem como objetivo à “formação e o desenvolvimento humano global” (BRASIL, 2017, p. 14). Essa perspectiva visa, portanto, dinamizar não só os processos de ensino/aprendizagem, mas o currículo, já que:

[...] o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir (BRASIL, 2017, p.12).

Já que a BNCC não tem como objetivo tratar de temas regionais, pois se propõe a ser um documento que atenda as diferentes regiões do território brasileiro, estabelecendo um currículo básico à toda educação básica, e, em História, visa a conformação de uma historiografia oficial; esta permite a complementação sistemática pelas redes de ensino, que podem, por sua vez “contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas” (BRASIL, 2017, p. 14).

Isto posto, foram elaboradas legislações complementares nos estados, que visaram, entre outras coisas, uma contextualização do currículo produzido instituído a nível nacional pela BNCC. Como afirma o próprio Documento Curricular no Território Maranhense (DCTM), existe uma intenção de servir de complementação curricular local, “de acordo com *as características regionais e locais*” (BRASIL, 2019, p.9). Portanto, o documento é produzido a partir de uma noção de pacto interfederativo, que não se esgota na elaboração da BNCC, ou do próprio DCTM, mas que permite e mesmo incentiva iniciativas de cunho municipais e escolares.

A exemplo do que ocorreu nacionalmente, o documento curricular estadual foi produzido mediante iniciativa de instituições situadas no Estado restrito, principalmente a Secretária da Educação do Estado do Maranhão e o Conselho Estadual de Educação, com participação da sociedade através de consultas públicas presenciais e por plataformas *on-line*, mas também de instituições como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do

Maranhão (UNDIME-MA), que tem entre seus colaboradores o Itaú Social, a Fundação Leman, o Instituto Natura, a Fundação Telefônica Vivo.

Mesmo com a busca por uma estruturação orgânica dos pressupostos curriculares nacional e regional, que cimenta muito da perspectiva pragmática e utilitarista, marcante no estabelecimento de competências e habilidades. E a atuação de um órgão (UNDIME-MA) que, a nível nacional, serviu como principal articulador dos valores neoliberais e neoconservadores defendidos por instituições financiadas por capital privado; o DCTM consegue ampliar a discussão teórica e metodológica sobre a História no Maranhão e sobre o seu ensino, principalmente devido, a iniciativa da Estado restrito e a abertura para a participação da sociedade civil, principalmente professores, na produção do documento.

Nesse sentido, o DCTM traz indicação teórica para o professor afim de evitar o predomínio de uma perspectiva eurocêntrica, principalmente porque o Maranhão é "um estado constituído por um emaranhado de culturas intercruzadas" (BRASIL, 2019, p.436) já que só dessa maneira os estudantes podem se identificar no que é estudado e compreendam sua posição social.

Outrossim, destacasse a valorização de uma história que se conecta ao restante do mundo, visando uma compreensão do todo por meio das relações estabelecidas entre o local e o global. Como forma de defender a necessidade dessa perspectiva, os redatores do DCTM, revela a proximidade do Maranhão com outros impérios durante o século XVII, no entanto, destacamos que o interesse pelo estado não se restringe ao período colonial, como é o caso dos interesses resultantes da ditadura empresarial-militar, como já destacado.

O documento curricular maranhense aponta que o processo de alteração do regime político em 1889, não altera em profundidade a estrutura socioeconômica da região que tem como marca principal o legado escravista e agroexportador, "perpetuando o caráter agrário e desigual do Maranhão" (BRASIL, 2019, p.436). De modo geral, como já aprofundado, a interpretação histórica desse período recai principalmente sobre a temática política, voltando-se para uma análise dos grupos oligárquicos que passam a dominar as fases do período republicano (BRASIL, 2019, p.436).

No tempo presente, os redatores dão ênfase aos impactos sociais e ambientais decorrentes da implementação dos chamados "grandes projetos" no estado, resultando na ampliação dos conflitos agrários no campo e permanência do trabalho escravo (BRASIL, 2019 p. 436).

Essas orientações historiográficas são relevantes no contexto curricular, principalmente pela inclusão de José Sarney na lista de oligarcas do estado, tema bastante difundido no meio

historiográfico, mas que pouco espaço encontra na Educação Básica, já que até recentemente esse grupo controlava a política local. Mas entendemos que o Maranhão não pode ser compreendido sem as relações que estabelece em caráter nacional e global, afinal de contas, as oligarquias só se conservavam a partir de sua interação com o poder central e a implantação de grandes projetos no Maranhão está subsumida a interesses multinacionais.

O DCTM traz como orientação principal aos docentes o fomento de uma abordagem que problematiza os temas sociais, políticos, culturais e econômicos com uma dinamização das explicações históricas, dando voz aos múltiplos sujeitos individuais e coletivos, às suas contradições e conflitos. Além disso, destaca como contribuição ao processo de ensino e aprendizagem em História o estímulo a uma “abordagem não linear, intercalada com algumas conexões entre diferentes questões” (BRASIL, 2019, p.436).

Essa perspectiva rompe em muito com as orientações dadas pela BNCC para o Ensino Fundamental, já que esta se pauta principalmente pela organização cronológica dos eventos, sua identificação e relevância no contexto ocidental. No entanto essa proposição atribuída pela DCTM esbarra na própria estruturação curricular definida na base comum nacional, com a atribuição de objetos de conhecimento e habilidades para cada etapa/série e com o qual o documento curricular local teve que se adequar.

Desse modo, as temáticas regionais serão organizadas em correlação às diversas temáticas elaboradas pela BNCC: uma tentativa de integrar os conhecimentos relevantes em âmbito estadual àqueles definidos nacionalmente. Nesse sentido, aos objetos de conhecimento que marcam o período referente à ditadura empresarial-militar serão incluídas as temáticas tidas como fundamentais para a história regional no mesmo período.

Quadro 7 – Organização do conhecimento escolar sobre ditadura empresarial-militar na DCTM (9º ano do Ensino Fundamental).

Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades	Atividades sugeridas
Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: O Brasil após 1946	Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência. A Oligarquia Sarney. O projeto Grande Carajás e a expansão agrícola no sul do Maranhão	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas	Produção textual Fazer uso de letras de música que se reportam à ditadura militar, lendo as letras, interpretando e analisando à luz do tempo como por exemplo: Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Geraldo Vandré etc.

	<p>As questões indígena e negra e a ditadura.</p> <p>O processo de redemocratização.</p>	<p>como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.</p> <p>(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.</p>	
--	--	---	--

Fonte: BRASIL, 2019, p. 457, **grifo meu**.

As temáticas incluídas como objetos de conhecimento no currículo maranhense são, de fato, uma novidade positiva no contexto curricular estadual, sobretudo por incluir na Educação Básica discussões que geralmente passam ao largo dessa etapa, mas também porque até pouco tempo as temáticas apresentadas eram um tabu que revelava interesses e influências de grupos políticos locais, como ver-se-á mais à frente.

No entanto, restaram de fora algumas indicações mais específicas sobre os temas abordados, sobretudo na relação existente entre o Projeto Grande Carajás e a expansão da fronteira agrícola maranhense ao sul do estado, fenômeno que só terá maior incidência a partir da década de 1990. Nesse caso, para entender as transformações econômicas que marcam esse período, é importante inclui-lo em um processo que se inicia com as mudanças produzidas pelas alterações do regramento jurídico para atender interesses da agropecuária, principalmente, a Lei de Terras Sarney. Logo, a expansão da fronteira agrícola no sul do Maranhão pode ser entendida dentro desse desencadeamento histórico, tendo como diferencial a implantação de técnicas modernas de manejo do campo.

Além disso, se por um lado as habilidades podem indicar uma perspectiva pragmática, nesse caso, elas poderiam ser adequadas para atender uma problematização dos temas, fugindo de uma perspectiva utilitarista. Diferentemente de outros estados, o DCTM não estipulou habilidades que atendessem à realidade regional⁷¹. O que poderia, nesse caso, permitir a exploração do tema a partir de uma perspectiva analítica: mais importante do que a indicação de temáticas, como o Projeto Grande Carajás e a expansão agrícola no sul do Maranhão, é a compreensão dos impactos gerados por elas na vida de comunidades indígenas, quilombolas e posseiros. Conforme aqui destacado, a violência no campo foi um dos principais resultados da ditadura empresarial-militar no Maranhão.

As Atividades Sugeridas são uma das principais inovações produzidas pelo DCTM e é exatamente ela que traz algumas das principais problemáticas de um documento que se propõe regionalizado, já que, pretendendo trabalhar com a produção musical engajada e suas

⁷¹ Como é o caso do Rio de Janeiro que além de atrelar os conteúdos a nível regional a aqueles estipulados na BNCC, também buscou formular algumas habilidades que pudessem dialogar com temáticas especificamente estaduais.

correlações com o período ditatorial, não dialoga com nenhum artista local, embora já existam produções historiográficas nesse sentido⁷². De qualquer modo, a busca por uma interpretação voltada para a perseguição cultural produzida pela ditadura não é uma das temáticas principais a serem desenvolvidas tendo como objeto o Maranhão, já que se trata de um tema que tangencia as discussões sobre período. Assim, tratar dos instrumentos de violência e suas formas de resistência no Maranhão, permitiria uma reflexão mais complexa da intercessão sobre as suas espacializações.

Portanto, a atividade sugerida não dialoga com a proposição de uma tentativa de contextualização, sobretudo considerando-se as temáticas escolhidas em âmbito estadual foram sobre a da Oligarquia Sarney e o Projeto Grande Carajás com a expansão agrícola no sul do Maranhão, que permitia uma aproximação com discussões socioeconômicas desenvolvidas nesse trabalho. Sem contar que as atividades trazem poucas indicações metodológicas e de quais músicas daqueles autores podem ser trabalhadas.

Não se pode negar que a construção de uma instituição autoritária entre 1964 e 1988 no Brasil não tenha tido uma interferência direta nas realidades regionais, mudando efetivamente os destinos políticos, sociais e econômicos nos diferentes territórios. Todavia, a forma como os estados se relacionam com o poder central e a construção de uma ideia de desenvolvimento, bem como as implicações e apropriações desse governo autoritário são múltiplas em suas espacialidades.

Afirma-se, portanto, a partir da temática sobre a ditadura empresarial-militar e seus desdobramentos no Maranhão, que as possibilidades problematizadas acima não se excluem. Pelo contrário, elas se complementam em um conjunto que permite a ampliação da consciência histórica e daquilo que é defendido pela atual legislação como educação integral.

Logo, é evidente que o papel desempenhado pelo professor de História e sua prática pedagógica não pode ser outra que o de mediador desse conhecimento “integralizado”, que percebe a realidade a partir de uma lógica da complexidade e utilizando-se de categorias de identidade nacional/regional/local, permite a formulação de um conjunto de valores que dão sentido à vida coletiva.

Além das predeterminações curriculares que valorizaram as interpretações político-culturais, aqui criticadas, como principal meio de compreensão da ditadura e que retira do centro das discussões o elemento social e a disputa de classe; é necessário compreender como no estado maranhense se constitui e se difunde uma perspectiva própria do período ditatorial,

⁷² Sobre a música como instrumento de resistência observa-se o trabalho de Fábio Alencar (2006).

que por um lado, buscava fortalecer o grupo político surgente, e por outro, retirava o fundamento autoritário do centro dos debates sobre aquele decurso.

3.2 Ditadura empresarial-militar no Maranhão e cultura histórica

O espaço ocupado pelos livros didáticos de História na formação dos alunos, bem como os valores por ele produzidos, são temas de discussões e críticas de amplos setores da sociedade. Há algum tempo, Marieta Ferreira e Renato Franco (2008) chamavam a atenção para o embaraço produzido pelo renomado jornalista brasileiro, Ali Kamel, diante de uma pretensa ideologização do livro *Nova história crítica*, de Mário Schmidt. De acordo com o comunicador, o livro apresentava uma unilateralidade do discurso histórico. Segundo ele: “querem fazer crer que o capitalismo é mau e a solução para tudo é o socialismo” (KAMEL, 2007, *apud* FERREIRA; FRANCO, 2008, p. 80).

De acordo com os autores, as discussões foram direcionadas para duas críticas importantes: 1) a dimensão econômica que envolve a produção dos livros didáticos, atividade que gera significativo lucro às editoras e conseqüentemente uma necessidade de submeter as produções à demandas mercadológicas; 2) o controle sobre as narrativas históricas presentes nos livros didáticos por meio da elaboração do *Guia de livros didáticos*, que visa estabelecer resenhas como mecanismo de avaliação da qualidade atualmente pautados pelos parâmetros estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular.

Nesse sentido, o controle sobre o que deve ser narrado nas aulas de História a Educação Básica é fortemente marcado pela institucionalização do PNL D, que permitiu certo avanço no processo de seleção do manual didático, uma vez que o livro ainda é uma das principais ferramentas utilizadas pelo professor.

Por sua vez, a História do Maranhão, foi durante muito tempo marcada por uma perspectiva de uma História oficial protagonizada, principalmente, pelos representantes políticos. A formação da História do Maranhão, como disciplina escolar, é um exemplo disso, já tem como suporte de criação a elaboração de uma memória nacional com base nos ideais republicanos (MARTINS, 2014).

Nessa perspectiva, a narrativa histórica tem um caráter extremamente factual, já que sua função é apresentar um desencadeamento histórico que busca exaltar o sistema republicano como principal e mais evoluído regime político. Isso coincide com a formulação de um sistema de ensino que busca introduzir aspectos da memória e da cultura local.

Desse modo, “na trajetória da instrução pública maranhense, a História do Maranhão se relacionou às necessidades do contexto histórico e social; predominando uma concepção factual

de História que precisa ser redefinida nas propostas curriculares atuais” (MARTINS, 2014, p. 14).

No período da ditadura empresarial-militar, por sua vez, a interpretação histórica predominante se baseava nos preceitos dos chamados Estudos Sociais, disciplina escolar que foi “instituída, de modo optativo nos currículos dos cursos secundários” (BRASIL, 1961, *apud* MARTINS, 2014, p. 166) e se tornou obrigatória com o estabelecimento da Lei 5.692/71, unificando os conteúdos de História e Geografia.

Os Estudos Sociais focaram-se, principalmente, em uma formação utilitária, sendo que:

A disciplina buscava a adaptação do aluno à sociedade, sem necessariamente fomentar a consciência crítica para o questionamento da ordem social. Essencialmente, ‘dava ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva do seu desenvolvimento’ [Com isso], incorporava no discurso educacional a lógica desenvolvimentista do sistema político, vinculando educação a perspectivas econômicas (DUARTE, 1986, p. 76, *apud* MARTINS, 2014, p. 166-167).

Essa perspectiva compõe parte significativa de uma interpretação histórica sobre o Maranhão durante a ditadura empresarial-militar que ainda se encontra muito presente em uma cultura histórica⁷³ regional. As primeiras obras, escritas ainda sobre a influência da ideologia de segurança nacional, retratam o momento histórico a partir de uma perspectiva de contemporaneidade; as obras posteriores, buscam trazer uma perspectiva histórica, principalmente com base no reconhecimento do autoritarismo daquele período.

A primeira dessas obras, que tivemos acesso é o livro *Conheça o Maranhão*, de Rosa Mochel Martins⁷⁴, editado em 1971, na cidade de São Luís-MA, pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE), administrado pelo governo estadual, o que nos permite inferir a intenção na construção de uma imagem sobre os atos administrativos.

⁷³ A cultura histórica, segundo Jacques Le Goff, pode ser identificada, entre outras coisas, com “a relação que a sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado” (LE GOFF, 1990, p.47). Desse modo, o livro didático se apresenta como uma relevante ferramenta para a compreensão de “fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época” (LE GOFF, 1990, p.48).

⁷⁴ Rosa Mochel Martins (1919-1986) foi agrônoma e licenciada em geografia e história (COSTA, 2008, p.87).

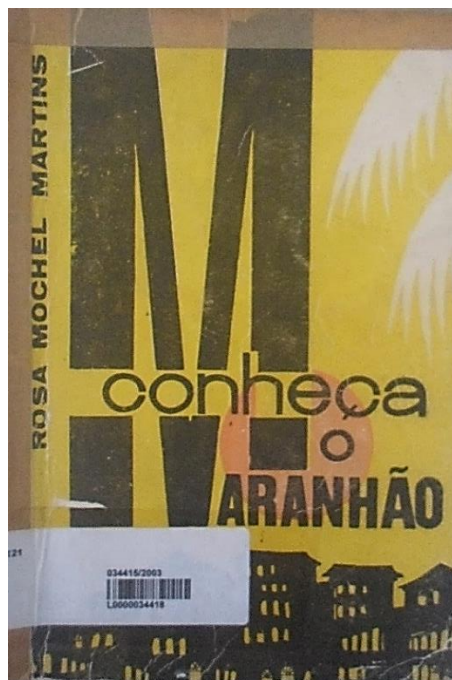


Figura 3 – Capa do livro *Conheça o Maranhão* (1º grau), de Rosa Mochel Martins, com 1ª ed. em 1971, publicado pelo SIOGE, São Luís, com 185 páginas. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite).

A obra busca apresentar aspectos do estado a partir de palavras-chave organizadas alfabeticamente, em forma de dicionário. No entanto, as palavras selecionadas para abordar as informações parecem não apresentar uma estrutura lógica, ficando evidente que a seleção tem um caráter eminentemente ideológico e atrelado a estrutura política vigente⁷⁵.

Na apresentação da obra a autora evidencia que o livro “não tem intuítos literários [tendo sido resultado de] experiências vividas[...] e conhecimentos adquiridos em anos de estudo e pesquisas” (MARTINS, 1971, p. 13), embora dialogue em muitos momentos com uma linguagem metafórica e de exaltação ao grupo político dominante então no Maranhão. Nas palavras da autora: “a pesquisa e o intercâmbio de ideias nos levaram a propostas de situações e problemas essenciais à comunidade maranhense. Assim veremos surgir o **Nôvo**, resultante do trabalho laborioso e construtivo de nossa gente” (MARTINS, 1971, p. 13, **grifo meu**). Nesse trecho, é possível identificar, além de uma perspectiva progressista da História, uma alusão à imagem autoconstruída por José Sarney em sua campanha do “Maranhão Novo”.

Na temática *Agricultura* a autora aborda, inicialmente, como os aspectos geográficos influenciam no modo de vida e na relação com a natureza, apresentando sua relação com as a

⁷⁵ O índice é composto de: A- Agricultura; B- Babaçu; C- Costa; D- Descobrimto; E- Energia; F- Frutas; G- Gonçalves; H- Hidrografia; I- Itaqui; J- Jaborandí; L- Lugar; M- Mapa; N- Nôvo; O- Omissão; P- População; Q- Quebranto; R- Rádio; S- São Luís; T- Transporte; U- Universidade; V- Verdade; X- xisto; Z- Zona (MARTINS, 1971, p.11).

culturas cultivadas no estado. Além disso, há um empenho em apresentar as principais diferenças entre a agropecuária extensiva e intensiva, enfatizando as desvantagens da primeira em relação a segunda. Conforme a autora:

Domina no Maranhão a agricultura extensiva. Plantam-se nas roças os gêneros de primeira necessidade [...], tudo ao mesmo tempo e no mesmo lugar. O gado vive a solta e sem defesa.

Para que você não fique decepcionado, saiba, porém, que há alguns **empreendimentos particulares** que usam técnicas modernas e cultivo da terra e de criação do gado, além de campos dos governos federal e estadual. Dissemos a você que a agropecuária extensiva não **promove o desenvolvimento**.

[...]Agora vamos relacionar algumas desvantagens desse sistema e você refletirá, certamente: Empobrece o solo; não utiliza adubos; não protege plantas e animais contra pragas e doenças; não garante o armazenamento dos produtos[...]; não estimula a indústria (MARTINS, 1971, p. 17, **grifo meu**).

É possível observar nas afirmações da autora aspectos do projeto empresarial-militar para o Maranhão já que, ao apresentar os malefícios da agropecuária extensiva e destacar que no Maranhão há uma prevalência desta, os empreendimentos particulares e os investimentos públicos são evidenciados como principal meio de enfrentamento do atraso que domina o cultivo e a criação de animais e promoção do desenvolvimento.

Em diversos momentos da obra a autora faz alusão as ações desenvolvidas pelos governos federais e estaduais de então. Um exemplo disso é quando apresenta a importância de uma energia elétrica acessível para o desenvolvimento humano e industrial, dando ênfase à construção da usina de Boa Esperança, que teve sua construção iniciada poucos meses após a posse do General Castelo Branco na Presidência (agosto de 1964). Destacando ainda a origem dos recursos (SUDENE, ELETROBRÁS, DNOCS e USAID/NORDESTE) e o remanejamento dos moradores da região inundada para cidades “projetadas”.

Além disso, há ainda o destaque para, entre outras coisas, a ação do governo estadual na construção do Porto do Itaqui e de um distrito industrial no Maranhão, com a edificação de uma barragem⁷⁶ entre o centro da cidade e a área do Itaqui. Assim o desencadeamento narrativo da autora apresenta uma noção de movimento contínuo em direção ao progresso.

⁷⁶ A Barragem do Bacanga, construída entre 1968 e 1973, ligou a “cidade antiga”, o centro da capital, São Luís, à uma “nova área periférica, ocupada entre as décadas de 1970 e 1980, por famílias que vinham geralmente do interior, notadamente da baixada ocidental, expulsas pelo latifúndio, devido aos conflitos sociais ou vendo a cidade como uma nova perspectiva de vida, já que a quase totalidade dessa população vivia em condições precárias condições no campo. Aí surgiram grandes bairros como Anjo da Guarda, Vila Embratel e Sá Viana, bem como a Universidade Federal do Maranhão” (BOTELHO, 2018, pp.306-307), sem contar que ali também se instalou o Porto do Itaqui, fator preponderante para a construção da barragem, como meio de melhoramento logístico.

O capítulo *Novo* é emblemático na construção de consenso em torno das políticas da ditadura empresarial-militar e do governo estadual, fazendo uma alusão direta à hegemonia produzida pelo sarneísmo no Maranhão, se apropriando do próprio *slogan* da campanha de José Sarney. Para a autora:

Aqueles políticos de colete do passado, desapareceram. Os de hoje conversam com o povo a gente até sente que eles são iguais a nós. É por isso que aqui no nosso diálogo, já temos elementos para contar para você o que há de novo no nosso Maranhão. Longos anos ficamos aqui dependendo dos produtos vindos do Sul. Não tínhamos estradas nem energia. Exportávamos o babaçu em amêndoas, arroz de má qualidade e outros produtos e outros produtos de menor importância.

[...] a gente vivia aqui sentindo falta de tudo e em outros lugares do Brasil havia fartura. Era mesmo uma desigualdade que não podia continuar. Desse modo, o governo Federal criou a SUDENE, para promover o desenvolvimento rápido do Nordeste e um outro chamado SUDAM com a mesma tarefa no Norte. Esses organismos começaram a trabalhar direitinho, obedecendo a planos para que tudo saísse certo.

Você sabe o que eles fazem? Organizam e executam planos para a construção e estradas, açudes, escolas, hospitais, etc. Ora você já vê que com esse balanço a coisa vai. E ainda mais: ajudam indústrias grandes e pequenas a se instalarem ou então a reformarem os sistemas velhos de funcionamento (MARTINS, 1971, p.114).

É possível identificar claramente no trecho da obra uma valorização do então momento político e econômico vivido pelo Maranhão, principalmente devido aos esforços das políticas voltadas ao desenvolvimento regional, buscando transparecer uma perspectiva de eficiência burocrática.

Outro elemento importante a se observar na obra é a defesa dos ideais liberais, sobretudo devido ao enfoque dado à iniciativa privada, como ao tratar do papel dos empreendimentos no avanço das técnicas de produção agropecuária. Ou no capítulo *Omissão* que equipara a ação de iniciativas particulares às do Estado, destacando os investimentos privados soerguidos no Maranhão no período. A autora sugere ainda que o leitor faça uma lista de investimentos “feitos por particulares nesses últimos anos” (MARTINS, 1971, p.121), e finaliza: “No Maranhão de hoje, do que você gostaria? De ficar parado ou de receber um embalo?” (MARTINS, 1971, p.114). assim, ao longo de todo o livro e por meio de perguntas, na maioria das vezes retóricas, busca estabelecer uma relação de dialogia com o leitor com a finalidade de reforçar a ideia que defende.

Já o livro *Terra das Palmeiras*⁷⁷, de Maria Nadir Nascimento e Deuris de Deus Moreno Dias Cordeiro⁷⁸ tem um relevante papel na produção de uma imagem sobre o período ditatorial no Maranhão, já que a obra “se tornou livro didático mais difundido na mentalidade popular e nos sistemas de ensino locais nas décadas de 80 e 90 do século XX” (MARTINS, 2014, p.181).

Este material didático, assim como o livro *Conhecendo o Maranhão*, se apropriou de um enfoque desenvolvimentista, principalmente atrelado a um posicionamento de desenvolvimento regional, difundido pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

O livro *Terra das Palmeiras*, parte de uma perspectiva atrelada aos estudos sociais: se divide entre as disciplinas de Geografia e História, em pelo menos suas três primeiras edições. As obras trazem informações geográficas e históricas básicas, buscando subsumir temáticas regionais a uma abordagem nacional que exalta, a partir de um enfoque saudosista, as “riquezas” e multiplicidades culturais do país, se preocupando, ainda, em tratar de temas cívicos, basilares em uma perspectiva de estudos sociais.

Seguindo a mesma lógica da obra *Conhecendo o Maranhão*, a edição de 1984 do *Terra das Palmeiras*, ao qual tivemos acesso, buscou apoiar as ações desenvolvidas pelos governos federal e estadual no Maranhão durante o período da ditatorial, principalmente nos capítulos 6- *Minha terra*, 8- *Somos tijolos na construção* e 9- *Agentes de integração e aproximação*, evidenciando, entre outras coisas, a importância de dinamização da agricultura e pecuária, com enfoque para a produção do tipo intensivo e disponibilização de terras públicas para implantação de investimentos privados por meio de instituições criadas pelo governo estadual.

⁷⁷ Foram produzidas quatro edições do livro didático *Terra das Palmeiras*: a primeira data de 1977; a segunda, com o subtítulo *Estudos Sociais*, foi editado em 1984 e contém 104 páginas; já a edição de 1996 (3ª edição), com o subtítulo *Geografia e História do Maranhão*, tem 128 páginas; por fim, a 4ª edição, de 2001, tem 2 volumes, um voltado para História do Maranhão, com 102 páginas e outro para a Geografia do Maranhão, com 87 páginas. As três primeiras obras são de autoria de Maria Nadir Nascimento e Deuris de Deus Moreno Dias Cordeiro, os últimos volumes são assinados apenas por aquela em decorrência do falecimento desta (COSTA, 2008, p. 67).

⁷⁸ **Maria Nadir Nascimento** nasceu em Pedreiras (MA), em junho de 1940. Tem uma trajetória entre Pedreiras (MA), São Luís (MA) e São Paulo (SP). Fez o curso ginásial em sua cidade natal, o curso normal na Escola São Vicente de Paulo em São Luís (MA), e o curso de Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional em São Paulo (SP); na Secretaria Estadual de Educação, em São Luís (MA) com serviços de orientação educacional de primeiro e segundo graus (hoje, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Já **Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro** nasceu na cidade de Picos (PI). Por motivo de transferência do seu pai, na época tenente do exército, Deuris foi morar em São Luís (MA). Nesta cidade, foi aluna do Colégio São Vicente de Paulo, concluiu o 1º e o 2º graus, diplomando-se Professora Primária. Ainda como professora primária, exerceu, na Fundação Maranhense de Televisão Educativa, a função de Orientadora de Aprendizagem. Deuris desempenhou a função de Assessora da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, Gerente do Programa de Expansão e Melhoria da Educação do Meio Rural (EDURURAL).



Figura 4 – Capa do livro Terra das Palmeiras: estudos sociais: Maranhão, (ensino primário, 4ª série), de Maria Nadir Nascimento e Deuris Moreno Dias Carneiro, com 2ª ed. em [1984], publicado pela FTD, São Paulo, com 104 páginas. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)

Ademais, as autoras enfatizam os investimentos públicos na implantação de indústrias no Maranhão, defendendo a relevância dessas para o desenvolvimento do estado. Atrelado a isso, estaria a construção de ferroviárias que permitiram o escoamento da produção rural maranhense.

Nessa mesma interpretação, voltada para os Estudos Sociais, foi produzida a obra *Pedra da Memória* (1979), de Maria Ceres Rodrigues Murad⁷⁹. Tendo surgido inicialmente como apostila com o título: *Vivendo o Maranhão: iniciação aos Estudos Sociais do Maranhão: aspectos geográficos* chegou a ser publicada em 1977 pelo Colégio Dom Bosco, uma instituição de ensino privada do Maranhão.

A versão que tivemos acesso (1979), bem como a obra *Conhecendo o Maranhão*, foi publicada pelo SIOGE, já mencionado órgão de imprensa do governo estadual, evidenciando a presença marcante do Estado na elaboração dos materiais didáticos. A obra, como as demais, inicia sua exposição de informações básicas sobre a caracterização geográfica do Maranhão e sua divisão política.

⁷⁹ Maria Ceres Rodrigues Murad possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (1978), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (1998) e doutorado em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Atualmente é docente - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, Reitora - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco e diretora pedagógica - Colégio Dom Bosco do Maranhão.

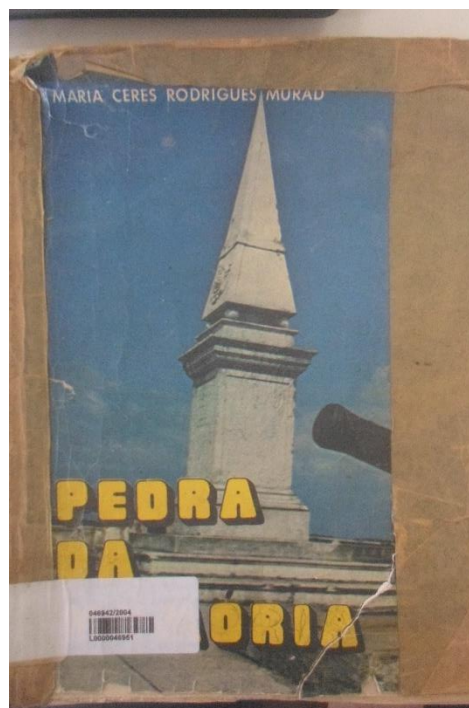


Figura 5 – Capa do livro Pedra da Memória: estudos sociais do Maranhão (1º grau), de Maria Ceres Rodrigues Murad, com 1ª ed. em 1979, publicado pelo SIOGE, São Luís, com 107 páginas, no formato 21,5 cm x 28 cm. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)

O capítulo *Atividades econômicas* é organizado semelhantemente às obras acima citadas. Partido da divisão das atividades econômicas, a autora inicia sua interpretação pelo extrativismo, com enfoque para a pesca industrial que em sua opinião deveria ser mais explorada “já que o nosso estado é rico em peixes e nós poderíamos vendê-los à vontade para outros estados” (MURAD, 1979, p. 52).

A discussão sobre a produção agrícola não se diferencia dos trabalhos anteriores, principalmente pela valorização de um tipo de agricultura intensiva moderna que usa maquinários e fertilizantes químicos para maior potencialização da produção. De acordo com a autora “o governo tem tomado providências no sentido de dinamizar a agricultura maranhense através o uso de máquinas, de fertilizantes, distribuindo sementes e financiando terra aos agricultores” (MURAD, 1979, p. 54).

Sobre a *Indústria*, a autora se preocupa, inicialmente, em apresentar ao leitor o que é uma indústria e destaca que a implantação de um polo industrial é “o mais difícil e importante passo que uma região dá para o seu desenvolvimento” (MURAD, 1979, p. 59). E que o Maranhão apenas iniciou esse processo com a criação da Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Maranhão (CDI-MA) “órgão que tem a função de incentivar a implementação e desenvolvimento de indústrias em nosso Estado” (MURAD, 1979, p. 59). Desse modo, a autora enfatiza como a mobilização do governo proporcionaria o progresso da

região, já que propiciou a implantação de distritos industriais, por meio da disponibilização de uma infraestrutura, em que empresas poderiam se instalar no estado, embora não explicando como essas indústrias melhorariam a vida do maranhense.

É destacada, na obra, ainda, a importância da implantação da Usina de Boa Esperança, tanto por seus usos domésticos, quanto por sua aplicação na indústria. Nesse caso, a autora pede ao leitor para que faça uma pesquisa sobre quem mandou construir e quando foi inaugurada, fazendo com que a associação entre governo e “grandes ações” seja realizada pelo próprio leitor. Bem como a construção de rodovias naqueles anos, que são apresentadas como indispensáveis ao progresso do estado.

Merece destaque, ainda, o livro *Gente, terra verde, céu azul*, de Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira⁸⁰, publicado pela editora Ática. Com edições que vão de 1982 (2ª edição) à 1987 (7ª edição), acredita-se que o livro era publicado anualmente. Tendo suas vidas acadêmicas nos estados de Minas Gerais e São Paulo, as autoras produziram pelo menos 3 obras com o mesmo título, uma voltada para o Estado do Maranhão, uma para o Espírito Santo e outra para o Rio Grande do Sul (COSTA, 2008, p. 89), o que permite deduzir a existência de um interesse editorial pela produção de materiais didáticos com a temática regional.

⁸⁰ Lídia Maria de Moraes é Bacharel em Letras-Português e Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo, Licenciada em Estudos Sociais pela Faculdade Teresa Martin e atuava na educação básica do Estado de São Paulo (SP), ainda seguiu publicando livros didáticos pela Editora Ática. Maria Luísa Campos Aroeira, essa autora é formada em Pedagogia pela Fafi Ciências e Letras de Belo Horizonte (MG) e atuava na educação básica do Estado de Minas Gerais, além desse livro a autora continuou a lançar livros didáticos em outras editoras, como a FTD Educação. Maria José Caldeira é Licenciada em Desenho e Artes Plásticas pela Fundação Universidade Mineira de Arte (FUMA) de Belo Horizonte (MG) e atua na educação básica desse estado (MATEUS, 2017, p.7).



Figura 6 – Capa do livro *Gente, terra verde, céu azul: História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado (1º grau)*, de Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira, com 7ª ed. em 1987, publicado pela Ática, São Paulo, com 88 páginas (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite).

A obra também segue uma estrutura comum aos livros de Estudos Sociais, apresentando aos educandos conceitos básicos e inserindo no cotidiano escolar temáticas como a geolocalização (orientação geográfica, uso de escala, as regiões pontos extremos, etc.), cívicos (organização político-administrativa e símbolos nacionais/regionais) e da paisagem natural do Maranhão (clima, hidrografia, relevo, vegetação etc.).

Na temática *Agricultura* as autoras também buscam estabelecer uma relação entre moderno e tradicional com base no tipo de agricultura empregada, mas ao contrário das obras anteriores utilizam a denominação agricultura primitiva e agricultura científica para legitimar o uso de técnicas agrícolas que se desejava implantar no estado, usando, dessa forma, a relação entre progresso e ciência, comum na cultura moderna. E, da mesma maneira que as obras anteriores, aqui também é possível identificar uma valorização da política econômica adotada pelo governo, já que, para as autoras “o Governo tem procurado auxiliar os agricultores dando orientação no preparo do solo para a plantação, na compra de máquinas, sementes, adubos, etc” (AROEIRA; CALDEIRA; MORAES, 1987, p. 49); e com a criação de uma infraestrutura burocrática que concede o acesso à terra e financia projetos agroindustriais (ITERMA, PROTERRA, EMATER, SUDAM, SUDENE).

No capítulo *Nossas Indústrias* há uma breve síntese dos principais investimentos no Maranhão, com destaque para a capital do estado (São Luís), estando negócios voltados principalmente para a indústria extrativista e de transformação. Maria Aroeira, Lídia Moraes e Maria Caldeira como nas obras anteriores, destacam, todavia, que a viabilidade desses projetos

industriais só se deu devido ao investimento infraestrutural do governo, como a construção da Usina de Boa Esperança, da Barragem do Bacanga, do Porto do Itaqui e auxílios da SUDENE, SUDAM, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e outros bancos.

Um capítulo relevante na obra, intitulado *Gente, terra verde, céu azul*, é aquele em que as autoras se preocupam em destacar a importância do serviço bancário, por prestarem muitos serviços à comunidade: “ajudam a indústria, o comércio, a pecuária, a lavoura; recebem pagamentos de impostos, taxas de água, luz, telefone e mensalidades escolares; guardam dinheiro e o remetem de um lugar para outro” (AROEIRA; CALDEIRA; MORAES, 1987, p. 58), destacando, assim, o papel da rede bancária que atende ao estado do Maranhão. Não se pode desprezar o protagonismo do capital financeiro, que ao lado do industrial, não somente tomaram o poder em 1964, como também conduziram às políticas estatais desde então.

Torna-se relevante ressaltar que desde a década de 1960, com o processo de democratização e, conseqüente, expansão da rede escolar no Brasil o governo passa a subsidiar a produção de livros didáticos. No entanto, a participação do Estado na produção e distribuição de materiais didáticos se torna mais efetiva a partir da ditadura empresarial-militar, com a criação da Companhia Nacional de Material de Ensino e em 1966 da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) (MUNAKATA, 1997 *apud* SILVA, 2012, p.809).

No entanto, esse protagonismo do Estado na produção de material didático não pode ser resumido à uma mera busca pelo aprofundamento dos processos de escolarização no país. Ela pode ser explicada por um lado, pelo progressivo financiamento do mercado editorial “que agora tinha destino certo [para] a sua produção” (SILVA, 2012, p. 809), tendo o MEC, inclusive, passado a produzir e coeditar os livros didáticos com o setor privado a partir de 1970. E por outro, atrelado ao primeiro, pela busca da construção de uma imagem sobre a política e o governo ditatorial, sendo possível aqui retomarmos Antonio Gramsci:

a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente (GRAMSCI, 2002, p.63).

Desse modo, sendo a escola um espaço privilegiado para a luta social, o grupo hegemônico utiliza-se dela “para impor a sua concepção de mundo (ideologia) aos outros grupos, como sendo uma concepção universal, a única verdadeira” (SHEEN, 2007, p.5). Logo,

considerando o contexto de exceção da ditadura empresarial-militar, a escola se torna um espaço privilegiado para manutenção da direção do bloco no poder, já que o “Estado [...] desenvolve mecanismos para representar hegemonicamente a classe dominante” (CÁRIO, 1989, p.42).

A construção de uma hegemonia em torno do projeto de modernização capitalista pode ser mensurada, de um lado, pela supressão das disciplinas humanísticas (História e Geografia) e a valorização de uma formação tecnocrata, de modelo pragmático e de outro, como se pode observar nas obras analisadas, pela defesa das ações desenvolvidas pelo governo.

Como se pôde constatar, o MEC passa a produzir na década de 1970, em parceria com as editoras privadas, os materiais didáticos que chegariam às escolas. Esse protagonismo do governo federal nas políticas educacionais referentes à produção e distribuição de material didático nos permite inferir a presença de conteúdos atrelados à estrutura econômica vigente, sobretudo em um meio político marcado pela censura. Além disso, a formação de um comércio rentável para as editoras de livro didático permite medir a compatibilidade ideológica das obras produzidas com o regime vigente. O resultado disso são obras com desprezível senso crítico.

No Maranhão, como já destacado, o foco do projeto político levado a cabo a partir de 1964 era a expansão da fronteira agroindustrial, o que é onipresente nas obras analisadas. A implantação de técnicas agrícolas modernas, com a facilitação de acesso à terra e ao financiamento público é apresentado nas obras como uma das principais inovações pelo qual passava o estado do Maranhão naquele momento, buscando justificar as ações desenvolvidas pelos governos estadual e federal através de um discurso de desenvolvimento regional que não apresentava os benefícios para a população maranhense em geral.

Os investimentos públicos em infraestrutura energética, rodoviária e portuária são apresentados como uma das principais estratégias para o rompimento do atraso vivenciado pelo Maranhão, embora não tenham sido destacados os conflitos resultantes dessa política, bem como seus impactos sociais e ambientais.

Também é possível identificar nas obras aqui analisadas ainda o modo como o governo estadual, sobretudo no diz respeito ao grupo oligárquico nascente (o *sarneísmo*), buscou construir uma autoimagem atrelada aos projetos econômicos desenvolvidos no Maranhão. Além da estrutura midiática, a produção didática também serviu como espaço de construção de consenso em torno do discurso do *Novo Maranhão*. Deste modo, as ações do governo estadual foram exaltadas através de uma linguagem acrítica, determinista e propagandística, como a principal fronteira para o rompimento das estruturas políticas que dominavam o Maranhão.

De modo diametralmente oposto, a obra da autora Maria Nadir Nascimento (2001), a mesma que ajudou a produzir o livro *Terra das Palmeiras*, é marcada por uma concepção crítica da *ditadura militar*, já que deixa de sofrer influência direta da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Nela, a autora inicia a apresentação do período como resultado de um golpe militar com o apoio das “classes mais ricas [...] que se sentiam ameaçadas com o governo de João Goulart”, destacando o caráter autoritário e repressivo do período (NASCIMENTO, 2001, p.87).

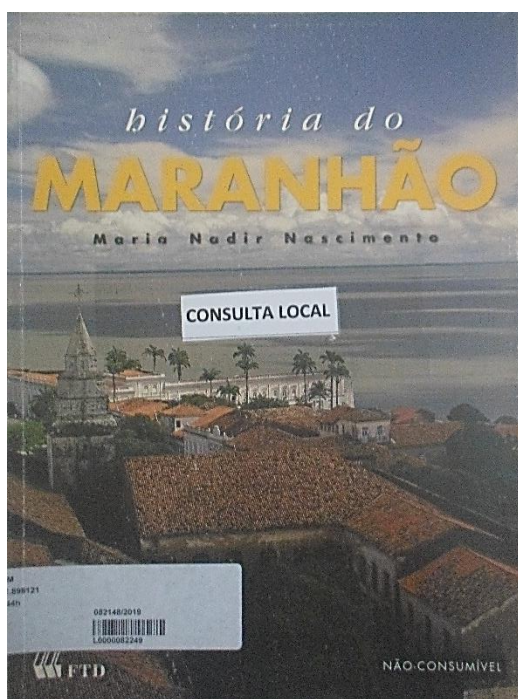


Figura 7 - Capa do livro *História do Maranhão* (Ensino Fundamental), de Maria Nadir Nascimento, com 4ª ed. em 2001, publicado pela FTD, São Paulo, com 102 páginas. (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite).

É importante recordar que no ano de 2001 já havia um aprofundamento significativo das análises acerca da ditadura empresarial-militar, o que permitiu a difusão de uma compreensão hegemônica em torno da existência de um golpe militar em 1964, independentemente das correntes historiográficas existentes. Assim, o livro, com a extinção dos Estudos Sociais, foca-se na discussão histórica e tenta apresentar uma visão mais crítica da realidade, com enfoque para os sujeitos, tal como recomendava os PCNs de história.

Infere-se que a obra tenha sido uma tentativa da Editora FTD de emplacar uma nova avaliação no Guia de Livros Didáticos, já que a em 1998 a 3ª edição da obra *Terra das Palmeiras* foi o único livro didático de história regional a receber esse tipo de avaliação. O que

representava uma continuidade da predominância da editora no mercado de livros didáticos sobre o Maranhão.

No entanto, nesta obra que tanto apresenta avanços no que diz respeito à uma caracterização do período ditatorial, pouco o faz quando trata do contexto político maranhense, já que não há uma abordagem sobre a dinâmica dos grupos que dominavam o governo do estado. Ademais, José Sarney, um dos principais representantes da estrutura empresarial-militar é identificado apenas em relação a um aprofundamento nos investimentos públicos, ligando a imagem do então governador à uma série de grandes obras públicas. Desse modo, embora não sofrendo influência direta da ideologia difundida pela ditadura empresarial-militar, ainda é possível identificar continuidades da perspectiva de desenvolvimento regional.

Mesmo se preocupando em destacar que essas obras favoreceram “pessoas e empresas com grandes capitais” (SIEBERT; SIEBERT, 2007, p. 234), o que gerou conflitos, principalmente no meio rural, a autora não apresenta a relação entre o projeto político encabeçado por José Sarney e continuado pelos demais governadores em alinhamento com o governo federal: a violência no campo. Isso pode ser explicado pela longevidade do grupo sarneísta e sua capilaridade no Maranhão⁸¹, não era interessante à edição estabelecer críticas diretas ao grupo político que ainda dominava o Maranhão.

Nesse mesmo sentido, pode ser destaca a obra *Maranhão: História e Geografia* das autoras Célia Siebert e Renata Siebert⁸². Publicado em 2007, também pela editora FTD, a obra está dividida em duas partes, uma voltada para os tópicos geográficos e outra para a temática histórica.

⁸¹ Sobre esse tema ver: PICCOLO, Monica. **Os Sarney: comunicações, Negócios e Poder no Maranhão**. In: PEDREIRA, Pedro Henrique; MOTTA, Rafael Vaz da. *Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

⁸² Célia Siebert é professora concursada de 1º grau da rede pública e da rede privada de educação do estado de São Paulo. Assistente editorial na área de Ciências Sociais da Editora FTD. Já Renata Siebert é bacharel em psicologia pela Universidade Paulista (Unip), pós-graduada e especializada em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson – ARAS.

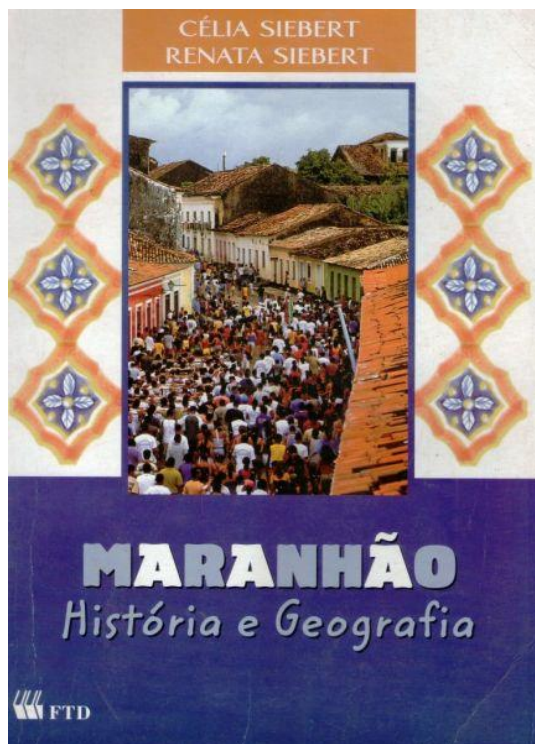


Figura 8 – Capa do livro Maranhão: História e Geografia, de Célia Siebert e Renata Siebert, publicado em 2007 pela editora FTD, com 248 páginas. (Acervo da pesquisa)

O período republicano é apresentado de forma bastante resumida na obra, ocupando apenas 5 páginas, sendo o foco principal a temática econômica. A primeira metade do século XX é identificada como um momento de descaso dos governos estaduais e federais para estímulo e desenvolvimento da indústria e agricultura. Já por volta de 1950, com a migração para os Vales do Pindaré e Mearim, a economia passava por mudanças, principalmente com o cultivo do arroz e o extrativismo do babaçu. Essa mudança na estrutura econômica do estado teria sido favorecida pela construção de rodovias.

Essa situação muda, de acordo com as autoras, com o surgimento do interesse de “grandes fazendeiros, usineiros e comerciantes” (SIEBERT; SIEBERT, 2007, p. 234) que passaram a “engolir” os pequenos produtores, que eram obrigados a vender suas terras. De acordo com as autoras, “esse é um dos grandes problemas do nosso estado: os grandes fazendeiros acabam **comprando** as terras dos pequenos proprietários, transformando-os em lavradores sem-terra” (SIEBERT; SIEBERT, 2007, p. 234). No entanto, para elas, existem ações das instâncias governamentais para “melhorar” e/ou “solucionar” o problema dos pequenos produtores, “fornecendo-lhes terras e dando-lhes crédito para financiar e a adquirir os produtos e equipamentos de que necessitam para o trabalho” (SIEBERT; SIEBERT, 2007, p. 234).

Como já apresentado nesse trabalho, a compra não foi o principal meio de apropriação da terra pelos grandes produtores, principalmente com a formulação de uma estrutura burocrático-administrativa que favorecia a grilagem de terras, após a criação da Lei de Terras Sarney. A violência no campo maranhense se tornou o principal instrumento de reformulação da política fundiária do estado. O acesso às políticas agrárias durante o período militar de modo algum foram equitativas ou visaram a minimização das diferenças entre pequenos e grandes produtores.

Sobre o processo de industrialização nas últimas décadas, o livro apresenta uma lista de obras que representam um aprofundamento dos investimentos no segundo setor da economia, com a construção de um porto, de rodovias, da Usina de Boa Esperança, da ferrovia Carajás-São Luís, da Companhia Vale do Rio Doce e da Alumar.

No entanto, um ponto positivo da obra é apresentar que esses investimentos não produzem apenas benefícios à população, já que a implantação de empresas na ilha de São Luís, levou à desapropriação de terras, o que afetou o meio de sobrevivência dos indivíduos que ali residiam, gerando subemprego e trabalho informal, sem contar os impactos ambientais. Outro exemplo destacado pelas autoras é produto da instalação da ferrovia Carajás-São Luís, que produziu outras inúmeras desapropriações no meio rural, retirando das famílias do campo suas terras e produzindo um substancial êxodo rural e, conseqüentemente, propiciando a formação de favelas.

A obra apresenta um importante avanço nas discussões sobre o Maranhão durante a segunda metade do século XX, o que se deve principalmente ao fato do desenvolvimento das análises sobre os impactos gerados pelas políticas desenvolvimentistas no Maranhão. Porém, a obra apresenta uma narrativa muito simplória sobre os acontecimentos que envolvem o período republicano no Maranhão, não estabelecendo a necessária relação entre escolhas políticas e estruturas econômicas, sem destaque para os processos históricos que marcam o período. É importante observar que nenhuma das autoras tem formação na área de história, o que é bastante comum nas obras aqui apresentadas.

Entre 2010 e 2018⁸³ o principal livro didático de história regional utilizado na rede pública no estado foi o livro *História do Maranhão* de Francisco Coelho Sampaio e Maria

⁸³ Tivemos acesso a três edições: a 1ª edição, com o título *História do Maranhão* foi editado em 2008 e tinha como autor apenas Francisco Coelho Sampaio; a 2ª edição, com o mesmo título, teve sua publicação em 2011 e já contou com a coautoria de Maria Viana; a 3ª edição de 2014, recebeu o título de Estado do Maranhão. Todas as edições foram publicadas pela Editora Scipione e receberam resenhas no Guia do Livro didático (nos anos de 2010, 2013 e 2016).

Viana⁸⁴. O livro, voltado para o 4º e 5º ano é a principal produção didática em que os alunos das escolas públicas tem acesso, já que é o único fornecido pelo Estado durante o processo de escolarização.

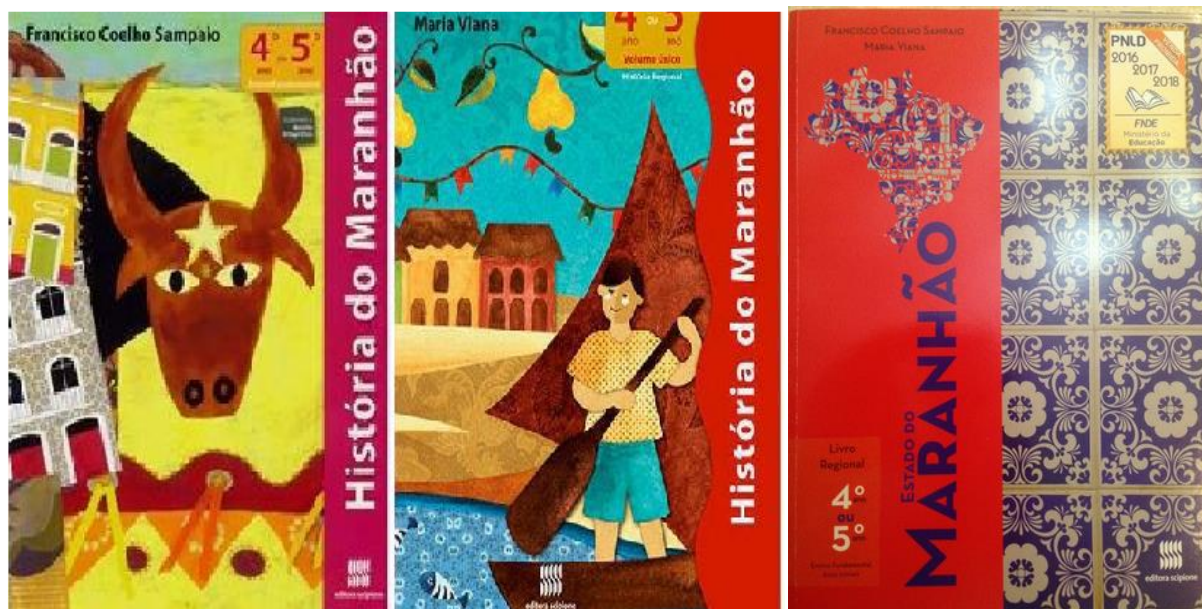


Figura 9 – Capa dos livros: (À esquerda) *História do Maranhão* (Ensino Fundamental quarta e quinta série), de Francisco Coelho Sampaio, com 1ª ed. em 2011, Editora Scipione, São Paulo, com 120 páginas. (No centro) *História do Maranhão* (Ensino Fundamental quarta e quinta série), de Francisco Coelho Sampaio e Maria Viana, com 1ª ed. em 2013, Editora Scipione, São Paulo, com 144 páginas. (À direita) *Estado do Maranhão* (livro regional quarta e quinta série), com 1º ed. em 2016, Editora Scipione, São Paulo, com 176 páginas.

Os livros, publicados pela editora apresentam uma estrutura com poucas alterações na primeira e segunda edição, já a terceira busca relacionar a narrativa histórica aos estudos sobre geografia do Maranhão⁸⁵. As obras, como a anterior, buscam fazer uma discussão com maior densidade crítica, apontando e diversificando os sujeitos da História. O século XX, por exemplo, ganha mais espaço nos livros (entre 20 e 34 páginas), mesmo deixando de fora processos históricos relevantes, como as disputas políticas em torno da adesão do Maranhão à república ou do controle da máquina pública no estado.

As análises em torno do período republicano se focam principalmente nas dinâmicas nacionais, apresentadas com maior destaque na obra. Desse modo, a história regional, que deveria ser o cerne da obra, é secundarizada, aparecendo apenas em momentos específicos.

⁸⁴ Francisco Coelho Sampaio, possui formação em Ciências Sociais e experiência na produção de livros sobre a história de Estados brasileiros, já Maria Viana tem formação em Letras, conforme especificado nos próprios livros didáticos analisados.

⁸⁵ A obra passou a agregar temas de História e Geografia do Maranhão como recomendação do Edital do PNLD/2016, tentando estabelecer uma visão que integrasse informações históricas e geográficas, dando aos educandos uma visão mais transdisciplinar

Por exemplo, no período da ditatorial os autores fazem uma introdução de quase três páginas para explicar o contexto nacional, algo importante, já que o livro é destinado a alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. No entanto, o produto desse período no Maranhão é apresentado em 4 parágrafos, que destaca os nomes de alguns indivíduos presos e cassados no estado e enfoca no governo de José Sarney e seu projeto de um “Maranhão Novo”, evidenciando algumas obras realizadas e descrevendo uma curta crítica, descrita abaixo, narrativa que se repete em todas as obras. Para os autores:

Durante o governo Sarney, além da falta de liberdade, graves problemas continuam fazendo parte da sociedade e da economia do Maranhão. Um exemplo disso era a má distribuição de renda, ou seja, a riqueza permaneceu nas mãos de poucos enquanto um grande número de pessoas vivia em condições miseráveis (SAMPAIO; VIANA, 2008, p.111; 2011, p.129; 2014, p.150).

Apesar da tentativa de estabelecer uma crítica ao governo de José Sarney, um dos atores políticos que receberam maior destaque durante o período militar no Maranhão, o autor não apresenta as relações entre a continuidade das problemáticas sociais e o projeto iniciado naquele período e continuado pelos governadores subsequentes, o que não produziu uma mera continuação das inconsistências socioeconômicas, mas em muito as aprofundou; dito de outro modo, o projeto do “Maranhão Novo”, alinhando à ditadura empresarial-militar, não pretendia sanar os problemas sociais dos indivíduos que viviam em situação miserável, mas modernizar a economia do estado com o favorecimento de grandes grupos econômicos.

Ademais, os autores não tocam, em momento algum, nos conflitos criados pela política fundiária levada a cabo pelos governos estaduais no Maranhão durante o período ditatorial, que favoreceu ainda mais o latifúndio e desapropriou terras de posseiros, quilombolas e indígenas.

No entanto, cabe aqui um destaque para a última obra, em seu capítulo intitulado “*Nova República e os dias atuais*”. Passando por implementações em relação as demais, a apresenta uma breve explicação sobre a estrutura política no Maranhão, destacando, em um único parágrafo, o domínio da família Sarney no Maranhão, muito embora o governo de Roseana Sarney (1995-2002) tenha sido o único a receber destaque pelos autores após a abertura política, sem fazer qualquer menção à agenda de privatizações realizada por ela.

Nesse espaço da obra os autores também fazem uma breve apresentação sobre a economia maranhense na atualidade, destacando, inicialmente, a produção agrícola e a questão agrária. Nesse sentido, Francisco Sampaio e Maria Viana evidenciam a predominância da produção rural no Maranhão, enfatizando a baixa produtividade decorrente das disparidades econômicas no campo e da falta de acesso às inovações por parte de pequenos produtores,

diferença que leva à transferência de terras e aprofundamento do latifúndio. No entanto, há uma falta de perspectiva histórica nessa narrativa, sendo necessário entender que os trabalhadores rurais maranhenses, como no restante do Brasil, foram excluídos do processo de modernização do campo, tendo sido desbaratado, durante a ditadura empresarial-militar, os seus principais organismo de mobilização.

Por fim, uma obra didática que ganhou relevo no Maranhão, foi o livro de Joan Botelho: *Conhecendo e Debatendo a história do Maranhão*. A partir de uma perspectiva revisionista da abordagem escolar⁸⁶, a obra é produzida com o propósito principal de dar subsídio aos estudos voltados para a preparação para os vestibulares, e que, entre outras coisas, permitisse um posicionamento mais crítico diante dos acontecimentos que marcam a história do estado, buscando, dessa forma, superar o mero concatenamento de fatos históricos. Assim o autor considera como princípios norteadores da produção didática:

[uma] visão teórica e crítica sobre o assunto histórico; temáticas não tradicionais; citações de autores renomados; associação da história com outros campos do conhecimento, literatura, sociologia, economia, política, cultura etc. inseridas em um mesmo contexto; valorização da pesquisa; resgate do documento na sua originalidade; notas explicativas de rodapé; questões objetivas e subjetivas com gabaritos e respostas comentadas; rica bibliografia (BOTELHO, 2010, p. 02).

O livro traz um enfoque crítico sobre o período ditatorial no Maranhão. Nesse sentido, ele prioriza as questões políticas na história na estadual, sobretudo os estudos sobre as oligarquias. Assim, o sarneísmo, como principal produto da ditadura militar, é inserido em uma reflexão mais ampla que inclui elementos da própria estrutura política, social e econômica do estado.

Ao contrário das obras didáticas que o precedem, o livro *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*, se preocupa em estabelecer uma perspectiva histórica mais ampliada dos acontecimentos. Um exemplo disso é o espaço atribuído ao período republicano na obra (cerca de 180 páginas), rompendo com o simplismo das produções anteriores. No entanto, é importante destacar que a obra tem como público-alvo estudantes do Ensino Médio, vestibulandos e concurseiros e que seu acesso é limitado, já que o livro tem como fim a comercialização.

⁸⁶ “A proposta de revisionismo da abordagem escolar do conhecimento histórico parte das considerações do Marxismo e sua crítica à relação entre a formação intelectual e a produção material. Com o avanço dos estudos, surgem as considerações da História Política, e por fim, as contribuições da História Cultural. O conhecimento histórico disciplinarizado no currículo escolar amplia a abordagem do ensino de história para além da versão centrada em fatos” (BITTENCOURT, 2004 *apud* MARTINS 2021, p.21).

De qualquer modo, a obra contribui para a difusão de um aprofundamento histórico sobre a conformação de uma estrutura política e econômica que se constitui no Maranhão ao longo do século XXI, o que permitiu a continuidade das oligarquias e dos contrastes sociais predominantes no estado.



Figura 10 – (À esquerda) Capa do livro Conhecendo e debatendo a história do Maranhão, com 1º ed. em 2010, editora Fort Gráfica, São Luís. (À direita) Capa do livro Conhecendo e debatendo a história do Maranhão, com 3º ed. em 2018, editora Impacto, São Luís, com 445 páginas.

O foco principal da obra no período da ditadura-empresarial militar é apresentar como se deu a ascensão de José Sarney à política do estado, bem como o favorecimento deste pelo regime, que passa a ser o principal nome ao governo do Maranhão com a cassação de seus adversários políticos. Como destaca o autor:

[...] José Sarney exerceu o poder no Maranhão a partir de 1966, sempre subserviente aos governos militares. Após o cumprimento do seu mandando, consolida a sua hegemonia política em todo o território maranhense, indicando ou elegendo quase todos os governantes do Maranhão até o início do ano de 2001 (BOTELHO, 2018, p. 305).

Desse modo, boa parte da discussão sobre a política maranhense nesse período se prende ao personagem de José Sarney e seu continuísmo na administração estadual, destacando a relação entre as obras realizadas em seu governo e construção de um discurso relacionado ao progresso e ao desenvolvimento, bem como os contratos gerados por essas ações políticas.

O autor dá destaque especial à política agrária e aos conflitos que ela produziu, discussão que recebe um tópico específico: *A questão agrária no Maranhão: Lei de Terras, grilagem e conflito*. Nele é feita uma apresentação sobre o modo de desenvolvimento econômico dependente do capital estrangeiro que foi implementado no Brasil a partir do segundo quartel do século XX, com investimentos na construção de estradas, o que atraiu projetos agropecuários

para a Maranhão. Esses projetos passaram a disputar a terra com os posseiros o que produziu um “quadro aterrador, marcado pela concentração fundiária e seguida pelo êxodo rural e conflitos” (BOTELHO, 2018, p. 323) principalmente após a década de 1960, já que a Lei de Terras instituída no governo de José Sarney agrava as disputas no âmbito rural. Deste modo a referida lei:

[...] é parte do discurso “modernizador” do governo Sarney, e ao se estabelecer, na década de 1960, provocou a reestruturação do mercado formal de terras, possibilitando a concentração fundiária por empresas e particulares, projetando a grilagem na Amazônia Legal. A consequência mais flagrante da grilagem foi a usurpação das terras dos camponeses, provocando grande êxodo rural e conflitos em várias regiões do Maranhão (BOTELHO, 2018, p. 323).

Já em seu capítulo 19 será apresentada a discussão sobre *O Maranhão dos grandes projetos e fortes impactos*. Como o próprio título sugere, a interpretação desenvolvida pelo autor relaciona a implementação de polos industriais no Maranhão à um conjunto de problemas sociais e ambientais, como é o caso da especulação rural às margens das rodovias e ferrovias utilizadas para o escoamento da mineração no Maranhão, o que teve como consequência a ocupação/apropriação “de terras devolutas, reservas indígenas e propriedades de pequenos agricultores” (BOTELHO, 2018, p. 339). Ou mesmo o crescimento desordenado na cidade de São Luís, produzido pela desocupação direta para a implementação do Grande Projeto Carajás, inclusive de áreas periféricas da cidade.

A contribuição da obra de Joan Botelho pode ser apresentada como um importante avanço no que diz respeito à interpretação sobre o Maranhão durante a ditadura empresarial-militar. Há um esforço do autor em apresentar uma perspectiva materialista histórico-dialética, com enfoque sobre a dimensão socioeconômica do período, destacando o aprofundamento da ingerência do capital internacional no Brasil e produzindo uma valorização de projetos agropecuários e industriais no Maranhão.

O autor dialoga com importante e já consolidada historiografia sobre o período, se embasando em pesquisas que já encontram espaço na academia. Esse, sem dúvida alguma, é um dos grandes méritos da obra, já que, ao contrário dos demais autores aqui apresentados, tem sua formação na área de História, ao contrário das demais obras apresentadas aqui, e tem larga experiência na educação básica do estado.

A formação de Joan Botelho e sua experiência na rede de ensino do estado podem ser fatores que explicam ainda a adoção dessa perspectiva interpretativa dada as disputas em torno do controle do político do Maranhão. Neste livro, ao excepcionalmente, há uma especificação

das estratégias produzidas pelas facções políticas para se manter no poder do estado, bem como uma crítica mais consistente ao grupo que dominou a política estadual nos últimos anos: o sarneísmo.

No entanto, o livro “*Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão*”, apesar de produzir uma reviravolta na produção didática sobre a História do Maranhão e mais especificamente sobre o período ditatorial no estado, tem, como já especificado, seu acesso limitado, já que a utilização da obra se limita a pré-vestibulares, preparatórios de concursos e escolas de educação básica em que, por iniciativa dos professores, há um redimensionamento da prática escolar. Portanto, “seu acesso tornou-se restrito aos discentes que o buscaram por meio de iniciativas pessoais, a partir do interesse em realizar exames vestibulares e concursos públicos” (MARTINS, 2021, p.36).

Além do mais, a obra, que conta com um volume substancial de informações históricas, apresenta um grau de complexidade que dificulta a compreensão de alunos do Ensino Fundamental, e mesmo de estudantes do Ensino Médio que não tenham uma base dos conteúdos abordados no livro, o que torna ainda mais indispensável a atuação do professor como mediador dos conhecimentos tratados no material didático.

Como se pode observar, as principais obras didáticas produzidas sobre o período da ditadura empresarial-militar no Maranhão não foram capazes de romper com uma cultura histórica que sustenta a ausência de mecanismo de repressão ou de ingerência ditatorial no Maranhão durante aquele período.

Desse modo, embora tenha havido um redimensionamento das interpretações sobre a ditadura no estado, com destaque para as análises que apontam para a implantação de projetos agropecuários e mineradores, produzindo os aprofundamentos dos conflitos no campo; as obras didáticas, principalmente sobre influência da Doutrina de Segurança Nacional e mesmo depois, aderem a um discurso desenvolvimentista que acaba exaltando a implementação de projetos econômicos de forma acrítica, sem a necessária especificação de seus impactos.

Como se pôde observar, essas produções narrativas que exaltam a implementação do projeto empresarial-militar ou, mesmo destacando seus impactos, não estabelecem uma clara relação entre medidas tomadas pelo Estado e o aprofundamento das problemáticas sociais, ajudaram em um primeiro momento a construir um consenso em torno das ações desenvolvidas pelo governo em alinhamento com o projeto de aprofundamento da ingerência do capital multinacional e associado, e depois permitiram a continuidade da popularidade do grupo sarneísta, já que evitaram relacionar diretamente as ações levadas por esse grupo, principalmente seu mentor, José Sarney, e os impactos por elas gerados.

Ademais, percebe-se que boa parte da produção didático-historiográfica que ganhou popularidade no Maranhão não teve como autores indivíduos com formação na área de História, o que limita significativamente as perspectivas e interpretações históricas das produções, principalmente sobre o período republicano, que até pouco tempo tinha um espaço bastante reduzido inclusive no meio acadêmico.

Essa deficiência analítica percebida na maior parte das obras, atreladas à falta de material didático e/ou ausência de difusão das produções voltadas para a educação básica, contribuem para uma interpretação simplificada sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão, ou para o inteiro desconhecimento de estudantes do ensino fundamental e médio sobre o período.

Por fim, é relevante destacar que a implantação de um programa de Pós Graduação em História com foco no ensino de história no Maranhão (PPGHIST), atrelada a uma já consolidada produção sobre a ditadura empresarial-militar permitiu um alargamento de materiais didáticos que tem como foco principal o redimensionamento das práticas pedagógicas que abordam a temática.

Quadro 8 – Dissertações e produtos do PPGHIST (UEMA) sobre história da ditadura empresarial-militar no Maranhão.

AUTOR	DISSERTAÇÃO	PRODUTO
Drielle Souza Bittencourt	História Política, Biografia e Imprensa: uma nova ferramenta para Ensino de História do Maranhão Contemporâneo por meio da Trajetória Política de José Sarney (1950-1970) (2019)	A Trajetória Política de José Sarney (1950-1970)
Adriano Negreiros da Silva	DITADURA EM QUADROS E QUADRINHOS: Aplicação escolar do paradidático Piada Pronta a partir da linguagem iconográfica da crítica ilustrada sobre a ditadura empresarial-militar brasileira (1975-1985) (2018)	Piada Pronta: A revista que não esconde o riso
Leonardo Leal Chaves	ENSINO DE HISTÓRIA, CIBERESPAÇO E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do “Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão” (2018)	Website: http://acervodigitalanistiamaranhao.net/

Mariana da Sulidade	A LUTA PELA TERRA EM SALA DE AULA: Ensino de História no Maranhão Contemporâneo e Produção do Paradidático “Terra Livre” (2018)	Terra livre – A luta pela terra no Maranhão Contemporâneo
---------------------	---	---

Disponível em: https://www.ppghist.uema.br/?page_id=458, Acesso em: 24/06/2021

Todavia, embora tenha havido essa ampliação dos materiais didáticos disponíveis para a compreensão das particularidades regionais durante o período ditatorial, existe ainda a necessidade de maior difusão desse material, já que há um desconhecimento dessas obras no meio escolar. Depende-se, portanto, do poder público para que se construa mecanismos de acesso e publicização das mesmas. Somente a partir de ações desse tipo é que se pode romper com os subterfúgios interpretativos que dominam a cultura histórica sobre o ditadura empresarial-militar no Maranhão.

Diante disso, é fundamental a elaboração de propostas pedagógicas que possam romper com os distanciamentos entre o saber acadêmico e o saber ensinado sobre a ditadura empresarial-militar no Maranhão. E é nesse intuito que foi pensado o *Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão*, ele busca inserir no contexto escolar discussões sobre o caráter empresarial-militar do período ditatorial e romper com a cultura histórica que se produziu sobre aquele decurso no estado.

3.3 Ampliando os horizontes pedagógicos: *O Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão*

O dicionário fruto desse trabalho de pesquisa que tem como principal objetivo a integração de uma produção histórica nível nacional com aquilo que é produzido pelos historiadores maranhenses. No entanto, deu-se prioridade às formulações teórico-historiográficas abordadas nesse trabalho, levando em consideração a inserção do Maranhão na lógica da ditadura empresarial-militar. Portanto, é dada preferência às conjunturas político-econômicas e suas implicações na realidade histórica maranhense.

Pensar o dicionário como uma ferramenta pedagógica, de acordo com Werbeth Belo, tem duas potencialidades: a) como subsídio às discussões, tanto aos discentes quanto docentes, acerca do aprofundamento conceitual que aparecem genericamente no livro didático e; b) “como recurso central na promoção de debates em sala de aula” (BELO, 2018, p.201). Diante disso, produzir um dicionário que possa englobar conceitos e informações históricas sobre a ditadura empresarial-militar e suas implicações no Maranhão permite não só introdução da temática na escola, mas a sua interlocução com as temáticas presentes no material didático. Tal como observa Alessandro Oliveira e Pierre Costa (2013), o paradidático:

[...] É um material pensado para ser um apoio ao professor, em assuntos específicos, esse pode ser um livro, uma figura, um quadro, um filme ou qualquer outro material que remeta a um assunto de interesse do profissional. Este não é um material de grande aprofundamento teórico, ou seja, não substitui em caso algum as obras de grandes autores (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p.07).

Além disso, “o paradidático também pode ser utilizado como aprofundamento teórico por parte do professor, conhecendo mais a respeito de conteúdos que não domine bem” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p.08).

No entanto, de acordo com Circe Bitencourt, o conhecimento escolar, comparado ao historiográfico, produz-se por intermédio da aquisição de *conceitos, informações e valores*, especialmente os cívicos que se relacionam à formação da *cidadania*. Nesse sentido, além das informações históricas e suas problematizações o Ensino de História deve se preocupar com a formulação conceitual e suas implicações, pois “a história escolar deve estar articulada desde o início da escolarização, com os fundamentos teóricos” (BITENCOURT, 2008, p. 195, **grifo meu**).

O produto educacional contém informações históricas, conceitos e biografias que possibilitam um diálogo coerente e capaz de integrar as diferentes espacialidades, mas que, ao mesmo tempo, permitam visualizar processos históricos particulares e concomitantes, que pretendem ampliar a percepção dos alunos sobre a multiplicidade histórica e historiográfica do Brasil.

Entende-se, nesse sentido, por informações históricas o conjunto de pressupostos factuais que permite apreender a conjuntura de determinado período histórico. Nesse conjunto de verbetes estão inseridos dados sobre questões fundamentais para a compreensão do contexto da ditadura empresarial-militar no Maranhão, construindo um paralelo com as dimensões globais e nacionais, dando enfoque, ainda, às instituições elaboradas pelo Estado maranhense, e que serviram de mecanismos para a inserção do Maranhão na lógica golpista. Uma importante noção que deverá ser aprofundada aqui é a de simultaneidade, que permitirá aos alunos complexificar a realidade histórica.

Além da perspectiva de simultaneidade é possível também trabalhar noções de rupturas e continuidades, já que as verbetes apresentados proporcionam um diálogo com a realidade atual do estado, permitindo paralelos que ampliam a compreensão do aluno sobre a realidade inserida. Desse modo, os verbetes de cunho histórico-informativo buscam interligar realidades globais e nacionais às regionais, seja por meio de notas de remissão ou dentro do desenvolvimento de dado verbete.

Foram consideradas, ainda, as elaborações de Reinhart Koselleck sobre as implicações sociais e políticas da história dos conceitos. Nesse sentido, o autor aponta para uma metodologia especializada de “crítica das fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político” (KOSELLECK, 2006, p.103). Esse pressuposto permite avaliar os conceitos que, construídos dentro do ambiente político e social maranhense, permitiram a formulação de uma interpretação sobre a realidade regional.

Portando, entendemos que além dos conceitos e categorias que são utilizados para compreender o contexto histórico nacional e que também estão presentes no *Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão* são elencados pela historiografia formas próprias de compreensão do período dentro das dinâmicas produzidas no estado e por isso a presença dessas palavras-chave no dicionário se faz necessárias. Categorias e conceitos como oligarquia, sarneísmo, vitorinismo que evidenciam formas de organização da política no estado dialogam diretamente com a cultura histórica regional. Deste modo, a compreensão de suas conjunturas de formação e seus significados historicamente produzidos permite enfrentar as imprecisões de suas aplicações no cotidiano. Como destaca Circe Bitencourt:

Esses conceitos e noções empregados com frequência são evidentemente necessários para tornar o objeto histórico inteligível. No entanto, é importante que se forneça uma descrição mais precisa deles, exatamente porque são expressões conhecidas por todos e, nesse sentido, seu uso torna-se arriscado, em razão do significado que assumem em cada época (BITTECOURT, 2008, p. 193).

Para escolha dos verbetes biográficos foram considerados os indivíduos que estiveram diretamente relacionados à implantação desse projeto golpista no Maranhão, bem como membros dos grupos perseguidos pela ditadura, já que personagens com projeções sociais variadas permitem, no meio escolar, uma reflexão sobre a relatividade do “poder de decisão e ação das pessoas diante das estruturas sociais” (MONTEIRO; MÉNDEZ, 2012, p.93). Portanto, leva-se em consideração aquilo que foi exposto por Pierre Bourdieu, para quem: tratar uma trajetória de vida como uma história coerente, sequencial, unidirecional seria se conformar com uma “ilusão retórica”. Logo é necessário observar os sujeitos históricos em suas multiplicidades (BOURDIEU, 2006, p.185-190).

Nesse caso, o professor pode relacionar diferentes trajetórias, principalmente do meio político, destacando similitudes e particularidades que ajudam a compreender a composição do cenário político maranhense da época, como a origem interiorana, a formação em profissões

liberais, principalmente medicina e direito, e as formas de acesso na representação pública, sobretudo mediante ao apoio de personagens de relevo político liberal. Podem também ser confrontadas essas trajetórias às de lideranças populares, como Manoel da Conceição, importante liderança camponesa, preso e torturado pelos mecanismos de repressão.

Portanto, o papel do professor é fundamental, já que sem sua interferência pedagógica a aprendizagem será limitada, pois o conhecimento histórico é um conhecimento relacional. É justamente seu trabalho de recorte e mediação que permitirá uma compreensão global do que se apresenta. Além disso, alguns verbetes destacam conteúdos em que os alunos já devem ter algum domínio, principalmente momentos anteriores aos analisados e, nesse caso, a intermediação do professor tem papel fundamental no aprofundamento das noções de processo histórico.

Além dos verbetes, o dicionário traz alguns *boxes* que buscam aprofundar das temáticas presentes, entre eles estão: 1) *Por dentro dos fatos*: que busca evidenciar fatos históricos de relevância e que não foram abordados no trabalho; 2) *Para refletir*: que pretende relacionar temáticas analisadas na obra e sua continuidade na atualidade, buscando evidenciar problemáticas sociais produzidas e/ou aprofundadas pela ditadura; 3) *Sugestão de leitura*, que apresenta obras importantes para compreensão de nuances da temática estudada; 4) *De olho no documento*, que traz uma documentação produzida no período e em decorrência dos acontecimentos estudados para interpretação e reflexão.

Por fim, deve-se ressaltar que a abordagem teórico-historiográfica adotada se relaciona diretamente com a perspectiva materialista histórico-dialética e que se sustenta principalmente na participação de setores econômicos empresariais na produção do golpe e participação nas decisões estatais. Como bem observa Manoel Salgado Guimarães (2009), a história escolar também se relaciona de perto com as problemáticas de uma “escrita da história”. Nesse sentido, duas questões são preponderantes na produção do dicionário: 1) uma perspectiva de articulação dos conhecimentos históricos produzidos em espaços geográficos distintos com a valorização do regional como parte fundamental para compreender o nacional, pois história da nação não pode ser universalizada a partir das construções de grandes centros sem levar em consideração a multiplicidade conjuntural do país; e 2) o posicionamento quanto as interpretações sobre o período analisado. E nesse sentido, mais uma vez a presença do professor torna-se elemento fundamental, visto que ele tem a “bagagem” intelectual para problematizar questões dessa ordem e a capacidade de mediatizar esses conhecimentos.

Espera-se que esse *Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão* possa servir de subsídio nas aulas de história da ditadura empresarial-militar, nas

escolas da educação básica do estado. Que os verbetes nele constantes possam ser utilizados como meio de iniciar uma discussão mais profícua sobre como a inserção do Maranhão em um conjunto de interesses que ajudaram a produzir (ou perpetuar) um cenário social problemático, sobretudo, a partir de informações e conceitos chave, bem como da exposição de trajetórias pessoais que, por diferentes motivos, se aproximam ou se afastam dos grupos de interesse que tomam o Estado em 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação dos trabalhos acadêmicos sobre o período que compreende à ditadura empresarial-militar no Maranhão tem contribuído significativamente para romper com o senso comum que defende a pouca influência que os sistemas de repressão teriam no estado. Tem contribuído para isso, primeiramente, o crescente interesse da comunidade acadêmica sobre a interferência dos mecanismos políticos e econômicos produzidos pela ditadura, mas também, o acesso à documentações sobre o período, importante dinamizador das produções dos historiadores locais, que podem não somente ampliar sua lente quanto aos objetos a serem estudados, como também aprofundar a compreensão desses objetos.

Diante disso, a perspectiva de uma ditadura empresarial-militar no Maranhão dialoga de perto com as formas como o Estado maranhense passa a se estruturar, principalmente, a partir de 1965, com a chegada de José Sarney ao governo. Existem subsídios necessários para afirmar que, a partir daquele momento, os interesses empresariais, principalmente da agropecuária, passam a ser os catalizadores da política estatal, não somente devido a concessão de benefícios, como terras e financiamento, mas porque o Estado sofrerá uma estruturação, com a criação de organizações voltadas para o desenvolvimento de um projeto de ampliação da ingerência do capital financeiro sobre antigas perspectivas de produção.

Essa divergência dos modelos de produção colocará em rota de colisão os beneficiários da política econômica regional então adotada (latifundiários, agroindustriais) e antigas formas de apropriação da terra (posseiros, pequenos produtores rurais). Isso não implica dizer que já não existisse um processo de reconfiguração do campo no Maranhão, mas a forma como o Estado irá se posicionar e, principalmente, legislar ampliou significativamente aqueles conflitos.

De todo modo, a ditadura empresarial-militar buscou desestruturar antigas formas de mobilização de trabalhadores na cidade e no campo, abafando um processo de reivindicação pela ampliação da democracia excludente em favor das classes dominantes. Ela adaptou e readaptou o Estado e as formas de organização política para atender a interesses privados do *bloco no poder*. Nesse sentido, tornou-se necessário, entre outras coisas, controlar os processos de sucessão de poder e o jogo partidário.

No Maranhão, a apropriação das ferramentas repressoras produziu uma dinâmica de continuidade do aprofundamento da ingerência capitalista, mesmo em governos localizados em grupos políticos distintos. Logo, o ponto comum dos principais grupos políticos presentes no Maranhão foi a relação que estabelecia com o executivo federal e o com o projeto prioritário de

substituição dos modelos de produção regionais com base nas diretrizes da coalização empresarial-militar.

Nesse mesmo sentido, além das cassações de importantes figuras do meio político, a formação de um sistema bipartidário foi fundamental para a manutenção do controle dos objetivos esperados pela ditadura, posto que permitiu a formação de um partido majoritário que englobava diferentes grupos políticos em disputa no Maranhão, transformando, assim, a ARENA em um sustentáculo das ações de reconfiguração do Estado maranhense e o MDB em partido sem expressão, pelo menos até 1978, quando eclode o movimento “Oposição pra Valer”, com o surgimento de importantes lideranças.

Mas os interesses empresariais no Maranhão não se ativeram apenas à ampliação da fronteira agropecuária. A atração de investimentos privados em larga escala também era um de seus objetivos. Desse modo, a política econômica do eixo Norte-Nordeste ganharia um novo episódio com a criação do Projeto Grande Carajás, que reuniu capital público e privado para exploração mineral, gerando fortes impactos sociais, econômicos e ambientais. A implantação do projeto se alinhava com as políticas desenvolvimentistas defendidas pelo Estado restrito em âmbito regional, que também foi base para fortes investimentos em infraestrutura rodoviária e portuária e na criação de polos industriais visando transformar o Maranhão em um atrativo para a classe empresarial.

No entanto, o saldo dessa política foi a ampliação dos conflitos por terra, tanto diretamente, visto que a implantação desses projetos levava a desapropriação de áreas já ocupadas, quanto indiretamente, devido ao crescimento do interesse de grandes produtores rurais sobre as margens de rodovias e ferrovias, que atrelado ao estabelecimento de portos, permitiria o escoamento de suas produções. Além do mais, a implantação de projetos industriais e agropecuários baseados na mecanização dispensavam mão de obra e não geravam empregos suficientes para atender uma população em crescente êxodo rural, que passaria a ocupar áreas periféricas, sujeitos a marginalização e/ou ocupação informal.

Portanto, estudar a ditadura empresarial-militar no Maranhão é compreender os processos que sustentaram a continuidade da exclusão do Maranhão do acesso ao desenvolvimento, visto que o favorecimento das classes dominantes, não só boicotou as formas de organização das classes trabalhadores, como também limitou significativamente o acesso da população a melhores condições de vida e trabalho.

A introdução desse conhecimento na educação básica permite, por um lado, compreender a complexidade dos processos históricos em um país com as dimensões que tem o Brasil, contribuído para o aprofundamento da noção de simultaneidade; e por outro, um

entendimento, por parte do estudante maranhense das rupturas e continuidades entre o momento estudado e a realidade em que está inserido.

Todavia, a valorização das produções históricas regionais e sua inserção no meio escolar se esbarra em políticas educacionais de cunho nacionalizantes, como é o caso da construção de uma Base Nacional Comum Curricular (2017), que, apesar de prever uma parte diversificada, não constrói espaços para a valorização da relação do aluno com seu meio social e histórico, principalmente porque, por um lado, existe a aplicação de avaliações educacionais que buscam padronizar a educação nacional em seus mais diversos espaços e a adoção de livros que seguem diretrizes nacionais, e por outro, a crescente vigilância do professor quanto a adoção das bases curriculares nacionais como único instrumento norteador do que deve ser estudado.

Desse modo, a produção de materiais didáticos que possam englobar a realidade local/regional tem sido uma exigência constante dos professores maranhenses para dinamizarem as aulas e introduzirem temáticas voltadas para a História do Maranhão. A criação de um Documento Curricular do Território Maranhense (2019), que busca integrar conhecimentos nacionais e locais é um importante instrumento de readequação do ensino. No entanto ainda é necessário um encaminhamento melhor das diretrizes, já que, mesmo a partir de uma perspectiva utilitarista, não foi capaz de estipular habilidades que dialoguem diretamente com a realidade do aluno maranhense e seu entorno.

Nesse mesmo sentido, a “transposição didática” sobre a história da ditadura empresarial-militar no Maranhão, embora, como vimos, tenha evoluído nos materiais didáticos com os avanços das discussões sobre o período, essa evolução não consegue atingir de forma significativa as diferentes realidades educacionais, já que uma das principais obras a problematizar a conjuntura analisada se restringe a poucos espaços, por se tratar de um livro que depende do interesse pessoal, restrito a indivíduos que buscam prestar concursos e vestibulares e professores interessados em ampliar a temática sobre o Maranhão em suas aulas.

É nesse sentido que surge o *Dicionário Histórico-biográfico da Ditadura Empresarial-militar no Maranhão*, ele pretende ser uma alternativa facilitada de pesquisa sobre o período analisado, mas sem deixar de viabilizar uma complexificação da realidade estudada. O eixo que norteia todo o dicionário dialoga diretamente com a perspectiva de que o golpe e a ditadura que o sucede são fruto de uma conspiração entre setores empresariais e militares e que, diante disso, produziram uma realidade específica no Maranhão, incentivando a expansão da fronteira agropecuária e buscando atrair investimentos industriais visando a entrada do Maranhão em lógica capitalista dependente.

REFERÊNCIAS

- ABREU. Alzira Alves de. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). In: ABREU. Alzira Alves de *et al* (orgs.) **Dicionário histórico e biográfico Brasileiro –Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em: 15 de set. de 2020.
- ABUD, Kátia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (orgs.). **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editora, 2017, p. 13-16.
- ABUD, Kátia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 42, p. 163-171, out./dez. 2011.
- ALENCAR, Fábio Aquiles Martins de. **Onde há fogo, há música: a repressão militar nas décadas de 1960 e 1970 cantada e contada por cantores maranhenses**. São Luís: UEMA, 2006. 51 f. Monografia (Graduação em História) - Centro de Ciências Exatas e Naturais- CECEN, Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- ALMEIDA, Desni Lopes; BARBOSA, Zulene Muniz. A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. In. V simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: revoluções nas Américas: passado, presente e futuro, 2016, Londrina. **Anais...** Londrina, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4/zulene_e_desni_GIV.pdf. Acesso em: 08 de ago. de 2020.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- ARAÚJO NETO, Wilson Pinheiro. **O Jornal Pequeno e a Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão: A perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato do dia 6 de abril**. São Luís: UEMA, 2016. 67 f. Monografia (Graduação em História). Centro de Ciências Exatas e Naturais- CECEN, Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. **Antúteses**, vol. 3, n. 6, pp. 703-728, jul.-dez. de 2010.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BARBOSA, Zulene Muniz. As “temporalidades” da política no Maranhão. **Lutas Socais**, nº9/10, pp. 19-26. São Paulo, 2003.

BARBOSA, Zulene Muniz. **O GLOBAL E O REGIONAL: contradições entre os grandes empreendimentos e as desigualdades sociais no Maranhão.** In. V jornada Internacional de políticas pública, 2011, São Luís. **Anais...** São Luís, 2011. Disponível em: http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/arti cle/download/3651/pdf_11. Acesso em: 05 de set. de 2020.

BELO, Werbeth Serejo. **Uma perspectiva “imparcial” do “Milagre econômico”:** constituindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista. São Luís: UEMA, 2015. 131 f. Monografia (Graduação em História) - Centro de Ciências Exatas e Naturais- CECEN, Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. Sobre o passado de ontem. In. BITTENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.) **Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos.** São Luís: Café & Lápis, 2014, p. 11-14.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **História política, biografia e imprensa: uma nova ferramenta para o ensino de História do Maranhão Contemporâneo por meio da trajetória política de José Sarney (1950-1970).** São Luís: UEMA, 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: 2019a.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **A trajetória política de José Sarney (1950-1970).** São Luís: UEMA, 2019b.

BORGES, Arleth Santos. **Eleições 2006 e mudança política no Maranhão: alternância de governo e cenários para a alternância de políticas.** Fundação Joaquim Nabuco. 2006. Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=comcontent&view=artic le&id=2169%3ael eicoes-2006-e-mudanca-politica-no-maranhaoalternancia-degovernoecenarios-para-aalternancia-de-politicas&catid=58&Itemid=414>>. Acesso em: 14 de mai. de 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192

BRASIL, MINIST. DE EDUCAÇÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino fundamental.** 1ª ed ed. Rio De Janeiro: FGV, 2019

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular [BNCC]. **Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf> . Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. Guia de livros didáticos: **PNLD 2016: Ciências Humanas e da Natureza Coleção Integrada e Livros Regionais: ensino fundamental anos iniciais.** Brasília, Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.

BRASIL. Guia de livros didáticos: **PNLD 2013: história**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

BRASIL. Guia de livros didáticos: **PNLD 2010: História**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v.134, n. 248 23 de dez. de 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL. **Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965**. Dispõe sobre a organização dos partidos políticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-004-65.htm. Acesso em: 09 jul. 2020

BRASIL. **Ato institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966**. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 04 jul. 2020

BRASIL. **Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a constituição federal de 1946, as constituições estaduais e respectivas emendas, com as alterações introduzidas pelo poder constituinte originário da revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 14 jul. 2020

BRASIL. **Ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 25 jul. 2020

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. 2ª ed. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2010.

BURKE, Peter. Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro. In.: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p.7-37.

BUZAR, Benedito B. **Vitorinismo e Oposicionistas**. São Luis: Lithograf, 2001.

BUZAR, Benedito B. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luis: Lithograf- Indústria Gráfica e editora Ltda, 1998.

CAIMI, Flavia Eloisa; ROCHA, Helenice Aparecida. A[s] história[s] contada[s] no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 125-147, 2014.

CAIMI, Flávia Eloisa. História convencional, integrada, temática: uma opção necessária ou um falso debate? **In.** XXV Simpósio Nacional De História., **2009**, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnaconal/S.25/ANPUH.S25.0301.pdf>. Acesso em: 04 de abr. de 2020.

CALDEIRA, José de Ribamar Costa. **As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-1930**. Campinas: Unicamp, 1981. 324 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281739> Acesso em: 01 de nov. de 2019.

CALDEIRA, José de Ribamar Costa. As eleições de 1974 no Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 46. Belo Horizonte, UFMG, 1978.

CALDEIRA, José de Ribamar Costa. Estabilidade Social e Crise Política: O caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. nº 43, Belo Horizonte, UFMG, 1976.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.11, n. 26, p. 255 – 286, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019255/9960>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021

CÁRIO, Silvio A. Ferraz. A natureza do último pensamento de Poulantzas acerca do estado capitalista. **Textos de Economia**, v. 3 n. 1. Santa Catarina: 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6703>. Acesso em: 16 de mai. de 2021.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAVES, Leonardo Leal. **Ensino de História, ciberespaço e novas tecnologias de informação**: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão. São Luís: UEMA, 2018. 273f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: 2018.

CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica. Del saber sabio al saber enseñado**. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, s.d.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá, PA: Editora IGUANA, 2015. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2015-Projeto-Grandes-Caraj%C3%A1s.pdf>>. Acesso em: 04 de abr. de 2021

CÔRREA, José Rossini Campos do Couto. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos. FARIAS, Maria Celeste Gomes de. SOUZA, Michele Borges de. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação de professores no Brasil:

Retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 91-120, jan./jun. 2019.

COSTA, Odaléia Alves da. **A produção da disciplina escolar e os escritos em torno dela: os estudos sociais do Maranhão**. Teresina: UFPI, 2008, 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí. Teresina: 2008.

COSTA, Wagner Cabral. Do Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida *et al* (orgs.). **Histórias do Maranhão em tempos de República**. Jundiaí: Paço Editorial, 2015, p. 187-233.

COSTA, Wagner Cabral, **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

COSTA, Wagner Cabral. Novo Tempo / Maranhão Novo: quais os Tempos da Oligarquia? In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CUNHA. Manoel Afonso Ferreira. **IMPrensa E GOLPE DE ESTADO NO MARANHÃO: o posicionamento institucional dos jornais O Imparcial e Jornal Pequeno durante o governo João Goulart**. São Luís: UEMA, 2015. 58 f. Monografia (Graduação em História) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís: 2015

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, 192 p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (Livro 3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ECHEVERRIA, Regina. **Sarney: biografia**. São Paulo: Leya, 2011.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.181-212, 2004.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, p. 343-404.

FERREIRA JUNIOR, José. Jornal do Povo: extinto em função do golpe de Estado de 1964 e reverenciado pela história da imprensa maranhense. In. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: http://intercom.org.br/papers/nacionais/2014/lista_area_DT1-HJ.htm. Acesso em: 23 de jan. de 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 79-93, janeiro-junho de 2008,

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Tradução de Carlos Roberto Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa**: memórias. Rio de Janeiro: Guavira Edições, 1978.

GASPARI, elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

COSPITO, Giuseppe. Verbete: hegemonia. In. LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

GISTELINCK, Franz. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: ed. do autor, 1988

GOMES, Ângela Castro (org.). **Regionalismo e centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Márcio Henrique Baima. **A história do Maranhão no currículo do ensino médio (1996 – 2016)**. São Luís: UEMA, 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós -Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. “História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância”. In. MONTEIRO, A. M. e GASPARELLO, A. M. e MAGALHÃES, M. S. (orgs.). **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, pp. 175-185.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 05. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 01. São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/160>. Acesso em: 05 de jan. de 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A Escrita da História e Ensino da História: Tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A Escrita da História Escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.35-50.

GRILL, I. G.. Ismos. Ícones e Intérpretes: as lógicas das etiquetas na política de dois estados brasileiros (MA e RS). **Revista de Sociologia e Política**. V. 20(43), 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Serviço Nacional de Recenseamento. **Censo Demográfico de 1960: Série Regional: Maranhão e Piauí**, v.1, Tomo III, 1ª parte. 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=de_talhes. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). **A grilagem de terras na Amazônia brasileira**. Brasília: MMA, 2006.

KOSELECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KREUTZ, Arno. **O projeto João de Barro: Uma experiência oficial de educação popular no Maranhão**. Rio de Janeiro: FGV, 1982. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 1982.

LAMARARÃO, Sérgio. Frente de Mobilização Popular. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (orgs.) **Dicionário histórico e biográfico Brasileiro –Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-de-mobilizacao-popular-fmp>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEMELHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LEMOES, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jun/ jul. 2014.

LUNA, Regina C. **A terra era liberta: um estudo sobre a luta dos posseiros pela terra no Vale Pindaré**. São Luís. EDUFMA, 1984.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Entre o nacional e o regional: uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino de História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 293-319, jul. 2017.

MACHADO, Ironita P. **História Regional em Sala de Aula [recurso eletrônico]**, Passo Fundo: Ed. Universidade Passo Fundo, 2014.

- MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In.: _____ (org.) **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 11-26.
- MARTINS, Dayse Marinho. **Currículo e Historicidade**: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902-2013). São Luís: UFMA, 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.
- MARTINS, Dayse Marinho. O Revisionismo no ensino de história do Maranhão: o livro didático conhecendo e debatendo a história do Maranhão de Joan Botelho In.: MARTINS, Dayse Marinho; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (Orgs). **Ensino de História local/regional**: abordagens e práticas. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2021.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: Consciência, Pensamento, Cultura, Ensino. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 42, out./dez., Editora UFPR, p. 43-58. 2011.
- MARTINS, Rosa Mochel. **Conheça o Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1971.
- MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. Ensino de História: Materiais Didáticos sobre a História do Maranhão em variados contextos educativos. In. XXIX Simpósio Nacional de História- contra os preconceitos: história e democracia. Brasília. **Anais...** Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 04 de abr. de 2020.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964.” **História & Luta de Classes**, n. 1, p. 7-18, 2005.
- MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. **História & Luta de Classes**, nº 17, mar. 2014
- MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. **Outubro**. n. 14, p. 111-130, 2º. sem. 2006.
- MENDES, Breno. Ensino de História, Historiografia e Currículo de História. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020.
- MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: Algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, v. 9, out. 2003. p. 37-62.
- MONTEIRO, K. M. N.; MÉNDEZ, N. P. Gênero, biografia e ensino de história. **Aedos**, Porto Alegre, n. 11, vol. 4, pp. 84-97, set. 2012.
- MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, Lúcia Maria de; AROEIRA, Maria Luísa Campos; CALDEIRA, Maria José. **Gente, terra verde, céu azul: História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MORAES, Paulo Leandro da Costa. **O MDB-MA e seu “novo estilo de fazer oposição”**: instalação e composição do Movimento Democrático Brasileiro no Maranhão (1965-1966). São Luís: UEMA, 2018. 88f. Monografia (Graduação em História) — Centro de Ciências Exatas e Naturais- CECEN, Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MURAD, Maria Ceres Rodrigues. **Pedra da Memória: estudos sociais do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1979.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**, 1ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **História do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

NASCIMENTO, Maria Nadir, CARNEIRO, Deuris de Deus Moreno Dias. **Terra das Palmeiras: geografia e história do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1996.

NASCIMENTO, Maria Nadir; CARNEIRO, Deuris de Deus Moreno Dias. **Terra das Palmeiras: estudos sociais: Maranhão, 4ª série**. São Paulo: FTD, 1984.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão. **História da Historiografia**, n. 13, p. 130-143. dez. 2013.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **“Porque muitos juraram para trair”**. São Luís: EDUEMA, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança Nacional em Regiões de Fronteira: O Rio Grande do Sul e a Rede de Direitos Humanos. In. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal. **Anais...** Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/27/1364702100_ARQUIVO_EnriqueSerraPardros.pdf. Acesso em: 19 de abr. de 2020

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**, v.4, p. 43-49, 2007.

PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)**. São Carlos: UFSCar, 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos. 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal, CAETANO, Maria Raquel, ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **RBPAAE** - v. 35, n. 1, p. 035 - 056, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/93094/52791>> Acesso em: 19 de abr. de 2020.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo: Política e Educação no Maranhão**. Rio de Janeiro: FGV, 1982. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 40, nº03. julho - setembro. 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4207148/mod_resource/content/1/516_05_semin%C3%A1rio_PIRES_o%20termo%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20conservadora.pdf>. Acesso em: 08 de abr. de 2021

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo. Alfa-Ômega, 1976.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Ferreira, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. 2ª ed. São Luís: [s.n.], 2013

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1950-1930)**. Campinas: Unicamp, 1992. 228 f. Dissertação (mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278814>. Acesso em: 01 de nov. de 2019.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. **A Escrita da História Escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAMPAIO, Francisco Coelho; VIANA, MARIA. **Estado do Maranhão, 4º ou 5º ano**: volume único: livro regional. 1º ed. São Paulo: Scipione, 2014.

SAMPAIO, Francisco Coelho; VIANA, MARIA. **História do Maranhão, 4º ano ou 5º ano**. São Paulo: Scipione, 2011.

SAMPAIO, Francisco Coelho. **História do Maranhão, 4º ano ou 5º ano**. 1º ed. São Paulo: Scipione, 2008

SANTOS, Frednan Bezerra; TAVARES, João Claudino. Questão Agrária e violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**. v. 20, n.1, p. 361-382, jan./jun. 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, set./dez. 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C. GASPARELLO, Arlette Medeiros, MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007, p. 187-198.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. A Política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antonio Gramsci. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.25, p. 3 –12, mar. 2007.

SIEBERT, Célia; SIEBERT, Renata. **Maranhão: história e geografia**. São Paulo: FTD, 2007

SILVA, Adriano Negreiros da. **A ditadura em quadros e quadrinhos**: aplicação escolar do paradidático “Piada Pronta” a partir da linguagem iconográfica da crítica ilustrada sobre a ditadura empresarial-militar brasileira (1975-1985). São Luís: UEMA, 2018, 164f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

SILVA, Adriano Negreiros da. **Piada pronta: a revista que não esconde o riso**. São Luís: UEMA, 2018.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educ. Real**, Porto Alegre, v. 37, n.3, p. 803-821, set./dez.2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/wNQB9SszJFYhbLVr6pqvp4wg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de fev. de 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÓ uma Grande Bancada Nacionalista Decidirá os Destinos do País. **Tribuna do Povo**, São Luís, p. 4, 2 out. 1958.

SOUZA, Jhonatan Uelson Pereira. Alguns desafios para o planejamento e desenvolvimento do Maranhão, Brasil: Contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação. **Planejamento e políticas públicas – PPP**, n. 37, jul./dez.: 2011.

SULIDADE, Mariana da. **A luta pela terra em sala de aula: Ensino de História no Maranhão Contemporâneo e a Produção do Paradidático “Terra Livre”**. São Luís: UEMA, 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

SULIDADE, Mariana da. **"Terra Livre"**: São Luís: UEMA, 2018.

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais Sem Terra/MST no Maranhão (1990-2000)**. Florianópolis: UFSC, 2008. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

THOMPSON, Eduard Palmer. Intervalo: A lógica Histórica. In: THOMPSON, Eduard Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-61.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**. Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004 a.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 13-22, 2004 b..

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos: Eleições Federais, estaduais: quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963. v.7. [s.l.]: **Departamento de Imprensa Nacional**, 1973. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5302>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. v. 8. [s.l.]: **Departamento de Imprensa Nacional**, 1971. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13036>. Acesso em: 15 de set. de 2020

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores, Referendum 6.163, v. 6. [s.l.]: **Departamento de Imprensa Nacional**, 1964. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13038>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados estatísticos: Eleições Federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1958. v.4 [s.l.]: **Departamento de Imprensa Nacional**, 1961. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/12996>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955. v. 3. Rio de Janeiro: **Departamento de Imprensa Nacional**, 1958.

Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13041>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 29, p. 333-358, jan/abr 2013.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985**: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

VILLA, Marco Antonio. **Jango**: um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.